

Trajetórias no mercado de trabalho juvenil: uma análise para o Brasil Metropolitano no início do século XXI¹

Anne Caroline Costa Resende - UFMG

anneccr@gmail.com

Mariangela Furlan Antigo - UFMG

maantigo@cedeplar.ufmg.br

Sandro Eduardo Monsueto - UFG

monsueto@ufg.br

Jaqueline Moraes Assis Gouveia - UNICAMP

jaquelinemagouveia@gmail.com

Introdução

Desde meados dos anos noventa do século passado, uma série de pesquisas tem analisado empiricamente a incidência de um grupo de jovens que não estão trabalhando e que, ao mesmo tempo, não estão estudando, configurando o que se conhece no Brasil como “geração nem-nem” (Camarano (2006) e DIEESE (2008)). Segundo os dados da PNAD, cerca de 17% dos jovens com idade entre 18 e 25 anos no Brasil se encontravam nesta condição de "nem-nem" no ano de 2012. É possível imaginar o que este tipo de fenômeno representa tanto em termos sociais como econômicos para um país ou região. Do ponto de vista produtivo, temos uma geração de jovens que não está produzindo ou adquirindo conhecimentos e investimentos em capital humano, o que pode gerar queda na produtividade futura da economia (Borjas, 2012). Adicionalmente, são indivíduos que podem ter sua velhice comprometida pela falta de pagamentos ao sistema previdenciário e pela ausência de acumulação de experiência no mercado de trabalho, importante fonte de capital humano. Pelo

¹ Este estudo contou com o apoio financeiro da Fapemig (Edital 01/2014 - Demanda universal, Processo APQ-02764-14)

lado social, podem estar associados a situações problemáticas, envolvendo comportamentos anti-social (Simmons, 2008).

Diversos estudos têm analisado os determinantes e características da população jovem nesta condição no Brasil e no mundo. Como exemplos, destacam-se Samoilenko e Carter (2015), Kovrova e Lion (2013), Camarano (2006), Cabanas, Komatsu e Menezes-Filho (2015), entre outros. Contudo, pouco se tem analisado sobre os determinantes da entrada nesta condição. Desta forma, constata-se a importância de se analisar não apenas a situação atual, mas também os determinantes da entrada dos jovens na condição de "nem-nem" advindo de uma situação de economicamente ativos ou em qualificação. Dado que o mercado de trabalho é a principal fonte de renda da população, uma inserção precária neste mercado pode resultar em aprofundamentos nos fenômenos de segmentação ocupacional e de desigualdade salarial.

Debate bibliográfico

Os modelos de busca por uma ocupação apresentam grande relevância para melhor entendimento da condição de "nem-nem". Ressaltam a importância da atividade econômica e dos atributos pessoais para o sucesso da busca. Buscando microfundamentar essa relação, Layard, Nickell e Jackman (1991) mostram que a obtenção de um posto de trabalho pode ser afetada pelos fatores individuais, refletidos pelo rendimento relativo e atributos pessoais e, também, pelo grau de competição por vagas, representado por variáveis agregadas macroeconômicas. Dentre os atributos individuais, merece destaque o papel da escolaridade para o caso dos jovens nem-nem. A escolaridade vista como investimento em capital humano pode afetar positivamente a probabilidade de o indivíduo encontrar uma ocupação e apresenta correlação positiva com a remuneração média do trabalhador. Becker (1975) afirma que investimentos em educação e treinamentos são investimentos em capital humano, refletidos no maior ganho dos indivíduos ao longo da vida. O autor ressalta ainda que os avanços tecnológicos terão um menor impacto se poucos trabalhadores qualificados existem no país para trabalhar com tal tecnologia.

Contudo, a condição de "nem-nem" implica, em termos dos modelos teóricos de mercado de trabalho, em uma situação na qual o indivíduo não está acumulando capital humano, seja ele específico ou geral. O capital humano específico é aquele proveniente da experiência no local de trabalho, ou do treinamento para realizar determinada tarefa e que dificilmente pode ser

levado para outro tipo de ocupação. De forma distinta, o capital humano geral é adquirido pelo investimento em educação formal, seja financiado pelo indivíduo ou por recursos públicos – Mincer e Jovanovic (1979); Borjas (2012). Ambos devem aumentar a produtividade e, em consequência, os salários dos trabalhadores. Porém, durante a situação de "nem-nem", estes dois investimentos se encontram praticamente estagnados ou inexistentes. Portanto, quando estes jovens decidirem atuar no mercado de trabalho é de se esperar um menor nível de competitividade em relação aos trabalhadores que não passaram recentemente pela condição de nem estudar e nem trabalhar, mesmo quando controlado pelo nível de educação formal.

Evidências desse fenômeno tem sido objeto de estudo de diversos autores. Samoilenko e Carter (2015), por exemplo, mostram que quem permanece por muito tempo na condição de nem trabalhar e nem estudar tende a apresentar piores resultados futuros em termos de escolaridade média, menor empregabilidade e maior incidência de inatividade. No Brasil, os estudos sobre a taxa "nem-nem" tem se intensificado ao longo dos últimos anos, usando sobretudo os microdados dos Censos Demográficos e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Camarano (2006) utiliza os dados dos censos demográficos de 1980 e 2000 para estimar modelos da probabilidade de se observar jovens entre 15 e 29 que nem trabalham e nem estudam, tomando como variáveis explicativas as características domiciliares e demográficas, além da existência de deficiência física. Os resultados mostram que a educação tem o impacto de reduzir a probabilidade de ser "nem-nem" e que domicílios com pessoas nesta situação tendem a apresentar um menor nível de renda, além de contar principalmente com renda proveniente de programas sociais e doações. Além disso, observa importantes diferenças no comportamento dos jovens segundo o gênero.

Kovrova e Lyon (2013), por sua vez, comparam as situações de "nem-nem" do Brasil e da Indonésia argumentando que ambos os países passaram por processos de crescimento econômico ao mesmo tempo em que tiveram que conviver com elevação nas taxas de desemprego juvenil. Os dados da PNAD para jovens de 15 a 22 anos mostram que, para o Brasil, a probabilidade de abstenção combinada do mercado de trabalho e dos estudos diminuiu com o passar das gerações e que esta mudança é mais expressiva para as mulheres nascidas na década de 1990 se comparado às nascidas na década de 1970. Os dados da PNAD de 1992 a 2012 são usados por Cabanas, Komatsu e Menezes-Filho (2015) para analisar a

situação dos jovens de idade entre 15 e 24 anos com um modelo logit multinomial e variáveis explicativas que envolvem aspectos do domicílio e características pessoais. Os resultados encontrados sugerem, por exemplo, que aumentos no nível de renda domiciliar reduzem o custo de oportunidade do estudo de jovens dependentes, favorecendo a dedicação aos estudos e desestimulando o emprego remunerado orientado a compor a renda familiar. Da mesma forma, aumentos na escolaridade dos pais aumentam a probabilidade do jovem estudar e reduzem a chance de que esteja trabalhando. Estes resultados apontam que o aumento recente da quantidade de jovens "nem-nem" ocorreu, dentre outros fatores, devido a aumentos reais na renda domiciliar das famílias brasileiras, uma vez que estes ganhos tendem a desestimular o emprego dos jovens e estimular menos que proporcionalmente a dedicação dos mesmos aos estudos.

Menezes-Filho, Cabanas e Komatsu (2013) analisam a duração da permanência de jovens na condição de "nem-nem" por meio de matrizes de transição com os dados da Pesquisa Mensal de Emprego. Os resultados encontrados indicam redução, com o passar dos anos, na taxa de entrada na condição "nem-nem" para o subgrupo das mulheres, embora tanto homens como mulheres tenham experimentado aumentos significativos de duração média na condição. Também evidenciam que os jovens com ensino fundamental incompleto possuem tempo médio de permanência e taxa de entrada consideravelmente superiores aos demais grupos educacionais. A pesquisa sugere que o tempo médio de permanência na condição é relativamente pequeno, pois, conforme visto após um ano, a proporção dos jovens "nem-nem" que trocam de situação é maior do que a proporção dos que permanecem sem estudar e trabalhar. Segundo os autores, aumentos da taxa de jovens nem-nem nos anos recentes correspondem ao aumento da duração média na condição, elevando o estoque de jovens que estão desocupados e não estudam.

Em síntese, a literatura empírica mostra a importância de se considerar os aspectos tanto domiciliares como pessoais dos jovens em sua probabilidade de ser "nem-nem". Contudo, a maior parte da literatura tem dedicado espaço a discutir a determinação estática da taxa "nem-nem" no país, à exceção do estudo de Menezes-Filho, Cabanas e Komatsu (2013) que aborda a saída desta situação em uma análise dinâmica.

Procedimentos metodológicos e resultados

A base de dados utilizada nesse trabalho é a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), durante o período de 2002 a 2014. O levantamento amostral é feito para seis regiões metropolitanas do Brasil, a saber, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Uma das principais vantagens do banco de dados gerado por essa pesquisa é a possibilidade de se fazer o acompanhamento do indivíduo ao longo do tempo.

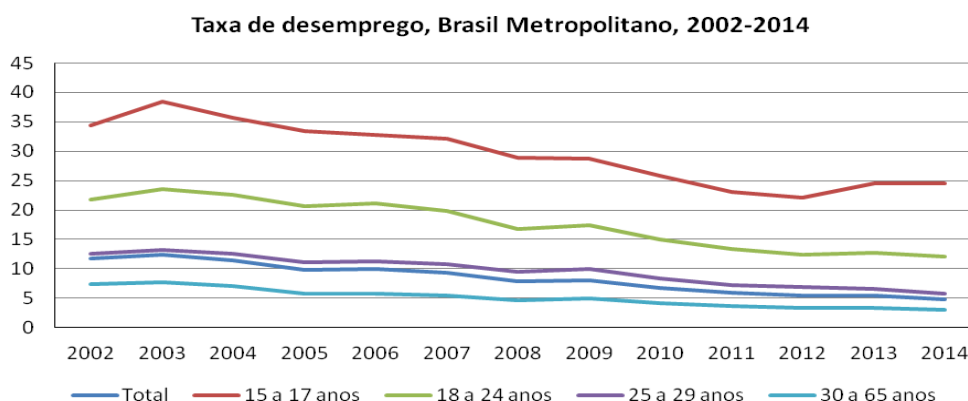
Dois métodos de análise são utilizados nesse artigo. O primeiro deles é uma análise univariada baseada no trabalho de Clark e Summers (1990), em que o comportamento do indivíduo segundo suas características individuais pode ser representado por uma matriz de probabilidade de transição, ou matriz de Markov. Com isso, retrata-se a dinâmica de mobilidade dos indivíduos entre três estados no mercado de trabalho – ocupado, desocupados e inativos que estudam e desocupados e inativos que não estudam – nem-nem, pela probabilidade de o indivíduo i estar no estado k no período $t + 1$, condicionado ao fato de ele se encontrar no estado l no período t . Trata-se as transições entre os estados como um processo de Markov, no qual um estado estacionário é alcançado, independente de condições iniciais e a proporção de estado estacionário em cada estado é encontrada como uma função da matriz de transição inteira. A segunda metodologia adotada baseia-se em uma análise econométrica multivariada, através de um modelo Logit Multinomial. Com esse modelo é possível entender como as mudanças no conjunto de variáveis relativas a atributos pessoais e relacionadas a conjuntura macroeconômica afetam a probabilidade de um indivíduo entrar na condição de nem-nem.

Discussão dos resultados

A evolução da taxa de desemprego para o Brasil metropolitano calculada com a PME é exibida no Gráfico 1, segmentada segundo grupos de idade da população economicamente ativa dentro do período analisado. A partir de meados de 2003, o mercado de trabalho respondeu de forma positiva ao movimento de expansão da economia brasileira, gerando uma tendência quase contínua de queda do desemprego até 2012. A partir de 2012, no entanto, observa-se uma inversão desta tendência de forma mais acentuada para os jovens entre 15 e

17 anos e uma estagnação da redução da taxa de desemprego para o grupo etário de 18 a 24 anos.

Gráfico 1. Taxa de desemprego por grupos de idade, Brasil Metropolitano, 2002-2014



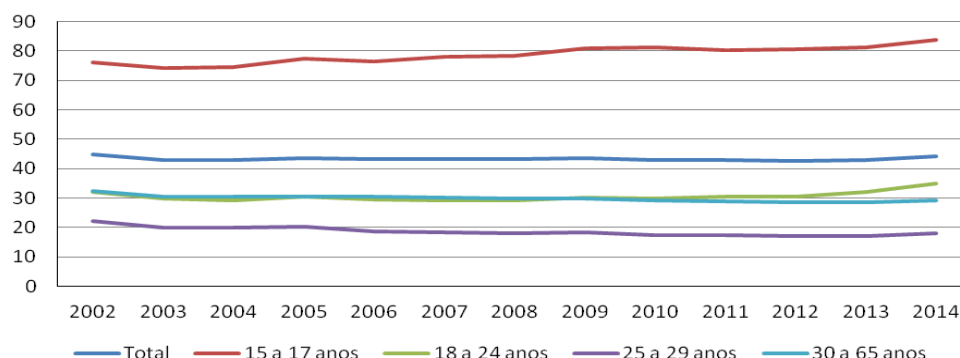
Fonte: Elaboração própria a partir da PME, 2002-2014

Quando se analisa as taxas de inatividade, pelo Gráfico 2, observa-se um aumento da inatividade para os grupos etários mais jovens, 15 a 24 anos, a partir de 2012 enquanto os demais grupos apresentam uma taxa relativamente constante ao longo de todo o período. Chama a atenção o descolamento da taxa de inatividade, a partir de 2012, para o grupo de jovens adultos de 18 a 24 anos comparado aos grupos etários mais velhos.

O aumento da taxa de desemprego e inatividade observada para os grupos etários mais jovens, mostra a importância de se analisar com mais detalhes como ocorre tanto a transição destes grupos entre os estados do mercado de trabalho como também os determinantes da entrada em uma dessas situações.

Gráfico 2. Taxa de inatividade por grupos de idade, Brasil Metropolitano, 2002-2014

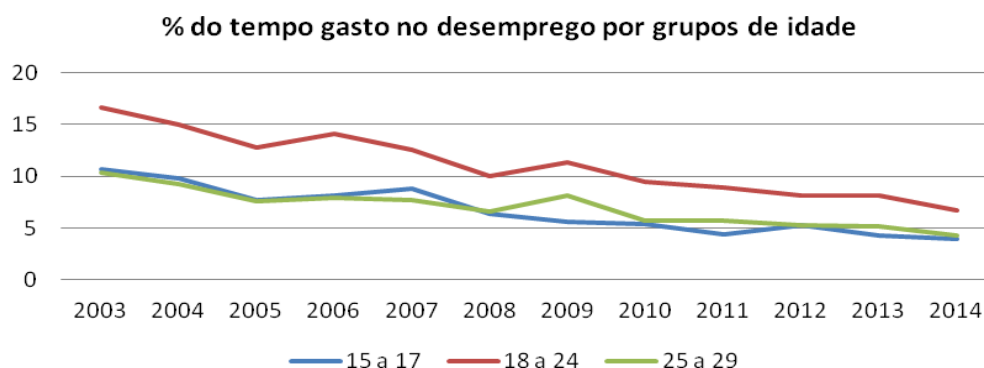
Taxa de inatividade, Brasil Metropolitano, 2002-2014



Fonte: Elaboração própria a partir da PME, 2002-2014

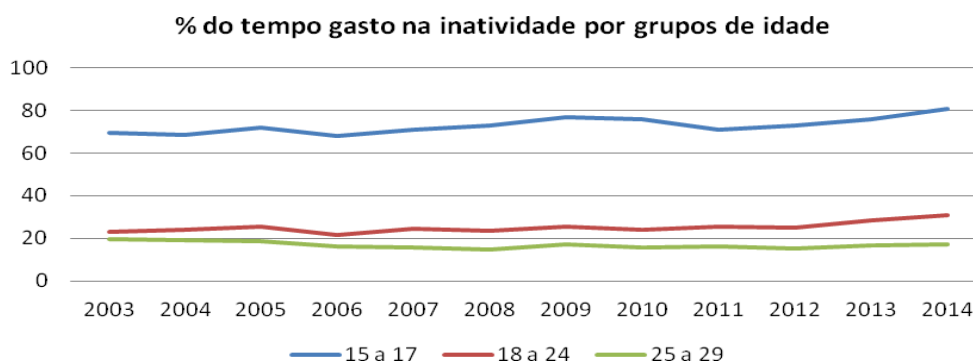
Os Gráficos 3 e 4 mostram o resultado das matrizes de transição de Markov para a estimativa da porcentagem de tempo médio gasto no mercado de trabalho, na desocupação e na inatividade para os grupos etários de interesse (o grupo etário 25 a 29 anos foi incluído na análise a título de comparação). Os resultados apontam para dois tipos de tendência. Uma redução no tempo médio gasto no desemprego para os jovens e jovens adultos e um aumento do tempo médio gasto na inatividade. Como a taxa de ocupação vem caindo para estes grupos etários uma redução do tempo médio gasto no desemprego aponta para uma maior transição para a inatividade.

Gráfico 3: Fração observada de tempo gasto no desemprego por grupos de idade, Brasil Metropolitano, 2003 a 2014



Fonte: Elaboração própria a partir da PME, 2003-2014

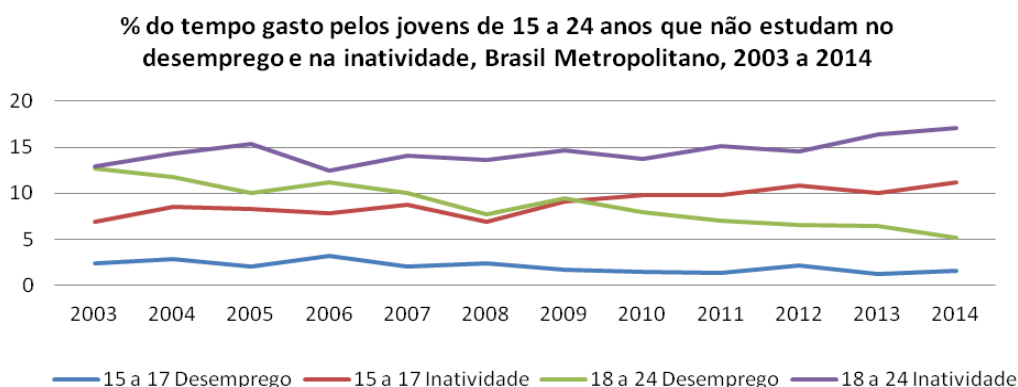
Gráfico 4: Fração observada de tempo gasto na inatividade por grupos de idade, Brasil Metropolitano, 2003 a 2014



Fonte: Elaboração própria a partir da PME, 2003-2014

O aumento da inatividade observada para os grupos etários mais jovens é um resultado desejável, se estes grupos estiverem postergando a entrada no mercado de trabalho para se dedicarem exclusivamente aos estudos e, portanto, à aquisição de capital humano. O Gráfico 5 mostra o resultado da matriz de transição para o tempo médio gasto pelos jovens de 15 a 24 anos que não estudam no desemprego e na inatividade. O grupo dos chamados “nem-nem” é composto pelos jovens que não estudam e se encontram na inatividade. O gráfico abaixo mostra que houve um aumento do tempo médio gasto na inatividade para ambas as faixas etárias, significando um aumento na proporção de jovens que não trabalham e não estudam. Para a faixa etária de 15 a 17 anos o tempo médio gasto no desemprego permanece relativamente constante ao longo do período analisado. No entanto, registra-se um aumento no tempo gasto na inatividade para os jovens. Para o grupo de jovens adultos (18 a 24 anos) observa-se uma redução do tempo médio gasto no desemprego e um aumento da taxa de inatividade. Os resultados, portanto, sugerem que o aumento no tempo gasto na inatividade por estes grupos etários não está relacionado a uma maior aquisição de capital humano.

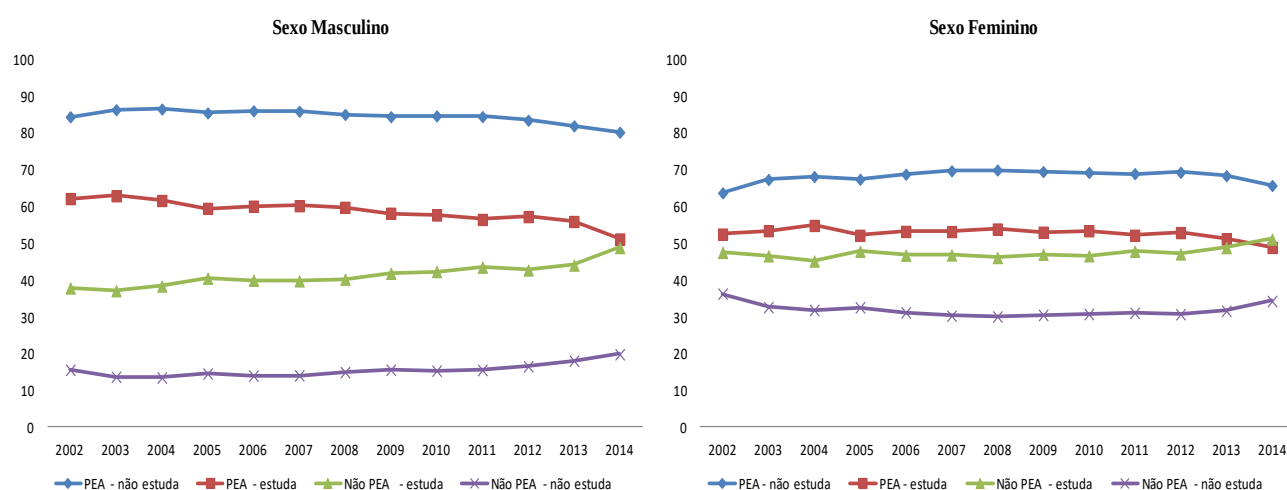
Gráfico 5: Tempo médio gasto pelos jovens de 15 a 24 anos que não estudam no desemprego e na inatividade, Brasil Metropolitano, 2003 a 2014



Fonte: Elaboração própria a partir da PME, 2002-2014

O Gráfico 6 mostra a proporção de jovens de 18 a 24 anos, por estado de atividade e frequência à escola, por sexo. O gráfico registra uma participação na condição de nem-nem muito superior para as mulheres demonstrando o expressivo componente de gênero que existe neste fenômeno. O gráfico mostra uma certa estabilidade na proporção das mulheres nem-nem ao longo do período, registrando um aumento apenas a partir de 2013, para os homens no entanto esse aumento se dá a partir de 2011.

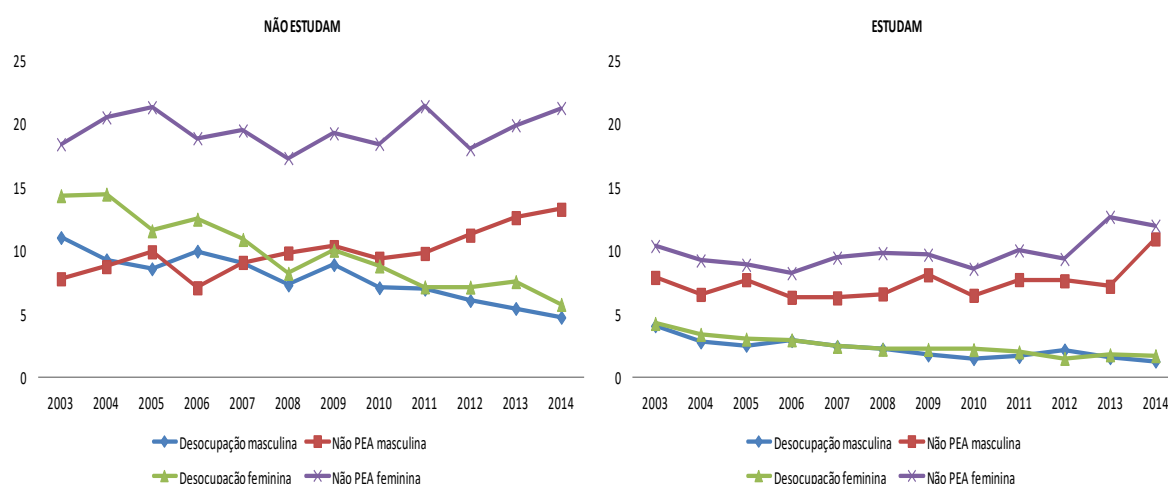
Gráfico 6 - Proporção de jovens de 18 a 24 anos por estado de atividade e frequência à escola, por sexo, Brasil Metropolitano, 2002-2014



O Gráfico 7 mostra o resultado da matriz de transição para a estimativa da porcentagem de tempo médio gasto na desocupação e na inatividade, por frequência à escola e gênero. O gráfico mostra uma maior participação da inatividade na distribuição de tempo para as mulheres que não

estudam, refletindo, por exemplo, a maior proporção de mulheres que ainda deixam o mercado de trabalho e os estudos para se dedicarem à família, sobretudo, aos filhos menores. Para ambos os sexos, há uma redução no percentual de tempo gasto na desocupação e um aumento expressivo no tempo médio gasto na inatividade no período, especialmente para os homens. A redução na taxa de ocupação combinada a uma redução no tempo médio gasto na desocupação e a um aumento no tempo médio gasto na inatividade pode sugerir que estes jovens adultos estão transitando para fora da PEA. No entanto, a distribuição do tempo gasto na inatividade é superior para os jovens que não estudam. Esses resultados são relevantes na medida em que os jovens que não estudam e não trabalham estão deixando de que acumular capital humano em uma fase crucial de seus ciclos de vida. A decisão de estudar para ser entendida como um investimento de longo prazo, que afetam os níveis de emprego e renda futuros. A não participação no mercado de trabalho dificulta o acúmulo de experiência que, por sua vez, também está correlacionada com os salários futuros. A condição de nem-nem pode, portanto, comprometer a capacidade produtiva destes jovens no futuro.

Gráfico 7- Percentual do tempo gasto pelos jovens de 18 a 24 anos, por frequência à escola, na desocupação e fora da PEA, Brasil Metropolitano, 2002-2014



A análise das matrizes de transição contempla a influência univariada dos atributos individuais sobre as probabilidades de transitar entre os três estados e a fração do tempo em cada um. Pela estimativa do modelo logit multinomial é possível uma análise das variáveis em conjunto sobre a probabilidade de se encontrar nos três estados. As variáveis explicativas usadas são: Binárias de nível de estudo, tomando como referência os indivíduos com menos de 7 anos de instrução formal; binárias de sexo e cor, sendo os homens e brancos, condição de

referência; binárias para o status domiciliar, sendo o chefe de família a categoria de base; e, controles de região metropolitana e período.

Os resultados para o Brasil Metropolitano de 2002 a 2014 são exibidos na Tabela 1 por meio da razão de chance, que indica maior ou menor probabilidade de se observar o evento em questão. Em linhas gerais, apreendem-se diferenças significativas nos determinantes de entrada na inatividade dos jovens que estudam e que não estudam. Jovens do sexo feminino, não brancos, com escolaridade entre 8 e 10 anos e na condição de cônjuge tem maiores chances de sair de uma ocupação para a entrada na condição nem-nem. As dummies anuais evidenciam o aumento da chance de entrar na condição de “nem-nem” ao longo dos anos, com maior expressão no período mais recente.

Tabela 1 – Razões de chance estimadas pelo modelo logit multinomial, Brasil Metropolitano, 2002 a 2014

Ocupado (base)	Desempregado-Estuda	Desempregado – Não estuda	Inativo-Estuda	Inativo-Não estuda
Homem	0,608	0,618	0,525	0,401
Branco	1,294	0,703	1,850	0,863
8 a 10 anos de estudo	2,259	0,738	1,606	0,455
11 ou mais anos de estudo	0,499	0,869	0,465	0,346
Cônjuge	1,215	1,724	1,284	3,758
Filho	4,464	1,786	6,633	1,724
Outro	3,065	1,748	4,747	1,794
RMRE	1,656	1,009	3,241	1,987
RMSA	2,384	1,134	3,603	1,426
RMMG	0,874	0,651	1,413	1,096
RMRJ	0,953	0,851	3,018	1,295
RMPOA	0,636	0,692	1,019	1,077
2004	0,945	1,003	0,993	0,939
2005	0,843	0,859	1,026	1,086
2006	0,853	0,928	0,966	0,982
2007	0,747	0,859	0,982	0,982
2008	0,639	0,695	0,963	1,002
2009	0,597	0,774	1,013	1,019
2010	0,532	0,625	1,008	1,007
2011	0,509	0,580	1,010	1,061
2012	0,452	0,512	0,983	1,036
2013	0,468	0,528	1,095	1,116

2014	0,444	0,474	1,271	1,287
Constante	0,029	0,233	0,038	0,452

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME

Nota: Coeficientes significativos a 10%

Referências bibliográficas

BECKER, S. Gary. **Human capital**: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education, 2nd ed. New York: Columbia University, 1975.

BORJAS, G. **Economia do trabalho**. McGraw-Hill. 5ª ed. 2012.

CABANAS, P., KOMATSU, B. K., MENEZES-FILHO, N. O crescimento da renda dos adultos e as escolhas dos jovens entre estudo e trabalho. **Insper Policy Paper** n.13. 2015.

CLARK, Kim B.; SUMMERS, Lawrence H. Unemployment insurance and labor market transitions. In: SUMMERS, L. H. **Understanding unemployment**. Cambridge: MIT, 1990.

CAMARANO, A.A. (Org). **Transição para a vida adulta oi vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA. 2006.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Trajetórias da juventude nos mercados de trabalho metropolitanos: mudanças na inserção entre 1998 e 2007**. São Paulo: DIEESE. 2008.

KOVROVA, I., LYON, S.. NEET youth dynamics in Indonesia and Brazil: a cohort analysis. Understanding Children's Work Programme **Working Paper Series**. 2013.

LAYARD, Richard; NICKELL, Stephen; ACKMAN, Richard. **Unemployment macroeconomic performance and the labour market**. Oxford: Oxford University, 1991.

MENEZES-FILHO, N. A. M., CABANAS, P. H. F., KOMATSU, B. K. A condição "nem-nem" entre os jovens é permanente? **Insper Policy Paper** n.7. 2013.

MINCER, J., jovanovic, B. Labor mobility and wages. Working Paper N°. 357, NBER, 1979.

SAMOILENKO, A., CARTER, K. Economic outcome of youth not in education, employment or training (NEET). New Zealand Treasury **Working Paper** 15/01. 2015.

SIMMONS, R. Raising the age of compulsory education in England: a NEET solution? **British Journal of Educational Studies**, 56(4), 420–439. 2008.



O EFEITO APRENDIZAGEM SOBRE OS SALÁRIOS NAS GRANDES CIDADES BRASILEIRAS

Caroline Lacerda Batista
Universidade Federal de Juiz de Fora

carollacerdab@gmail.com

Ricardo S. Freguglia
Universidade Federal de Juiz de Fora

ricardo.freguglia@ufjf.edu.br

Débora Chaves Meireles
Universidade Federal de Juiz de Fora

eborameireles88@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar o efeito da aprendizagem sobre os salários nas grandes cidades brasileiras. A partir da compatibilização dos microdados da Relação Anual de Informações Sociais Identificada (RAIS/MTE) com os dados dos Sistemas de Estimativas e Projeções de População/IBGE, nos anos de 2006 a 2013. Os migrantes de cidades grandes ganham 16,66% vezes mais do que trabalhadores que se deslocam da pequena para a média cidade. Pode-se concluir, que há benefícios em termos de aprendizagem ao trabalhar em grandes cidades que se incorporam no capital humano dos trabalhadores. Quanto ao ajustamento do migrante no local de destino, verificou-se que uma relação positiva do tempo de exposição do trabalhador na cidade grande e os salários.

PALAVRAS-CHAVE: Migração. Efeito aprendizagem. Salário.

1. INTRODUÇÃO

Os debates da literatura econômica relativa à estrutura salarial tem sido uma temática recorrente e obrigatória, ao longo das últimas três décadas, sobre os aspectos da evolução da distribuição de renda e disparidades salariais entre os migrantes nas cidades brasileiras. No Brasil, houve algumas transformações sociais, econômicas e políticas, entre elas, a dinâmica do processo de migração como reflexo das condições do mercado de trabalho. Baeninger (2012) ressaltou que os movimentos migratórios internos no Brasil, estão fortemente relacionados aos processos de urbanização e de redistribuição espacial da população, marcados pela intensa mobilidade populacional. O papel da migração, enquanto indutoras de desenvolvimento, inicialmente dirigiam os trabalhadores oriundos do meio rural para as áreas urbanas. Esse fenômeno foi comprovado em diversas regiões brasileiras durante um longo período no início da década de 1980. Por sua vez, a ênfase deixou de ser na migração do campo para a cidade, mas das áreas urbanas das cidades pequenas para as de médio e grande porte.

E os fatores econômicos podem ser influenciadores na permanência ou na decisão de migrar do indivíduo de cidades pequenas em direção as grandes cidades, como por exemplo, devido à distribuição espacial desigual tanto da população, quanto das atividades econômicas, havendo regiões que apresentam um excedente de mão de obra e outras, escassez, portanto, a motivação por trás dos movimentos migratórios está na procura de mão de obra nas grandes cidades.

Segundo Becker (1962), o principal pressuposto da Teoria do Capital Humano, é que os indivíduos avaliam os custos e benefícios de suas atividades e hábitos. Sendo assim, as decisões dos indivíduos relacionadas à formação profissional e aquisição de conhecimento são determinadas através da expectativa dos indivíduos sobre os benefícios que serão recebidos no futuro e os custos associados aos mesmos. No caso do investimento em educação, o indivíduo levaria a um aumento da renda e da produtividade dos indivíduos, por proporcionar a eles, conhecimento e novas habilidades.

Entretanto, nas literaturas nacional e internacional, associa-se que existem muitos fatores por trás dessas diferenças, a saber: primeiro, as diferenças na aquisição de conhecimento e novas habilidades, alguns teóricos defendem a ideia de que os migrantes na chegada à região, trazem consigo rendimentos menores, embora revele que eles podem adquirir conhecimento e novas habilidades, mudando sua situação de desvantagem salarial, isto é, um processo de ajustamento (CHELTOS *et al*, 2013; CHISWICK, 1978). Em segundo lugar, um tema recorrente em outras abordagens refere-se à seletividade dos migrantes. Isto é, a necessidade de especificar atributos individuais – idade, sexo, educação, por exemplo – para identificar quais deles podem ser considerados na seleção dos migrantes. Os migrantes têm uma queda de rendimentos decorrentes dos custos iniciais da mudança, evidenciando uma ilusão monetária por parte do trabalhador de migrar para uma grande cidade (FREGUGLIA, 2007).

E, em terceiro lugar, a combinação de ganhos estáticos, vantagens de aprendizado e o fato de que é mais benéfico ao trabalhador de maior habilidade migrar para as grandes cidades – conhecida como autosseleção-, colaboram para o maior ganho salarial nessas cidades (DE LA ROCA *et al.*, 2017; D’COSTA *et al.* 2014).

No processo de migração inicial, há uma clara seleção por características observáveis, seja pelo alto nível de instrução ou pelas habilidades ocupacionais que aumentam a probabilidade de migração do indivíduo. Contudo, para migrantes que permanecem nas grandes cidades, uma seleção migratória considera não somente a produtividade inicial, mas também o aumento de produtividade decorrente das vantagens de aprendizado e experiência adquiridas no mercado de trabalho (DE LA ROCA, 2017). Já Ottaviano e Puga (2014) indicaram que nem sempre trabalhadores com alto grau de habilidade migram para as cidades grandes, mesmo as mesmas apresentando maior benefício a esses migrantes. Isso devido a uma avaliação equivocada de suas próprias habilidades no momento de decisão sobre a migração. O local onde graduados iniciam suas carreiras tem um importante papel em facilitar a aquisição de habilidades e conhecimento. A hipótese de que trabalhadores levam consigo a experiência e habilidade adquiridas nas cidades quando migram para outro local é denominado de “efeito aprendizagem”.

Por ser um movimento que ganhou importância, recentemente, observou-se um intenso processo migratório para as médias e grandes cidades brasileiras, contudo não se encontrou na literatura nacional nenhum estudo específico sobre o tema. Diante disso, questiona-se: o ganho salarial existente nas grandes cidades brasileiras é decorrente da aprendizagem adquirida pelo indivíduo durante seu tempo de trabalho? Há influência da autosseleção sobre esses ganhos?

Este estudo tem como objetivo analisar o efeito da aprendizagem sobre os ganhos salariais nas grandes cidades brasileiras. Especificamente, pretende-se verificar a influência das habilidades sobre os salários dos trabalhadores nas grandes cidades, além de estimar o efeito da seleção e ajustamento dos migrantes nas grandes cidades sob a ótica das habilidades não observadas, entre os anos de 2006 a 2013.

Dada a importância do acompanhamento longitudinal dos mesmos trabalhadores ao longo do tempo, para controlar os efeitos fixos não observados dos trabalhadores, serão utilizadas as informações coletadas a partir dos microdados da RAIS Identificada (Relação Anual de Informações Sociais) do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), com os dados disponibilizados pelo Sistema de Estimativas e Projeções de População do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de oito anos, isto é, de 2006 a 2013. A combinação desses dois dados permite que a análise seja abordada por uma perspectiva diferente, a partir de informações com características dos trabalhadores e das pequenas, médias e grandes cidades. Na literatura internacional, diversos estudos analisaram este assunto através do método *cross-section*, apesar da importância, reconheceram os potenciais problemas

relacionados ao viés de seleção nos coeficientes estimados (CHISWICK, 1978; CHLETOS; *et al.* 2013).

Além dessa introdução, o trabalho se divide em mais cinco seções. A segunda seção apresenta uma discussão teórica sobre o efeito aprendizagem nas cidades. A terceira seção será apresentado a metodologia utilizada. Na quarta seção consiste em uma na análise dos resultados. E por fim, as considerações finais do estudo.

2 METODOLOGIA

Os microdados utilizados são extraídos da RAIS, que é um registro administrativo de âmbito nacional, com periodicidade anual e obrigatório para todos os estabelecimentos. Será utilizada a RAIS Identificada, pois, faculta o acompanhamento migratório dos indivíduos entre as cidades.

Do universo de trabalhadores da RAIS, foram filtrados os indivíduos homens, com idade entre 18 a 65 anos e vínculo empregatício ativo durante todo o período de análise. São utilizados indivíduos do sexo masculino devido à pouca expressão de mulheres no processo migratório. Excluimos dos dados, os setores de atividade econômica em agricultura e administração pública, com exceção da educação e saúde. Em seguida, esse banco de dados foi compatibilizado com o uso das informações das Estimativas e Projeções de População do IBGE, a partir do ano de 2006, sendo utilizada como variável de identificação, o município. Adicionalmente, as cidades foram classificadas como pequenas, médias e grandes¹, e após esse procedimento foi extraída uma amostra aleatória de 1% do total de trabalhadores homens, caracterizando um painel balanceado com 49.811 trabalhadores cobrindo os oito anos, totalizando 398.488 indivíduos.

2.1 ESTRATÉGIA EMPÍRICA

Para testar a primeira hipótese, qual seja, o papel da autoseleção e do efeito aprendizagem no processo migratório, utiliza-se um modelo de regressão com especificação similar a de De La Roca e Puga (2017). A equação a ser estimada é a seguinte:

$$W_{it} = \alpha + \beta X_{it} + c_i + \varepsilon_{it} \quad (i = 1 \dots N; t = 2006, \dots, 2013) \quad [1]$$

1 A classificação das cidades é dada por: pequenas cidades que possuem um número menor ou igual a 100.000 habitantes; médias cidades têm entre 100.000 e 750.000 habitantes; e as grandes cidades têm um número de habitantes maior que 750.000.

Onde: W_{it} é o logaritmo do salário médio do trabalhador (deflacionado pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do IPEA, sendo 2013 o ano base), X_{it} é o vetor individual que incorpora as variáveis de controle; α o intercepto; c_i é a heterogeneidade não observada entre os indivíduos; ε_{it} é o termo de erro.

Além de testar a segunda hipótese, qual seja, de averiguar se trabalhadores que migram para grandes cidades adquirem maior experiência que trabalhadores que migram para cidades menores, sendo possível com isso, inferir o papel que a experiência desempenha sobre os salários. E a terceira hipótese refere-se ao impacto do tempo de exposição do trabalhador nas cidades de destino após o período de migração sobre os salários.

Ademais, optou-se também por estimar o efeito do tamanho da população sobre a renda do indivíduo. A equação [2] é dada por:

$$W_{it} = \alpha + \beta Pop_{it} + c_i + \varepsilon_{it} \quad [2]$$

Onde: W_{it} é o logaritmo da renda do indivíduo; Pop_{it} é o logaritmo do tamanho da população; c_i representa a heterogeneidade variante entre os trabalhadores; ε_{it} é o termo aleatório.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Tabela 1 apresenta a renda média dos trabalhadores homens por grupos de características. Observa-se que quanto maior o nível de escolaridade e de habilidade do trabalhador, mais elevada é sua média salarial. Os migrantes da pequena para a grande cidade apresentam uma elevação de 15,82% se comparado à remuneração dos outros trabalhadores que migram.

Tabela 1 – Salário médio dos trabalhadores homens por características

Variáveis	2006 – 2013	
	Salário	Desvio Padrão
Trabalhador migrante		
Pequena-média	2776.50	3689.75
Pequena-grande	3298.33	4455.16
Média- grande	3291.73	4247.39
Cidades brasileiras		
Pequena	2269.42	2672.80
Média	2879.39	3384.57

Grande	3375.07	4444.47
Nível de escolaridade		
Fundamental	1738.48	1294.38
Médio	2437.12	2285.32
Superior	7649.60	6634.96
Habilidades ocupacionais²		
Muito Alta	7618.15	7245.35
Alta	3809.63	3323.93
Média-Alta	2798.37	2805.98
Média-Baixa	1480.48	1293.19
Tamanho do estabelecimento		
Pequeno	2192.36	2783.94
Média	3168.21	3994.84
Grande	3766.36	4410.19

Fonte: Elaboração própria.

Para os trabalhadores não migrantes, observa-se que os inseridos nas grandes cidades apresentam maior nível salarial. Especificamente, os residentes de cidades grandes têm um aumento salarial de 14,69% em relação ao das médias cidades, e de 32,76% comparados aos das grandes cidades. De acordo com De La Roca *et al.*(2017), trabalhar em cidades de tamanhos diferentes fazem com que os salários se diferenciem. A combinação de ganhos estáticos e vantagens de aprendizado, com o fato de que trabalhadores de alta habilidade se beneficiam mais das cidades grandes explica o porque os rendimentos nas mesmas são mais elevados.

Inclusive, os indivíduos que trabalham em estabelecimentos de grande porte, tendem a ganhar um rendimento mais elevado, isso tem correlação com o fato de estabelecimentos maiores estarem localizados em grandes cidades.

No Brasil, os migrantes de cidades pequenas para as grandes ganham 16,66% vezes mais do que das pequenas para as médias cidades, conforme destacado na Tabela 2. Apesar da redução recente no diferencial salarial, percebe-se que, os migrantes de cidades grandes, portanto, podem ter um padrão mais elevado do que os trabalhadores na mesma situação em outras cidades.

² As habilidades ocupacionais são divididas em muito alta, alta, média-alta e média-baixa. A primeira, contém os grandes grupos 0, 1 e 2 da Classificação Brasileira de Ocupações. A segunda contém o grupo 3; a terceira, o grupo 6, e, por fim, a última, os grupos 8 e 9. Onde: 0 membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares, 1 membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público, 2 profissionais das ciências e das artes, 3 técnicos de nível médio, 6 trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca, 8 trabalhadores da produção de bens e serviços industriais; 9 trabalhadores em serviços de reparação e manutenção.

Tabela 2 – Salário médio dos trabalhadores migrantes e não migrantes no Brasil

Anos	Não migrantes			Migrantes	
	Pequena cidade	Média cidade	Grande cidade	Pequena-Média cidade	Pequena-Grande cidade
2006	1764,13	2248,28	2659,57	-	-
2007	1909,71	2449,40	2870,55	2456,57	2137,33
2008	2064,14	2635,97	3066,73	2514,19	2845,97
2009	2184,30	2783,90	3254,18	2666,40	2937,81
2010	2332,23	2976,76	3470,53	2777,17	3455,04
2011	2492,23	3135,29	3701,95	2998,82	4260,25
2012	2690,33	3315,87	3910,75	3094,43	2897,72
2013	2798,27	3481,28	4096,32	3174,30	5082,61

Fonte: Elaboração própria.

3.1 O EFEITO APRENDIZAGEM PARA OS MIGRANTES DAS GRANDES CIDADES

Os primeiros resultados da Coluna (1), na Tabela 3, que nos chama a atenção refere-se aos parâmetros estimados que são estatisticamente significantes à 5% e apresentam o sinal esperado. Observa-se uma variação positiva com o nível educacional, e é maior para os trabalhadores que residem em cidades grandes.

Cada unidade adicional no valor da variável anos de estudo (médio) acarreta um aumento de aproximadamente 13,9% na renda do trabalhador, já o nível superior ocasiona em um aumento de 71,3% no salário; trabalhadores inseridos nas grandes cidades têm uma elevação de 3,92% sobre o salário, se comparados àqueles que moram nas pequenas cidades, que acarretam em um declínio no salário de 13,7%. De acordo com a experiência, a mesma, aumenta em 0,16% o salário dos trabalhadores. Na Coluna (3), trabalhadores com habilidade ocupacional muito alta têm vantagem salarial maior se comparados aos trabalhadores com habilidade alta e média. Os resultados vão de acordo aos de De La Roca *et al.*(2017), e sugerem a existência de um retorno de 0,10% à experiência, por ano adicional de trabalho.

Na Coluna (2), a estimativa de MQA, resulta em um aumento de 11,2% do tamanho da cidade sobre os rendimentos dos trabalhadores, desconsiderando atributos individuais como educação, ocupação, experiência, entre outros. Na Coluna (4), a elasticidade dos ganhos salariais em relação ao tamanho da cidade foi de 0,0461. Esta estimativa reflete que o tamanho da cidade está associada a um aumento de 4,61% nos ganhos salariais. As estimações dos ganhos salariais têm uma queda significativa, se comparado à Coluna (2), de 0,112 para 0,0461. Esses resultados demonstram que depois da inclusão do efeito fixo, há um declínio na elasticidade dos ganhos, vão de acordo De La Roca (2017), Combes *et all.* (2010) e Mion e Naticchioni (2009).

Tabela 3 – Efeitos da aprendizagem dos salários dos homens nas cidades

Variáveis	(1) Log(salário)	(2) Indicador da Cidade	(3) Log(salário)	(4) Indicador da Cidade
Efeito Fixo do Trabalhador	Não	Não	Sim	Sim
Cidade Pequena	-0.137*** (0.00238)		-0.0163*** (0.00232)	
Cidade Grande	0.0392*** (0.00208)		0.0177*** (0.00202)	
Experiência	0.00158*** (3.01e-05)		0.00103*** (1.93e-05)	
Ensino Médio	0.139*** (0.00198)		0.000342 (0.00157)	
Ensino Superior	0.713*** (0.00345)		0.0988*** (0.00260)	
Habilidade Muito Alta	0.640*** (0.00367)		0.120*** (0.00282)	
Habilidade Alta	0.316*** (0.00321)		0.0402*** (0.00236)	
Habilidade Média Alta	0.0187*** (0.00298)		-0.0273*** (0.00230)	
Habilidade Média Baixa	-0.185*** (0.00275)		-0.0511*** (0.00223)	
Logaritmo da População		0.112*** (0.00223)		0.0461*** (0.00272)
Constante	6.864*** (0.0112)	5.989*** (0.0337)	7.145*** (0.0104)	6.986*** (0.0411)
R ²	0.520	0.015	0.417	0.002

Fonte: Elaboração própria. Controles na Coluna (1 e 3): *dummies* de ano, CNAE, tamanho de estabelecimento, permanência do trabalhador, regimes contratuais (CLT, Temporário e Estatutário) e experiência². Erros-padrão entre parênteses. *** P < 0.01.

Com o objetivo de observar os benefícios dinâmicos das grandes cidades, estimaram-se dois modelos de especificação, na Tabela 4. A Coluna (1) permite assinalar que para os trabalhadores homens, a experiência acumulada nas grandes cidades é maior do que a experiência acumulada nas menores cidades. Pode-se concluir que, há benefícios em termos de aprendizagem para trabalhar em grandes cidades que se incorporam no capital humano dos trabalhadores.

Tabela 4 – Efeitos da aprendizagem dos salários dos homens nas cidades

Variáveis	(1)	(2)
	Log(salário)	Salário Inicial
Experiência	0.00101*** (1.94e-05)	
Experiência ao quadrado	-4.55e-06*** (7.10e-08)	
Experiência da pequena para a grande cidade	0.000692*** (0.000129)	
Experiência da média para a grande cidade	0.000668*** (7.75e-05)	
Logaritmo da população		0.0500* (0.0264)
Constante	7.148*** (0.0104)	6.912*** (0.395)
Observações	398,443	5,960
R ²	0.418	0.008

Fonte: Elaboração própria. Controles na Coluna (1): *dummies* de ano, CNAE e tamanho de estabelecimento, permanência do trabalhador, regimes contratuais, Experiência da pequena-grande cidade*Experiência, Experiência da média-grande cidade*Experiência, e Experiência da pequena-média cidade. Erros-padrão entre parênteses. *** P < 0.01.

Não é demais lembrar que, os resultados da Coluna (1) indicam que, a experiência anterior é bastante valorizada no novo ambiente de trabalho daqueles trabalhadores que se deslocam de pequenas para as grandes cidades. Observa-se ainda que os ganhos salariais dos trabalhadores mais experientes são mais elevados ao se mudarem para as grandes cidades, mas depois é de se esperar que os salários cresçam lentamente em relação aos trabalhadores menos experientes.

Na Coluna (2) é apresentado o efeito sobre o ganho inicial do trabalhador, a partir do momento que migra para a cidade de destino. Observa-se que o tamanho da cidade tem um efeito de 5% sobre os ganhos iniciais dos trabalhadores. Esse resultado vai de acordo à análise de De La Roca *et al.* (2017), em que a migração para a grande cidade tem um impacto positivo sobre os salários, porém seu impacto não é tão significativo se comparado, ao efeito causado sobre os salários decorrentes a um maior tempo de permanência do migrante no local de destino, como será demonstrado na Tabela 5.

No primeiro momento em que os migrantes chegam em seu destino, eles não possuem muitas das habilidades valorizadas pelos empregadores, entretanto, à medida que, os mesmos, adquirem mais informações sobre a região para a qual migraram, tanto seu capital humano, quanto, sua assimilação

econômica, como, por exemplo, onde encontrar os empregos que oferecem maiores rendimentos, crescem, de forma a impactar em maiores salários (FREGUGLIA, 2007).

A Tabela 5 apresenta os efeitos salariais do trabalhador em relação ao tempo de exposição na cidade de destino. Na Coluna (1), verifica-se que, independente do tamanho da cidade para a qual o trabalhador migra, seja a cidade média ou grande, quanto maior o tempo de exposição do trabalhador na cidade de destino, maior são os salários. Especificamente, se comparado o primeiro ano do indivíduo no local de destino, com seu sétimo ano de permanência no mesmo local, é verificado uma elevação no efeito salarial, de 6,37% para 15,8%.

O mesmo ocorre na Coluna (2), que verifica a alteração no salário de acordo a ida do migrante para a grande cidade, comparando o primeiro e sétimo ano de exposição do migrante, há um crescimento de 5,67% para 12,1% sobre os salários.

Tabela 5 – Efeito do tempo de permanência dos trabalhadores no local de destino

Variáveis	(1)	(2)
	Log(salário)	Log(salário)
+1 ano	0.0637*** (0.002)	0.0567*** (0.005)
+2 anos	0.0830*** (0.003)	0.0704*** (0.005)
+3 anos	0.110*** (0.003)	0.0946*** (0.006)
+4 anos	0.125*** (0.003)	0.107*** (0.006)
+5 anos	0.126*** (0.004)	0.121*** (0.007)
+6 anos	0.134*** (0.005)	0.120*** (0.008)
+7 anos	0.158*** (0.008)	0.121*** (0.011)
Pequena Cidade	0.0219*** (0.002)	
Grande Cidade	-0.0151*** (0.002)	
Constante	7.149*** (0.010)	7.304*** (0.016)
Observações	398,443	162,574
R ²	0.420	0.397

Fonte: Elaboração própria. Controles na Coluna (1): *dummies* de ano, CNAE e tamanho de estabelecimento, permanência do trabalhador, regimes contratuais. Erros-padrão entre parênteses. *** $P < 0.01$.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, em relação aos aspectos gerais do estudo que compreendem as estatísticas descritivas, observa-se que houve uma elevação dos salários dos homens empregados em idade ativa no período analisado. Outro ponto em destaque deve-se a relação entre o nível de habilidade ocupacional e de escolaridade com os salários, no qual indica uma correlação positiva entre as variáveis, o que vai de acordo com a Teoria do Capital Humano. Quanto a frequência migratória de trabalhadores, percebe-se um nível elevado de trabalhadores migrando da pequena para a média cidade.

Em segundo lugar, em relação a contribuição do efeito aprendizagem para a evolução do processo migratório para as grandes cidades em nível de emprego formal demonstra que, os salários se elevam de acordo com a experiência e a habilidade ocupacional do trabalhador. Indivíduos com habilidade ocupacional muito alta têm vantagem salarial maior se comparados a trabalhadores com habilidade alta e média. Os resultados ainda sugerem a existência de um retorno de 0,10% à experiência, por ano adicional de trabalho.

Contudo, o impacto do tamanho da cidade sobre os salários dos trabalhadores se mostrou menor sob a ótica de efeitos fixos, isto é, há um declínio na elasticidade dos ganhos se comparado à estimativa por MQA, mostrando que, incluindo atributos individuais como educação, experiência, ocupação, entre outros, o efeito do tamanho da cidade não é tão relevante.

Em relação à experiência acumulada nas grandes cidades, foi possível assinalar que, trabalhar em grandes cidades é benéfico em termos dinâmicos de aprendizagem, que, por sua vez, é incorporada no capital humano dos trabalhadores.

Para o comportamento do ajustamento econômico do trabalhador sobre os salários, foi analisado o tempo de exposição do mesmo nas cidades de destino. Verificou-se que, independentemente do tamanho da cidade para a qual o trabalhador migra, há uma correlação positiva entre a permanência na cidade de destino com os salários. Especificamente comparando o primeiro e sétimo ano de exposição do migrante, há um crescimento de 5,67% para 12,1% sobre os salários. Esses resultados vão de acordo as análises de De La Roca *et al.* (2017) e Chiswick(1978).

Pretende-se futuramente abordar as potenciais fontes de viés na associação entre o ganho salarial e o tamanho das cidades, pois, um viés de variável omitida pode surgir se características de uma cidade



possibilitarem, simultaneamente, o aumento dos rendimentos e a atração de mais trabalhadores para a cidade, ocasionando em uma elevação de seu tamanho.

5 REFERÊNCIAS

- BAENINGER, R. Rotatividade Migratória : um novo olhar para as migrações internas no Brasil. *Revista Internacional de Mobilidade Humana*, v. 20, n. 39, p. 77–100, 2012.
- BECKER, G. Investment in Human Capital: A Theoretical Analysis. *Journal of Political Economy*, v.70, p. 9-49, 1962.
- CHISWICK, B. R. The Effect of Americanization on the Earnings of Foreign-born Men. *Journal of Political Economy*, v. 86, n. 5, p. 897–921, 1978.
- CHLETOS, M.; ROUPAKIAS, S. Native-immigrant wage differentials in Greece: discrimination and assimilation. MPRA Working Paper n. 39922, p. 0–29, 2012.
- D’COSTA, S.; OVERMAN, H. G. The urban wage growth premium: Sorting or learning? *Regional Science and Urban Economics*, v. 48, p. 168–179, 2014.
- DE LA ROCA, J. Selection in initial and return migration: Evidence from moves across Spanish cities. *Journal of Urban Economics*, v. 100, p-33-53, 2017.
- DE LA ROCA, J.; PUGA, D. Learning by Working in Big Cities. *Review of Economic Studies*, v.84, p.106–142, 2017.
- FREGUGLIA, R. S. **Efeitos da migração sobre os salários no Brasil**. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

Empregadas domésticas e cuidadoras profissionais: perfis convergentes, status dissonantes

Graciele Guedes
Doutoranda PPGE/UFF
gracielepguedes@yahoo.com.br

Elisa Monçores
Professora UFRRJ/Doutoranda PPGE/UFF
elisa_moncores@hotmail.com

1. Introdução

É fato marcante da análise do trabalho de cuidado remunerado que, assim como ocorre com o cuidado não remunerado, o mesmo é exercido majoritariamente por mulheres. Esta característica perpetua um elo entre a divisão sexual do trabalho na esfera privada e a posição das mulheres na esfera pública. Ou seja, ainda quando saem ao mercado de trabalho, há uma manutenção da divisão sexual do trabalho tradicional que faz com que as mulheres continuem sendo as principais responsáveis pelos cuidados, ainda que no âmbito mercantil.

No Brasil, uma massa não desprezível de trabalhadoras atua como pilar da prática de terceirização das atividades domésticas no país: em 2014, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), elas formavam cerca de 6,4 milhões de empregadas domésticas e de 1,2 milhões de cuidadoras profissionais.

As fronteiras que separam o trabalho exercido pelas cuidadoras profissionais e as empregadas domésticas são consideravelmente fluidas, sendo delicada a distinção entre as diferenças na atuação de um ou outro grupo (GUIMARÃES; HIRATA, 2016). Em parte, tal dificuldade advém da pendente regulamentação da profissão de cuidadora, cujo Projeto de Lei n. 4.702/2012 ainda se encontra em tramitação. Por outro lado, o obscuro limite entre o trabalho

de cuidadoras e empregadas domésticas é fruto da conhecida “polivalência” das atividades de cuidado.

Frequentemente, a diferença mais relevante entre a denominação de cuidadora e de empregada doméstica acontece no âmbito do *status* social que ambas as designações implicam. A princípio, assume-se que haveria uma maior valorização do exercício do trabalho das cuidadoras em face daquele desenvolvido pelas trabalhadoras domésticas, tendo em vista a precariedade e a invisibilização econômica e social a qual esta ocupação foi historicamente submetida.

Ao contrário do emprego doméstico, o uso do termo “cuidadora” é relativamente recente no uso cotidiano brasileiro, mostrando-se presente apenas a partir dos anos 2000 (GUIMARÃES; HIRATA, 2016). Sendo assim, pode-se pensar que essa nova possibilidade de nomeação – a cuidadora – que carrega consigo um afastamento do *status* do emprego doméstico, mas ao mesmo tempo mantém ao menos em parte suas funções, seja capaz de promover a migração ocupacional de um contingente de mulheres outrora potencialmente empregadas no emprego doméstico.

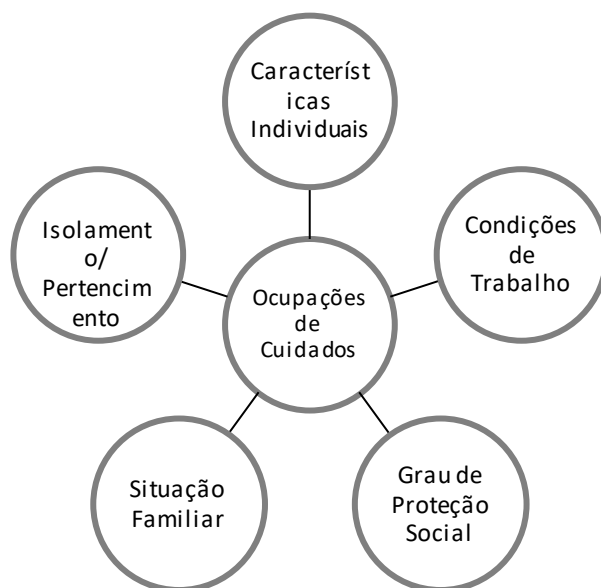
Esta conjectura não significa dizer que as mulheres já empregadas como trabalhadoras domésticas realizarão a migração para a função de cuidadoras – embora seja possível imaginar uma situação em que isso venha a acontecer em alguns casos. Apenas significa admitir a possibilidade de que uma nova ocupação possa estar absorvendo uma parcela da mão de obra feminina, cujo perfil potencialmente se assemelharia ao das trabalhadoras domésticas.

Este artigo se propõe a examinar em que medida os perfis socioeconômicos dos dois grupos de trabalhadoras se distanciou ou se aproximou ao longo dos anos estudados. O objetivo é realizar uma comparação da trajetória de indicadores quantitativos selecionados das empregadas domésticas brasileiras com aqueles encontrados para as cuidadoras profissionais, pontuando continuidades e inflexões¹. Tal comparação será realizada através dos dados das

¹ Por cuidador compreendem-se os indivíduos classificados sob o código 5162 da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do IBGE, que envolve tanto as atividades exclusivamente de cuidados de crianças quanto aquelas dedicadas aos jovens, adultos e idosos. O empregado doméstico é definido como o ocupado cuja posição no trabalho principal da semana de referência era de trabalhador doméstico com carteira, sem carteira, ou sem declaração de carteira. Para ambos os casos, consideramos apenas os ocupados de idade igual ou superior a 15 anos.

PNADs dos anos de 2002 a 2014²³ e os dados analisados giram em torno de cinco dimensões, a saber: características individuais, condições de trabalho, grau de proteção social, situação familiar, e isolamento/pertencimento.

Esquema Analítico 1 - Dimensões das Ocupações de Cuidados



Fonte: elaboração própria.

Nota: as cinco dimensões consideradas são compostas pelos seguintes indicadores:

- (i) gênero, idade, naturalidade, cor/raça, escolaridade, participação nos afazeres domésticos (características individuais);
- (ii) jornada de trabalho semanal, rendimento mensal, número de trabalhos na semana de referência (condições de trabalho);
- (iii) posição no domicílio, coabitação com crianças ou idosos (situação familiar);
- (iv) contribuição para a previdência no trabalho da semana de referência e/ou em trabalho anterior (grau de proteção social);
- (v) e associação a sindicato, tipo de sindicato a que se encontra associado (pertencimento/isolamento).

A análise aqui realizada privilegiou tanto o estudo das características individuais e de mercado de trabalho, como cor ou raça, idade e remuneração, quanto fatores relacionados à situação intradomiciliar dessas mulheres, tais como posição no domicílio e o número de horas dedicadas às atividades domésticas. Busca-se assim estabelecer o diálogo entre as características observadas no mercado de trabalho e a configuração da esfera privada, a partir do entendimento de que os resultados vivenciados pelas mulheres na esfera pública são em parte condicionados por suas experiências na esfera privada.

Ademais, o estudo evolutivo comparado dessas ocupações no tempo abre espaço para um outro nível de investigação, que estuda o alinhamento do movimento observado no trabalho

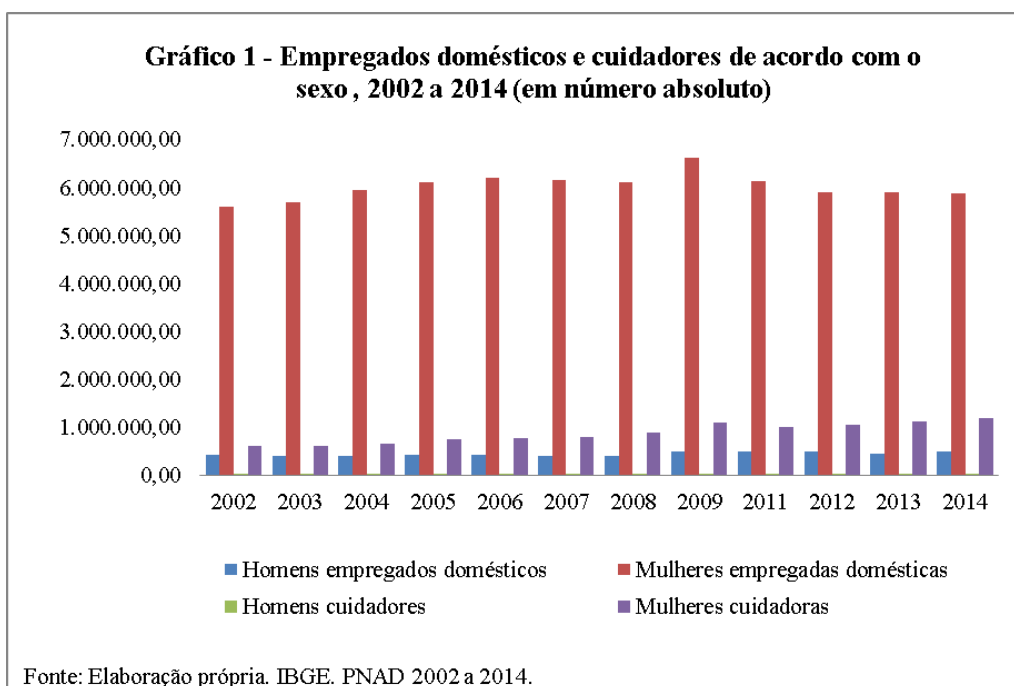
² Não são apresentados dados para o ano de 2010, uma vez que em anos de Censo a PNAD não vai a campo.

³ Foram excluídas da amostra as observações pertencentes ao Norte Rural por questões de compatibilização da série de dados.

feminino às dinâmicas de mercado de trabalho e do próprio ciclo econômico. Apesar do foco desta comunicação estar voltado para as características da vida pública e privada das mulheres inseridas nas ocupações aqui analisadas, realizou-se um esforço ao longo do trabalho de formular hipóteses a respeito da possível influência das modificações do quadro do mercado de trabalho brasileiro nos anos analisados sobre as ocupações em questão.

2. Cinco dimensões das ocupações de cuidados: entre convergências e inflexões

Em um primeiro momento ganha destaque a evolução quantitativa da ocupação de cuidador – De 2002 a 2014, o número de cuidadores de ambos os sexos dobrou, em trajetória distinta daquela verificada para os empregados domésticos, cujo número absoluto não apresentou alterações significativas. Com efeito, em 2002, o universo dos cuidadores era composto por 643 mil ocupados. Em 2014, este indicador perfazia 1,2 milhão de indivíduos (Gráfico 1). Chama a atenção o pico no total de cuidadores no ano de 2009, movimento este que pode estar associado ao ciclo econômico brasileiro. Em ocupações como o emprego doméstico observa-se que, em momentos de retração econômica, como em 2009, há um aumento do número de ocupados, e não uma retração, confirmando seu caráter de emprego de “segunda zona” (DUSSUET, 2002), cujo direcionamento do trabalhador ocorre na ausência de outras alternativas ocupacionais.

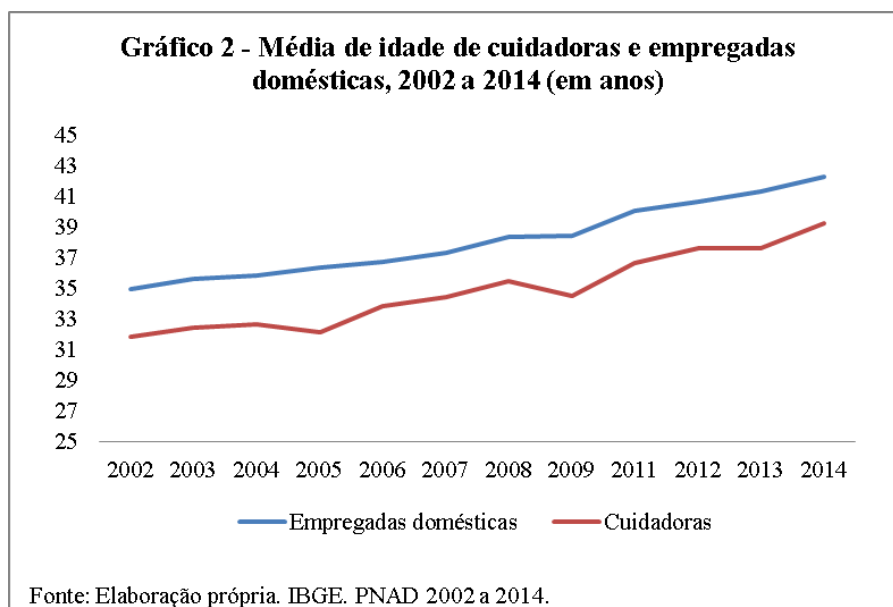


Já entre 2009 e 2012 - anos de reconhecida recuperação econômica e melhora expressiva no mercado de trabalho brasileiro – há um declínio no número de ocupados no emprego doméstico, ao passo que a ocupação de cuidador mantém sua trajetória de ascensão.

Adicionalmente, em diálogo com os resultados da literatura de gênero e mercado de trabalho, observa-se, igualmente nesta ocupação, um viés de gênero. No período investigado, as mulheres representam, em média, 97% do grupo dos cuidadores (os empregados domésticos são compostos em 93% por mulheres)⁴. Conforme explícito na literatura em questão, as mulheres estão inequivocamente sobrerrepresentadas nas ocupações caracterizadas por uma quase extensão das atividades domésticas desempenhadas historicamente pelo gênero feminino. Igualmente, no imaginário coletivo, prevalece a representação cognitiva de que as atividades do cuidado – ainda que profissionalizadas – devem ser exercidas por mulheres, uma vez que os saberes requeridos para o exercício dessas atividades são, por sua vez, concebidos como algo natural ao universo do feminino (DEVETTER; JANY-CATRICE; RIBAUT, 2009).

Conforme pode ser observado a partir de Avril (2006), e de Devetter e Rousseau (2011), diante da baixa ou ausente qualificação, características individuais como ser mulher, possuir determinada idade, e apresentar experiências prévias pessoais com o ‘cuidar’ se convertem em um ativo no mercado de trabalho dos cuidados. Desta forma, ademais do marcador de gênero, o atributo da idade é também evidenciado – Dos grupos etários analisados, as cuidadoras se concentram na faixa de idade de 36 a 50 anos, embora não seja desprezível o percentual de jovens nas faixas 15 a 18 anos e de 19 a 25 anos nesta ocupação. Em 2014, a média de idade dentre as cuidadoras era de 39 anos. Este resultado é igualmente observado no grupo das empregadas domésticas, com alta concentração na faixa etária de 36 a 50 anos e uma média de idade de 42,2 anos. Contudo, deve-se salientar que a participação de jovens adolescentes (15 a 18 anos) no grupo das empregadas domésticas é menos representativa que no primeiro grupo (5,6% em média).

⁴ Frente a esta evidência, referimo-nos a partir deste momento à ocupação no feminino. O mesmo será feito para o caso das empregadas domésticas.

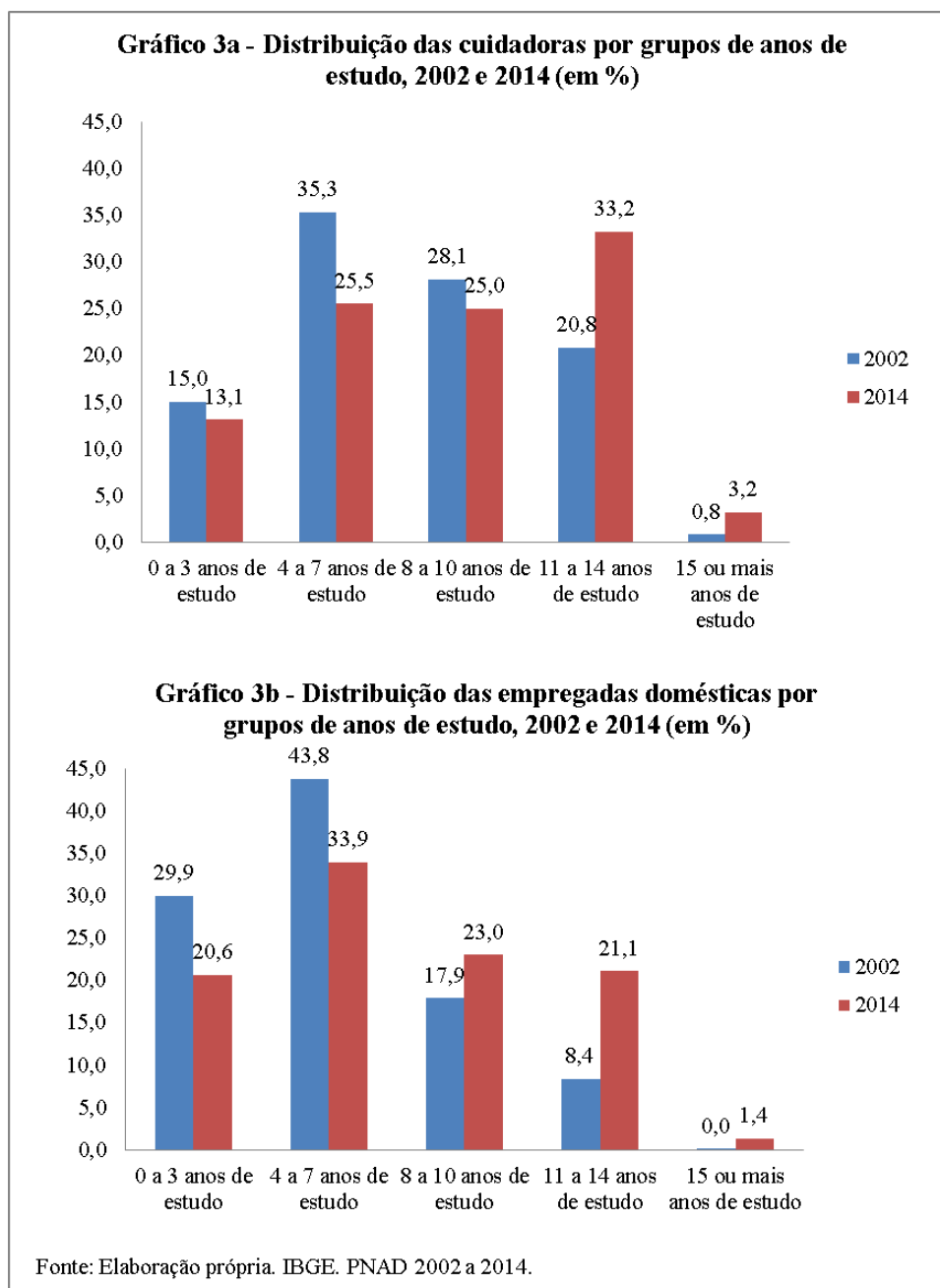


Observa-se também, ao longo dos anos, um processo de “envelhecimento” de ambas as categorias. Entre 2002 e 2014, a idade média das empregadas domésticas se elevou em 7,3 anos, número semelhante ao 7,4 anos experimentados pelas cuidadoras. Este fato pode ser um indicativo da busca de mulheres mais jovens por outras ocupações, justamente em um período em que o ciclo econômico expansivo proporcionou novas oportunidades em termos de mercado de trabalho. Aliado ao aumento da idade, há também a elevação da escolaridade média de ambos os grupos. Esta modificação também acompanha de certa forma a melhora nos níveis de escolaridade para toda a população, e em especial para as mulheres, nos anos em questão.

Em 2014, as cuidadoras possuíam, em média, 8,9 anos de estudo, frente aos 7,5 anos de estudo das empregadas domésticas, e à média de 8,1 anos no início da série. Quando classificadas por grupos de anos de estudo, a faixa de 4 a 7 anos de estudo era a predominante para ambas as categorias. Entretanto, desde 2011, há uma inflexão no grupo das cuidadoras e passa-se a assistir uma preponderância relativa dos indivíduos de 11 a 14 anos de estudo. No caso das empregadas domésticas, o grupo de 4 a 7 anos permanece como o mais relevante.

Ressalta-se que este resultado se torna relevante diante da discussão corrente com respeito à escolaridade mínima necessária ao exercício da atividade de cuidadora, cuja

concepção atual, por lei pendente de regulamentação, demanda a existência de ensino fundamental completo⁵.

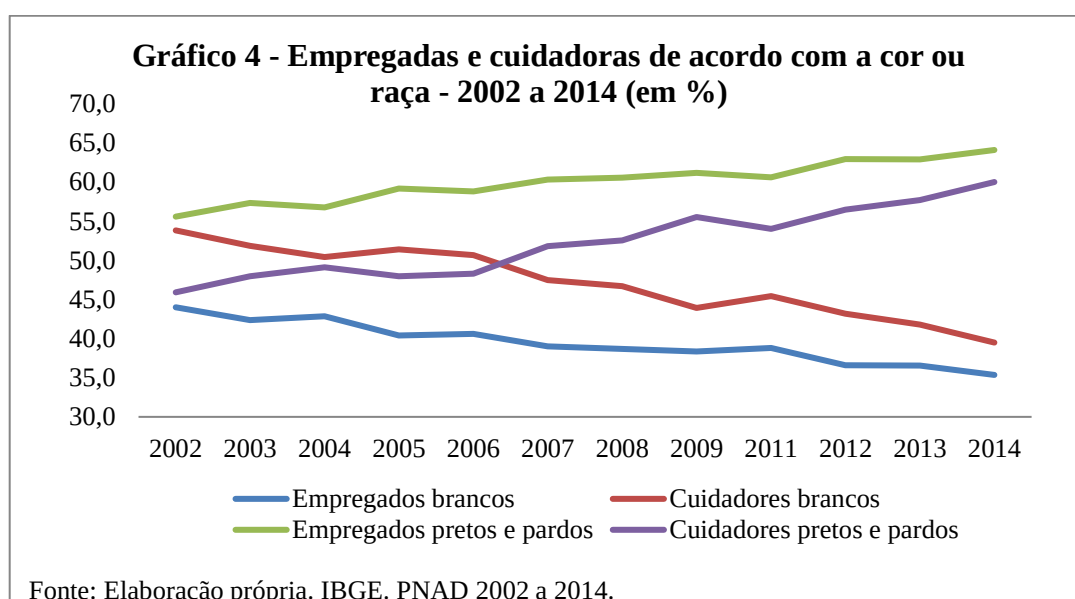


Bem como as empregadas domésticas, percentual representativo de cuidadoras (média de 22% *versus* 24% no caso das empregadas domésticas) é proveniente de outras unidades da federação, sobretudo da região Nordeste, fator este que pode estar associado à ainda alta

⁵ Para uma revisão abrangente sobre a regulamentação da profissão de cuidador, referir-se a Debert e Oliveira (2015).

acessibilidade relativa que a ocupação oferece. Em sua atual concepção⁶, a atividade profissional em questão não requer necessariamente fatores outros além de experiência prévia com o cuidado ou disponibilidade para seu exercício, podendo, desta forma, atrair indivíduos de menor escolaridade, qualificação, e migrantes, cujas chances de inserção no mercado de trabalho são relativamente menores.

Corroborando o viés de raça do emprego doméstico, em 2014, 60% das cuidadoras se autodeclararam pretas ou pardas. Contudo, deve-se observar que desde 2007 houve uma inflexão neste indicador – até este ano a predominância entre as cuidadoras foi de indivíduos que se autodeclararam brancos. Em se considerando especificamente o grupo das empregadas domésticas, a predominância de indivíduos pretos e pardos se manteve por todo o período analisado. Este resultado pode ser em alguma medida reflexo de um aumento geral no número de indivíduos que passaram a se autodeclarar pretos ou pardos ao longo dos últimos anos⁷.



Para este grupo ocupacional, ponto de constância parece ser o baixo grau de proteção social no qual ocorreram suas experiências anteriores no mercado de trabalho. Em 2014, em seu trabalho imediatamente anterior, apenas 43,9% das cuidadoras possuía carteira de trabalho assinada, embora este indicador tenha variado significativamente desde 2002 quando ínfimos

⁶ Faz-se referência aqui ao projeto de lei n. 4.702/2012, em tramitação, que regulamenta a profissão de cuidador. O mesmo prevê uma série de requisitos para o exercício da profissão, dentre eles o atendimento de curso de cuidador e a existência de diploma de ensino fundamental completo.

⁷ Para discussão, ver Paixão e Rossetto (2011).

18,2% dentre elas se encontrava ocupada com vínculo empregatício formal⁸. Não obstante, observa-se que a crescente formalização foi observada de forma geral na economia, a partir das políticas de mercado de trabalho adotadas neste interim (MOURA e BARBOSA FILHO, 2014). Para estas categorias, em especial, somam-se a este fator os direitos adquiridos a partir da aprovação da PEC do emprego doméstico, cujo efeito se estende às cuidadoras. Dentre tais direitos se enquadra o de registro em carteira.

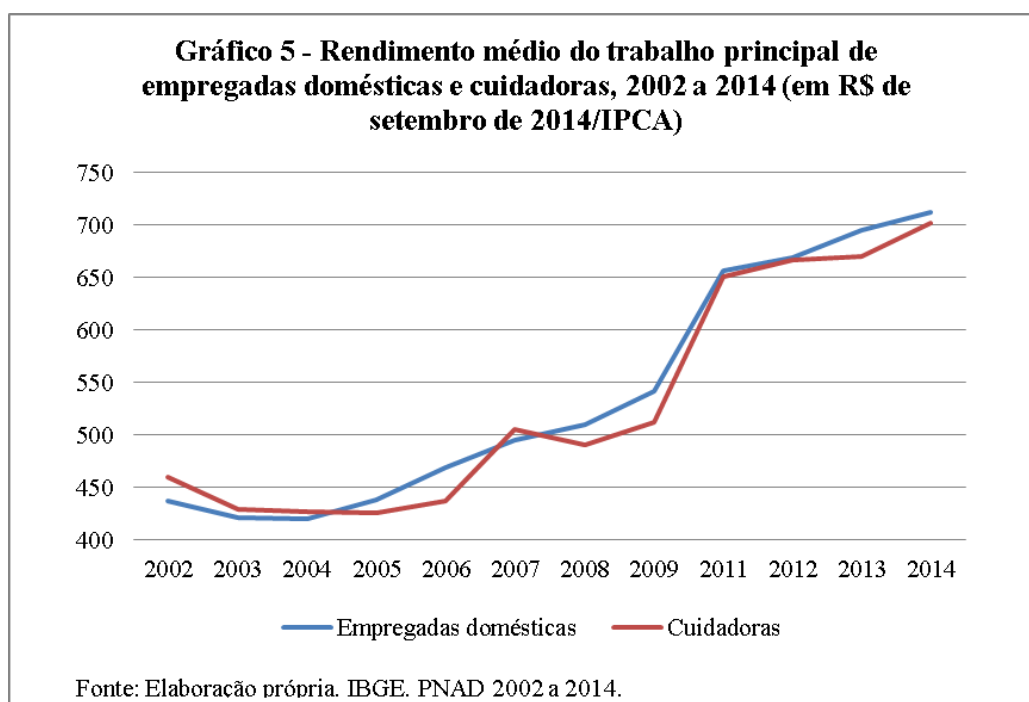
Ganha destaque a alta disponibilidade temporal que estas mulheres ofertam uma vez ocupadas como cuidadoras. Não obstante o fato de que para 97% das cuidadoras e empregadas domésticas a ocupação principal seja a única na semana de referência, as longas jornadas parecem ser características na ocupação – Nos anos analisados, percentual sempre superior a 60% das cuidadoras, e em média 58% das empregadas domésticas possuía carga horária igual ou superior a 40 horas semanais, configurando uma jornada média de 41 horas e de 37 horas, respectivamente.

Tal resultado pode ser respaldado pela própria demanda temporal exigida pelo ato de cuidar. Para as cuidadoras de idosos, por exemplo, requer-se uma atenção contínua com relação ao membro dependente, o que desemboca na contratação, por parte do indivíduo cuidado e/ou de sua família, de profissionais disponíveis para o exercício de longas jornadas. Araújo (2014), a partir da investigação de uma empresa de intermediação de cuidadoras de idosos no Rio de Janeiro, sublinha a preferência pela contratação de cuidadoras no regime 48 horas/48 horas.

De forma simplificada, o tempo social e as articulações que lhe são próprias podem ser subdivididos em trabalho remunerado e trabalho não remunerado. No tocante à segunda destas dimensões, percebe-se que o alto número de horas dedicadas ao trabalho remunerado não implica, contudo, um arrefecimento no número de horas dedicadas às atividades do ambiente doméstico no qual estão inseridas estas mulheres. As em média 90% das cuidadoras e empregadas domésticas que afirmaram se ocupar dos afazeres domésticos na semana de referência gastavam ao redor de 22 horas semanais com tais atividades. Em termos numéricos, isto representa que entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado cuidadoras e domésticas despendiam em média 62,6 e 58,6 horas semanais, respectivamente.

⁸ Cabe aqui ressaltar que este quesito possui uma baixa taxa de resposta, uma vez que é exclusivamente perguntado aos indivíduos que afirmaram positivamente ao quesito de haver saído de emprego no ano imediatamente anterior ao da Pesquisa.

A expressiva carga temporal de trabalho não parece, contudo, traduzir-se em termos salariais. Em 2014, o rendimento médio do trabalho principal para as cuidadoras equivalia a R\$ 702,20, valor este muito próximo ao auferido pelas empregadas domésticas (R\$ 712,20). Em termos comparativos, o salário mínimo nominal em Setembro de 2014 equivalia a R\$724,00, valor este superior em 3% àquele auferido pelas cuidadoras e 1,6% superior ao recebido mensalmente pelas empregadas domésticas. Uma vez traduzido em rendimento/hora de trabalho remunerado, as cuidadoras recebiam valor levemente inferior àquele das domésticas – R\$18,00 (cuidadoras) e R\$21,10 (domésticas) em 2014. Entre 2002 e 2014, o rendimento médio do trabalho principal de empregadas e cuidadoras sofreu valorização de, respectivamente, 62,8% e 52,1%. Apesar do crescimento do indicador, ainda assim a variação verificada para ambas as categorias se encontra abaixo da valorização real do salário mínimo no período (66,8%).



Em análise para o caso francês, Devetter; Jany-Catrice & Ribault (2009) igualmente salientaram o baixo valor monetário auferido na esfera dos cuidados profissionais. De acordo com os autores, este resultado pode ser interpretado pela ótica da reduzida valoração simbólica atribuída à ocupação, uma vez que, por ser exercido preponderantemente por mulheres e concebido como uma atividade feminina *por excelência*, este é também compreendido como

um trabalho ‘que qualquer um poderia fazer’ (DUSSUET, 2002). Outrossim, o baixo percentual de cuidadoras que contribuem para a previdência (média de 30% no período considerado), ou seja, a baixa formalização presente na ocupação em questão, pode também aportar uma justificativa adicional para os baixos salários auferidos.

Em se tratando especificamente do diminuto percentual de cuidadoras que possuíam duas ou mais ocupações na semana de referência (inferior a 3%), nota-se uma alteração significativa no tipo de ocupação exercida na atividade secundária, quando existente, pela categoria das cuidadoras. Estas, que em 2002, encontravam-se ocupadas notadamente em atividades de serviços como as de comerciantes, vendedoras, ou ambulantes, ou em ocupações dos ramos alimentício, de vigilância, costura, lavanderia e tinturaria e limpeza, ou possuíam mesmo um segundo vínculo como cuidadora; possuíam, em 2014, destacadamente como segundo vínculo empregatício a ocupação de trabalhador nos serviços domésticos. Percebe-se aqui, portanto, como essas categorias se interpenetram, isto é, para 16% das cuidadoras que em 2014 possuíam uma segunda ocupação na semana de referência, esta era a de trabalhadora nos serviços domésticos.⁹

Considerando o cenário familiar no qual as cuidadoras encontram-se inclusas, pode-se observar o expressivo e crescente percentual das quais se declaram pessoas de referência ou cônjuge. Com efeito, em 2014, do universo de 1,2 milhão de cuidadoras, 35% se autodeclararam pessoas de referência no domicílio, resultado este superior em 16 pontos percentuais ao observado em 2002. De igual forma, observa-se um decréscimo no percentual de cuidadoras identificadas como filhas em seus respectivos domicílios. Atribui-se este movimento notadamente a dois fatores, são eles o aumento geral no número de mulheres que passou a se declarar pessoa de referência (IBGE, 2014), e ao próprio aumento da idade média das cuidadoras, conforme pontuado em parágrafo precedente. O mesmo é válido no caso do segundo grupo ocupacional analisado. No último ano investigado, 44,2% das domésticas se caracterizavam como pessoa de referência do domicílio, frente aos 26,2% de 2002.

A esta evidência se soma o fato de que, em média, em 43% dos domicílios nos quais as cuidadoras residem, ou em 46% dos domicílios de residência das empregadas domésticas,

⁹ Reitera-se, contudo, que este percentual representa diminutos casos na amostra, uma vez que é baixo o percentual de cuidadoras que possuem mais de uma ocupação na semana de referência.

coabita ao menos uma criança ou idoso¹⁰. Este indicador se torna relevante na medida em que pode representar uma demanda de cuidado intradomiciliar, sobretudo em se considerando a sobre-representação deste grupo ocupacional em posições de centralidade no domicílio, isto é, chefes ou cônjuges, o que pode em certa medida conferir às mesmas a responsabilidade por membros dependentes do domicílio. Ademais, conforme salientado pela literatura de cuidados e mercado de trabalho, as necessidades de cuidados domiciliares com membros dependentes do domicílio se convertem em entrave adicional à entrada em atividades remuneradas.

A despeito do fato de que em pesquisas domiciliares e em exercícios quantitativos como o que propomos seja difícil analisar dimensões simbólicas e/ou psicológicas, buscamos aqui, sucintamente, observar o grau de pertencimento/isolamento das ocupações dos cuidados a partir da participação sindical. Com efeito, ainda que às ocupações em questão seja creditado um alto conteúdo relacional – destacadamente pronunciado nas ocupações de serviços – tal representação, ao menos no caso das empregadas domésticas, deve ser, em certa medida, ponderada, uma vez que tal atividade é por vezes desempenhada em total isolamento, cujo contato com seu empregador se resume eventualmente a instruções gerais passadas no início ou ao fim de sua jornada (DEVETTER; ROUSSEAU, 2011).

Não surpreendentemente, esta evidência reverbera no indicador de filiação sindical. Em média, apenas 3% das cuidadoras e 2% das empregadas domésticas declararam participar de algum sindicato, percentuais contrastantes com a taxa de sindicalização para o total dos ocupados, que era de 17,7%. Este resultado, aliado ao aspecto insular destas atividades, pode adicionalmente ser analisado pelas longas jornadas semanais a que estão submetidos ambos os grupos ocupacionais, bem como à sobre-representação feminina entre cuidadoras e empregadas domésticas. Dado que, dentre as mulheres, comparativamente ao gênero masculino, a participação política é significativamente menos representativa, pontua-se que este fator pode impactar o dado observado.

No que se refere especificamente às cuidadoras profissionais, o processo de inserção sindical pode igualmente ser tolhido pelo não reconhecimento da profissão, o que desembocaria, por conseguinte, em uma dificuldade adicional de mobilização política ou mesmo na informação/decisão de em qual sindicato se filiar. A desagregação por tipo de

¹⁰ A denominação de criança compreende a faixa etária de 0 a 6 anos, e de idosos aquela igual ou superior a 60 anos.

sindicato não nos auxilia, contudo, a elucidar tal “nebulosidade” da representação sindical – Dentre o irrisório grupo das, sejam elas cuidadoras ou domésticas, que se declarou pertencente a sindicato, a parcela mais representativa é daquelas que disseram pertencer ao grupo sindical genérico denominado “empregados urbanos”¹¹.

Considerações finais

Os dados apresentados ao longo do trabalho sugerem uma convergência ao longo dos anos entre o perfil das trabalhadoras domésticas e das profissionais de cuidado em praticamente todos os indicadores analisados. Ambas as ocupações são majoritariamente exercidas por mulheres pretas e pardas e contam com baixo nível de remuneração e de proteção social e alta carga horária de trabalho remunerado, somada a extensas jornadas não remuneradas.

Curiosamente, a única característica socioeconômica que de fato as diferencia é a escolaridade, consideravelmente mais alta para o grupo das cuidadoras. Contudo, este fato não se converteu até o momento em maior remuneração no mercado de trabalho, o que reforça a hipótese de que a procura pela ocupação de cuidadora se daria mais pelo *status* social conferido por essa profissão frente a de empregada doméstica.

Referências

ARAÚJO, A. B. As empresas de cuidado de idosos, as cuidadoras e as demandas do trabalho: continuidades e descontinuidades entre a esfera familiar e a esfera do mercado. In: Encontro Anual da ANPOCS, 38, 2014, Caxambu. **Anais do 38º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 2014.

AVRIL, C. **Aide à domicile pour personnes âgées**: un emploi-refuge. Mimeo. 2006.

DEBERT, G. G.; OLIVEIRA, A. M. de. A profissionalização da atividade de cuidar de idosos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 18, p.7-41, dez. 2015.

DEVETTER, F-X.; JANY-CATRICE, F.; RIBAUT, T. **Les services à la personne**. Paris: La Découverte, 2009. 128 p.

DEVETTER, F-X.; ROUSSEAU, S. **Du Balai**. Essai sur le ménage à domicile et le retour de la domesticité. Ivry-Sur-Seine: Raisons d’agir, 2011. 140 p.

¹¹ As demais opções de resposta são sindicato de trabalhadores rurais, de trabalhadores autônomos, de trabalhadores avulsos, e de profissionais liberais.

DUSSUET, A.. Le genre de l'emploi de proximité. **Lien social et Politiques**, n. 47, p.143–154, 2002.

GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. La frontera entre el empleo doméstico y el trabajo profesional de cuidados en Brasil: Pistas y correlatos en el proceso de mercantilización. **Sociología del Trabajo**, n. 86, p.7-27, 2016.

IBGE. **Estatísticas de Gênero: Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010**: IBGE, 2014.

MOURA, R. L. de; BARBOSA FILHO, F. de H. A queda da informalidade no Brasil entre 2002 e 2012. In: BONELLI, Regis; VELOSO, Fernando (Org.). **Panorama do mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2014. Cap. 6. p. 125-148.

PAIXÃO, M.; ROSSETTO, I. Levantamento das fontes de dados estatísticos sobre a variável cor ou raça no Brasil contemporâneo: terminologias classificatórias, qualidade das bases de dados e implicações para as políticas públicas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35, 2011, Caxambu. **Anais do 35º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 2011.

O IDOSO NO MERCADO DE TRABALHO

Lídia Pereira Rodrigues

Universidade Federal de Ouro Preto

lidiarodrigues.bh@gmail.com

Mariângela Furlan Antigo

Universidade Federal de Minas Gerais

– maantigo@cedeplar.ufmg.br

Kenya Valéria Micaela de Souza Noronha

Universidade Federal de Minas Gerais

- kvmicaela@gmail.com

1 . Introdução

Nas últimas décadas, o processo de envelhecimento populacional vem ocorrendo em vários países e sua discussão torna-se cada vez mais intensa e importante dada as consequências econômicas e estruturais que essa mudança trará para as sociedades em várias esferas. Aliada ao aumento da população idosa, a queda nas taxas de fecundidade também afeta o mercado de trabalho e as transferências intergeracionais. No médio e longo prazo, a redução da população jovem levará a uma conseqüente redução da população em idade ativa (PIA), ao passo que o aumento dos idosos levará ao envelhecimento da mão de obra. Isso conduzirá a um aumento da permanência da população idosa no mercado de trabalho, levando a uma mão de obra mais envelhecida e com mais experiência. Assim, o adiamento da aposentadoria está sendo colocada como uma possível saída para o estrangulamento que rapidamente ocorrerá nos sistemas de previdências sociais de vários países, incluindo o Brasil.

Assim como ocorre em outros países, o sistema de seguridade no Brasil tem um papel substancial na renda de milhões de pessoas (Corrêa e Queiroz, 2008) provocando vários

debates em torno de seu financiamento e sustentabilidade, além de suas conseqüências para a economia do país. No caso brasileiro, o sistema previdenciário é dividido em Regime Geral de Previdência Social, o RGPS, que atende a todos os trabalhadores de forma genérica, os Regimes Próprios de Previdência Social, os RPPS, destinados aos servidores públicos (de cada ente federativo) e, por fim, a previdência complementar, que possui filiação facultativa – em contraste com os dois primeiros que são de filiação obrigatória (Corrêa e Queiroz, 2014; Turra e Queiroz, 2005). Além disso, com a Constituição de 1988, a seguridade social foi estendida para grupos até então excluídos, como os trabalhadores rurais e para os idosos com renda baixa que não contribuíram para o sistema durante sua vida economicamente ativa. A previdência brasileira está organizada sob o sistema *Pay-As-You-Go* (PAYGO), em que os benefícios pagos aos idosos e aos outros beneficiários são financiados pela população então ativa (Turra e Queiroz, 2005; Queiroz, 2008; Queiroz, 2011). Dessa maneira, a sobrevivência do sistema, que está baseado em um regime de partição, necessita do equilíbrio entre contribuição e contribuintes e da proporção de beneficiários e contribuintes (Corrêa e Queiroz, 2008). Quando o sistema foi assim concebido, esse equilíbrio não era um problema, uma vez que a taxa de crescimento da população brasileira era alta e a expectativa de vida era baixa. Contudo, nas últimas décadas, a razão entre trabalhadores e aposentados tem diminuído consideravelmente, devido ao processo de envelhecimento, o que coloca em risco a sustentabilidade do sistema de pensões do país (Queiroz, 2011).

Segundo a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OECD, 2015), a razão de dependência dos idosos brasileiros (64 anos ou mais) vem aumentando com os anos. Em 2013, a razão era de 10,0; já em 2014 se elevou para 12,9, indicando que a população em idade ativa deve sustentar uma grande proporção de idosos, o que pode ser traduzido para consideráveis encargos assistenciais, pagamentos de aposentadorias e pensões, e gastos cada vez maiores com saúde. De acordo com Turra (2012), a razão de suporte fiscal no Brasil (razão entre tributos e gastos agregados), será 31% menor em 2050 comparativamente a 2010. Assim, o rápido processo de envelhecimento da população brasileira terá grandes impactos na sustentabilidade do sistema previdenciário, além de outras conseqüências, como impactos no crescimento econômico e no mercado de trabalho.

Com esse cenário, alternativas estão sendo buscadas para minimizar os impactos do envelhecimento populacional nas contas fiscais do país. A reforma do sistema previdenciário tem sido discutida como uma das maneiras de contornar a insustentabilidade do sistema como, por exemplo, impondo uma idade mínima para a aposentadoria (Queiroz, 2008; Queiroz, 2011; Wong e Carvalho, 2006). Além disso, a permanência ou o retorno dos idosos ao mercado de trabalho também tem sido apontado como uma solução para o problema previdenciário. Com a mudança do papel do idoso na sociedade, este não é mais visto como um indivíduo incapaz, mas como uma pessoa que pode continuar inserido nas atividades da sociedade e, de maneira especial, no mercado de trabalho (Turra, 2012; Camarano, 2012; Wong e Carvalho, 2006; Rocha, 2012). Portanto, uma tendência real de crescimento da oferta de trabalhadores idosos, juntamente com um deficiente sistema previdenciário, indicam a importância de se pensar o papel do idoso na sociedade e, especificamente, no mercado de trabalho. Nesse sentido, o presente trabalho busca mensurar como atributos individuais e relacionados à saúde do idoso influenciam a sua participação ou não do mercado de trabalho.

2. Debate Bibliográfico

Com a transição demográfica, iniciada na metade do século passado, a transição da estrutura etária brasileira já pode ser observada em nossa sociedade. Essa modificação na composição da população trará, cada vez mais, mudanças nos mais variados setores sociais e econômicos e, ainda, nos padrões comportamentais de nossa sociedade. Sendo assim, a necessidade de avaliar as consequências desse envelhecimento torna-se essencial, principalmente para as contas públicas – dado que esse envelhecimento ocorre concomitantemente com quedas nas taxas de natalidade, diminuindo, com o passar do tempo, a população em idade ativa – PIA, e queda nas taxas de mortalidade, aumentando a longevidade da população. Dado esse contexto demográfico, percebemos um crescimento na proporção de idosos na população brasileira o que leva, consequentemente, a um aumento da importância demográfica, social e econômica desse grupo.

O envelhecimento não está mais associado a uma visão de uma terceira idade comprometida fisicamente ou financeiramente, visto que os recursos assistenciais para

esse grupo da população têm auxiliado seu envelhecimento e sua longevidade. Uma indicação dessa mudança é uma tendência de crescimento de domicílios chefiados por idosos (Camarano, 2012; Camarano, 1999), além do fenômeno intitulado por alguns autores de “feminização da velhice” (Camarano, 2002; Nonato et al., 2012), que poderia ser exemplificado com o aumento no número de mulheres acima de 60 vivendo sozinhas.

Assim, podemos vislumbrar a importância da discussão sobre o envelhecimento da população brasileira, em que a atual situação demográfica, caracterizada por baixas taxas de fecundidade e de mortalidade, implica mudanças no padrão de transferência de recursos públicos e privados. Alternativas devem ser pensadas nesse sentido para equilibrar o sistema previdenciário. Especialmente na conjuntura brasileira atual, em que a principal dificuldade econômica do envelhecimento populacional é o alto custo do pagamento das pensões e aposentadorias e – o mais importante – sua sustentabilidade. Esse fato se agrava pela inadimplência de muitas empresas e dos trabalhadores do mercado informal que não contribuem para a Previdência Social (Rocha, 2012). Outro problema tem sido as aposentadorias “precoces”, que levam as pessoas a passarem mais tempo aposentadas do que trabalhando e contribuindo (França, 2013). Wong e Carvalho (2006) alertam para o fato de que se as atuais receitas e despesas governamentais per capita permanecerem constantes, há um risco eminente do débito fiscal se tornar insustentável, visto que as despesas, em alguns anos, tornar-se-ão significativamente maiores.

A permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho por mais tempo pode amenizar o peso fiscal e auxiliar o ajuste das contas – apesar de mais tempo de trabalho resultar em aposentadorias maiores no fim da vida laboral. Assim, com a diminuição da PIA e as pressões no sistema previdenciário, a permanência do idoso no mercado de trabalho surge como uma alternativa. De acordo com Wong e Carvalho (2006), Camarano et al. (1999) e Wajnman et al. (2004) esse fenômeno já ocorre no cenário brasileiro. Liberato (2003) mostra, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que no início dos anos oitenta, a taxa de atividade dos homens “aposentados” entre 40 e 80 anos de idade era de 25% e, no final dos anos noventa, essa participação aumentou para 33%. Segundo Camarano et al. (2012) os trabalhadores, tanto do setor urbano quanto do rural, estão se aposentando, em média, em torno de três anos após a idade mínima

requerida pelos regimes de aposentadoria. Mas, muitas empresas têm estimulado a permanência de profissionais idosos no mercado, sobretudo, devido às experiências e ao conhecimento acumulado.

De fato, como apontam alguns autores (Camarano, 2002; França, 2013; Nonato et al., 2012; Wajnman et al., 2004) essa alteração do papel do idoso frente à sociedade e, principalmente, no mercado de trabalho já pode ser vista através da maior autonomia do idoso pela melhora nas condições de saúde e tecnologia, pelo aumento na proporção de idosos chefes de família, maior participação da renda do idoso na renda familiar, maior incentivo das organizações para manter trabalhadores mais experientes no quadro de funcionários, aumento persistente nos níveis de atividade econômica dos idosos etc. Dessa forma, o debate sobre a inserção do idoso no corpo social torna-se mais significativo, visto que é um grupo muito heterogêneo em vários aspectos como, por exemplo, raça, escolaridade, formas de ocupação, dentre outros, requerendo uma discussão cada vez mais aprofundada sobre o tema (Wajnman et al., 2004).

3. Procedimentos metodológicos e resultados

Para realizar o estudo proposto foram utilizadas a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para os anos de 2003 e 2008 e a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) para o ano de 2013, realizadas pelo IBGE. Optou-se por estudar somente o setor urbano do país em razão das diferenças na legislação previdenciária urbana e rural – o que poderia interferir significativamente nos resultados. Tomando por base a definição dada pela Organização Mundial da Saúde, consideraremos como idoso a pessoa que tenha 60 anos ou mais.¹

Pela descritiva da amostra, percebe-se que ao longo dos três anos considerados, 2003, 2008 e 2013, há um contínuo crescimento da proporção dos idosos na PEA total do país: em 2003 os idosos representavam 4,78% da PEA brasileira, em 2008 essa proporção subiu para 5,31%, atingindo um total de 6,18% em 2013. Quando observamos esse crescimento

¹ Outros trabalhos também utilizam essa definição: Camarano, 1999; Camarano, 2002; Camarano et al., 2012; Rocha, 2012; Wajnman et al., 2004.

por sexo, percebemos que ambos estão permanecendo por mais tempo no mercado de trabalho. A proporção de homens idosos na PEA total passou de 5,52% em 2003 para 6,38% em 2013, enquanto para as mulheres o aumento foi de 3,68% em 2003 para 5,37% em 2013. Com relação aos atributos individuais, observam-se maiores taxas de participação para idosos entre 60 e 64 anos (masculina 60% e feminina 30%), não aposentados (masculina 74,8% e feminina 19,1%), chefes de domicílio (masculina 40% e feminina 16%), com escolaridade superior a 12 anos (masculina 52% e feminina 31%), residentes nas regiões Norte e Sul e que possuem renda nos quintis mais superiores. Por fim, em relação às variáveis de saúde, as maiores taxas de participação encontram-se entre os idosos que declaram ter uma saúde muito boa ou boa (masculina 52% e feminina 24%) e entre os idosos que possuíam uma ou nenhuma doença crônica (33%).

Com a utilização do modelo Logit (Gujarati, 2011), busca-se analisar como as características individuais estão associadas com a probabilidade de um idoso estar ou não na PEA. Para o presente trabalho, a variável dependente é participar da PEA e as variáveis de referência são: mulher, 80 anos de idade ou mais, região não metropolitana, não branco, não ser aposentado, não ser chefe no domicílio, não possuir instrução ou possuir menos de um ano, região Norte, estar no primeiro quintil de renda familiar, possuir saúde auto avaliada muito ruim, e ter o número máximo de doenças crônicas. Dessa maneira, as razões de chance calculadas para cada variável demonstrarão se, em relação à referência, o indivíduo possui maior ou menor probabilidade de estar no mercado de trabalho. Os resultados encontram-se na tabela abaixo.

Tabela: Modelo Logit com variáveis de saúde, Brasil urbano, 2003, 2008 e 2013

	PNAD 2003 n = 29.500		PNAD 2008 n = 34.385		PNS 2013 n = 8.645	
	Razão de chance	Desvio padrão	Razão de chance	Desvio padrão	Razão de chance	Desvio padrão
Sexo (ref. mulher)	4,24*** ²	0,154	3,77***	0,119	2,83***	0,174
60 a 64 anos	6,49***	0,443	9,75***	0,648	14,00***	2,607
65 a 69 anos	3,80***	0,264	5,35***	0,361	8,14***	1,527
70 a 74 anos	2,48***	0,181	3,00***	0,215	4,43***	0,865
75 a 79 anos	1,66***	0,135	2,32***	0,179	2,72***	0,578

² Coeficientes significativos a 1%***, 5%** e 10%*.

Região metropolitana	0,60***	0,020	0,72***	0,021	1,06***	0,072
Branca	0,81***	0,029	0,81***	0,025	1,00***	0,066
Aposentado	0,33***	0,012	0,37***	0,012	0,29***	0,109
Chefe	1,57***	0,059	1,37***	0,043	1,13	0,324
Fundamental completo	0,84**	0,057	0,82**	0,048	1,32	0,118
Médio incompleto	0,96	0,136	0,74**	0,064	2,00	0,511
Médio completo	0,75***	0,046	0,73***	0,037	1,09	0,059
Superior incompleto	1,05	0,142	0,98	0,097	1,97***	0,207
Superior completo ou +	1,55***	0,110	1,29***	0,077	0,87	0,087
Nordeste	0,99	0,057	1,02	0,058	0,78	0,078
Sudeste	0,67***	0,039	0,79***	0,044	0,95	0,109
Sul	1,09	0,070	0,96	0,058	1,15	0,144
Centro-oeste	0,70***	0,054	0,90	0,063	1,15	0,144
Distrito Federal	0,62***	0,074	0,53***	0,057	0,62	0,122
2º quintil de renda	1,06***	0,052	1,05***	0,050	1,15	0,104
3º quintil de renda	1,64***	0,082	2,10***	0,095	1,14	0,109
4º quintil de renda	1,69***	0,085	2,02***	0,095	1,06	0,116
5º quintil de renda	1,83***	0,103	2,54***	0,133	1,10	0,124
SAA³: muito boa	3,22***	0,441	3,13***	0,376	4,67***	1,26
SAA: boa	2,85***	0,441	2,57***	0,287	3,40***	0,860
SAA: regular	2,32***	0,294	2,02***	0,222	2,76***	0,693
SAA: ruim	1,44***	0,195	1,41**	0,167	1,79***	0,486
Número de doenças	0,90***	0,011	0,91***	0,010	0,96	0,025
Constante	0,03	0,005	0,02	0,003	0,01	0,004

Fonte: Elaboração própria a partir das Pnads 2003 e 2008 e PNS 2013

Pela leitura da tabela, apreende-se que a probabilidade de um homem idoso estar na PEA é maior que a de uma mulher idosa, o que está de acordo com as maiores taxas de participação masculinas. Os homens possuem uma chance aproximada, quatro vezes maior do que as mulheres de estarem na PEA. Esse resultado gera preocupação quando colocamos em pauta a questão da feminização da velhice. De acordo com Chaimowicz (1997) os problemas dos idosos são, na verdade, os problemas das mulheres idosas, visto que, por viverem mais do que os homens e por se tornarem viúvas e terem maiores

³ Saúde Auto-Avaliada

dificuldades para o recasamento, essas mulheres são mais sozinhas e apresentam menores níveis de instrução e renda e maiores queixas de saúde, o que dificulta ainda mais sua inserção no mercado de trabalho.

Analisando os grupos etários, há uma clara relação negativa entre a idade e a probabilidade de estar no mercado de trabalho. Nos três anos considerados, a maior razão de chance encontra-se no primeiro grupo etário, 60 a 64 anos, e vai diminuindo quando aumentamos a idade. Para o idoso que reside em uma região metropolitana a probabilidade de estar trabalhando é menor para os anos de 2003 e 2008. Contudo, para o ano de 2013 na PNS, a chance desse idoso estar na PEA aumenta. Percebemos, também, que as razões de chance de estar na PEA aumentam juntamente com o aumento da renda. Por sua vez, estar aposentado diminui a probabilidade do idoso pertencer à PEA.

Ademais, ser chefe de domicílio e não branco aumenta a probabilidade do idoso trabalhar assim como maior escolaridade. Nesse caso, a probabilidade de estar no mercado de trabalho se mostra mais intensa nas faixas de escolaridade mais altas, ou seja, superior incompleto e superior completo ou mais. Para Wajnman et al. (2004) essas diferenças podem ser explicadas pelo fato da maior qualificação compensar a perda da capacidade laborativa que ocorre devido ao envelhecimento, sendo, portanto, o nível de escolaridade um fator determinante para a permanência do idoso no mercado de trabalho.

As variáveis de saúde, saúde auto-avaliada e número de doenças crônicas foram adicionadas na análise para mensurar como a situação de saúde dos idosos pode influenciar na oferta de trabalho. Conforme demonstra Giatti e Barreto (2003), estudos apontam para o fato de que “as pessoas que trabalham apresentam melhores condições de saúde do que a população em geral, e que as pessoas doentes e incapazes são, geralmente excluídas do mercado de trabalho” (p. 760). Portanto, a questão da saúde também afeta a decisão do idoso de ofertar ou não sua mão de obra e, também, a maneira como ele é ou não aceito no mercado de trabalho. Segundo Uchôa et al. (2002), o número de doenças crônicas é um fator importante quando refletimos sobre o envelhecimento populacional, visto que este pode ser um impedimento para o idoso participar do mercado de trabalho.

Com relação às variáveis de saúde, constata-se uma clara relação positiva entre a probabilidade de estar na PEA e a SAA: quanto melhor o idoso avalia sua saúde, maior será sua razão de chance de estar no mercado de trabalho. Por exemplo, quando averiguamos o ano de 2013, para os idosos que declararam estar com a saúde muito boa, a chance de estar no mercado de trabalho aumenta em quatro vezes, se comparados aos idosos que declararam ter a saúde muito ruim. Este resultado vai de encontro às conclusões apresentadas por Giatti e Barreto (2003), que também mostram que percepção de saúde e oferta de trabalho estão positivamente relacionados.

Por sua vez, quanto maior o número de doenças crônicas que o idoso possui, menor sua probabilidade de estar no mercado de trabalho. Pautado nisso, de acordo com Giatti e Barreto (2003), há uma associação entre maior morbidade e mortalidade e menor qualificação no trabalho, o que pode estar relacionado à qualificação ocupacional e escolaridade, auto-estima, renda e outras variáveis que afetam diretamente as condições de vida do indivíduo.

4. Conclusões

Este artigo buscou estudar os determinantes da permanência do idoso brasileiro no mercado de trabalho, tendo por motivação as mudanças demográficas vivenciadas pelo país de forma intensa nos últimos anos. Pelos três anos considerados, 2003, 2008 e 2013, este último com resultados da PNS e os dois primeiros com a PNAD, percebemos que a proporção de idosos na PEA total do país tem aumentado continuamente, demonstrando que a importância desse grupo para o mercado de trabalho e para a economia como um todo tem se tornado cada vez mais significativa. Em especial, percebe-se um aumento proporcional da importância das mulheres idosas nesse grupo, fenômeno denominado “feminização da velhice”.

De maneira geral, os resultados apontam que os idosos homens mais jovens, que vivem em regiões metropolitanas, que são brancos, que são chefes no domicílio, que possuem alto nível de escolaridade e que estão nos quintis mais altos de renda, possuem maiores probabilidades de permanecerem no mercado de trabalho depois de completarem 60 anos. Quanto às variáveis de saúde, percebemos que os idosos que possuem boa saúde auto-avaliada e possuem menos doenças crônicas apresentam maiores probabilidades de estar

na PEA do que os idosos que não possuem a saúde tão boa. Segundo Giatti e Barreto (2006), em períodos de maior recessão, o grupo de trabalhadores com saúde mais debilitada seria mais vulnerável a ser excluído da PEA, o que, no caso dos idosos, nos pareceu ser ainda mais acentuado. Portanto, em períodos de crise econômica, a atenção aos idosos deveria ser ainda maior, tanto em termos de saúde, condições de vida, renda e trabalho, tendo o Estado um papel relevante na garantia de uma vida digna para essa parcela da população (Bulla e Kaefer, 2006).

Além disso, é importante salientar que essa discussão vai além do mercado de trabalho em si, sendo considerada também no debate sobre as reformas do sistema previdenciário brasileiro. Em especial, no caso do mercado de trabalho, a alternativa apresentada por alguns autores como Tafner (2012) e Giambiagi e Tafner (2010) com relação ao aumento na idade média para a aposentadoria. A permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho por mais tempo pode amenizar o peso fiscal e auxiliar o ajuste das contas – apesar de mais tempo de trabalho resultar em aposentadorias maiores no fim da vida laboral. O importante é notar a importância de políticas públicas eficazes para todas as gerações daqui em diante, já que, por exemplo, o incentivo para se aposentar mais tarde poderia aumentar o desemprego, em um contexto de alto nível de desemprego estrutural, como é o caso brasileiro.

5. Referências

BORJAS, George J. **Economia do trabalho**. 4.ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

BULLA, Leonia Capaverde; KAEFER, Carin Otilia. 11. Trabalho e Aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso aposentado. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 2, n. 1, p. 1-8, 2006.

CAMARANO, A. A. (Org.). **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: Ipea, 1999

CAMARANO, A. A. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. Rio de Janeiro: Ipea, 2002. (Texto para Discussão, n. 858)

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; FERNANDES, D. Saída do mercado de trabalho: qual é a idade? **Boletim Mercado de Trabalho**, Rio de Janeiro: Ipea, v. 1, p. 19-28, 2012.

CHAIMOWICZ, Flávio. A saúde dos idosos brasileiros às vésperas do século XXI: problemas, projeções e alternativas. **Rev saúde pública**, v. 31, n. 2, p. 184-200, 1997.

CORRÊA, Cristiane Silva; QUEIROZ, Bernardo Lanza. Inter-Relação e Fatores Associados à Decisão e Aposentadoria de Cônjuges. Trabalho apresentado no **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, realizado em Caxambu - MG - Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

CORRÊA, Cristiane Silva; QUEIROZ, Bernardo Lanza; RIBEIRO, Aloísio Joaquim Freitas. Tamanho populacional e custeio previdenciário: como variações aleatórias afetam o risco de solvência de RPPS municipais. **Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos (REDECA)**, v. 1, n. 1, p. 128-149, 2014.

EHRENBERG, Ronald G; SMITH, Robert Stewart. **A moderna economia do trabalho: teoria e política pública**. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

FRANÇA, L. H. de F. P. et al. Aposentar-se ou continuar trabalhando?: O que influencia essa decisão?. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 3, p. 548-563, 2013.

GIAMBIAGI, Fabio.; TAFNER, Paulo. **Demografia: a ameaça invisível**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

GIATTI, Luana; BARRETO, Sandhi M. Saúde, trabalho e envelhecimento no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. 3, p. 759-771, 2003.

GIATTI, Luana; BARRETO, Sandhi Maria. Situação do indivíduo no mercado de trabalho e iniquidade em saúde no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 40, n. 1, p. 99-106, 2006.

GUJARATI, D. **Econometria básica**. Porto Alegre: AMGH. 5. ed. 2011.

NONATO, F. J. et al. O perfil da força de trabalho brasileira: trajetórias e perspectivas. 2012. **Boletim mercado de trabalho**, Brasília: Ipea, n. 51, maio 2012.

OECD. **Labour Force Statistics 2014**, OECD Publishing, Paris, 2015.

QUEIROZ, Bernardo Lanza et al. Population aging and the rising costs of public pension in Brazil. **Belo Horizonte: Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais**, 2011.

QUEIROZ, Bernardo Lanza. Retirement incentives: pension wealth, accrual and implicit tax. **Well-Being and Social Policy**, v. 4, p. 73-94, 2008.

ROCHA, R.. Envelhecimento e Produtividade. **Boletim Mercado de Trabalho**, Brasília: Ipea, n. 51, 2012.

TAFNER, Paulo. Desafios e reformas da previdência social brasileira. **Revista USP**, n. 93, p. 137-156, 2012.



TURRA, Cássio M. OS LIMITES DO CORPO. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 19, n. 1.2, 2012. Páginas 157-181.

TURRA, Cassio M.; QUEIROZ, Bernardo L. Before it's too late: demographic transition, labor supply and social security problems in Brazil. In: **United Nations Expert Group Meeting on Social and Economic Implications of Changing Population Age Structures**. 2005.

UCHÔA, Elizabeth; FIRMO, Josélia OA; LIMA-COSTA, Maria Fernanda F. de. Envelhecimento e saúde: experiência e construção cultural. **Antropologia, saúde e envelhecimento**, p. 25-36, 2002.

WAJNMAN, S.; OLIVEIRA, A. M. H. C.; OLIVEIRA, EL de. Os idosos no mercado de trabalho: tendências e conseqüências. In: **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60, v. 60, p. 453-480, 2004.

WONG, L. L. R.; CARVALHO, J. A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 23, n. 1, p. 5-26, 2006.

DETERMINANTES E DESIGUALDADES NA ALOCAÇÃO DOS JOVENS ENTRE ESTUDO, TRABALHO E INATIVIDADE NO BRASIL

Maíra Penna Franca**

RESUMO

Atualmente, o Brasil possui a maior coorte de jovens de sua história. No entanto, devido a tendências demográficas de queda da fecundidade e aumento da expectativa de vida, a população jovem deverá decrescer continuamente. Esse artigo investiga os fatores socioeconômicos que influenciam as atividades de estudo, trabalho e inatividade dos jovens. A partir dos dados do suplemento de mobilidade social da PNAD 2014, foram construídas variáveis para a escolaridade e status ocupacional da mãe, medidas importantes do *background* social. Os resultados indicam que a probabilidade de se dedicar exclusivamente ao estudo aumenta em 7% para jovens filhos de mãe com ensino médio completo, e em 18% para mães com nível superior, em comparação aos jovens cujas mães tinham baixa escolaridade (sem instrução ou ensino fundamental incompleto).

Palavras – Chave: Jovens, Educação, Mercado de Trabalho, Desigualdades Sociais.

** Doutoranda em economia pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: mairafranca@id.uff.br

1) INTRODUÇÃO:

O Brasil está passando por um processo de transição demográfica, com impactos expressivos no tamanho e composição das famílias e na estrutura etária da população. Segundo Alves (2008) a transição demográfica se inicia com uma queda na taxa de mortalidade, enquanto a taxa de fecundidade se mantém elevada, provocando um aumento no crescimento populacional. Em seguida, a taxa de fecundidade também decresce, o que afeta a estrutura etária, com redução na proporção de crianças e jovens e um crescente envelhecimento da população.

As transformações demográficas ocorridas no Brasil seguiram um padrão similar ao observado nos países em desenvolvimento, conforme descrito por Lam (2006). Esse padrão se caracterizou por um declínio muito rápido da taxa de mortalidade e a consequente explosão demográfica vivenciada nos 1950 e 1960. Nos países mais desenvolvidos a redução da taxa de mortalidade teve início antes do século XX e ocorreu num ritmo bem mais lento.

O rápido crescimento da população brasileira nos anos 1950 e 1960 se traduziu num aumento da população em idade fértil ao final dos anos 1970 e por toda a década de 1980 e 1990. As maiores coortes de nascimento são deste período, quando a taxa de fecundidade já estava em queda. Estas coortes mais largas se tornaram jovens, com idade entre 15 e 29 anos a partir dos anos 2000. Segundo a projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o número de jovens na população brasileira atingiu um pico de 52,3 milhões em 2009 o que correspondia a aproximadamente 27% da população total. Em decorrência das tendências demográficas em curso no país, as projeções indicam que as futuras gerações de jovens tenderão a ser cada vez menores.

Os estudos sobre a população jovem ganharem destaque na agenda de pesquisa e de políticas públicas devido as profundas alterações na estrutura da etária da população. A juventude caracteriza-se por ser uma fase de transição para a vida adulta. Do ponto de vista sociológico, a entrada na vida adulta é marcada por alguns eventos, como a transição da escola para o mercado de trabalho, a saída da casa dos pais e a constituição de um novo núcleo familiar (Camarano, 2006).

Segundo Ribeiro (2014) os altos níveis de desigualdade socioeconômica observadas no Brasil levam a padrões muito distintos de transição para a vida adulta entre jovens mais

pobres e mais ricos. Os jovens de classe social alta tendem a permanecer por mais tempo no sistema educacional sendo dependentes dos seus pais, o que lhes garante uma inserção profissional mais favorável. Entre as famílias de baixa renda é mais frequente que os jovens comecem a trabalhar precocemente devido a necessidade de complementar a renda.

Corseuil et al (2001) analisaram os determinantes das situações de estudo e trabalho dos jovens de 12 a 17 anos em quatro países latino americanos: Brasil, Chile, Peru e Honduras. Os autores chamam a atenção para a forte influência da educação dos pais na determinação da escolha de alocação de tempo dos jovens em todos os países. Os filhos de pais mais educados apresentaram maior propensão a se dedicar exclusivamente aos estudos e menor probabilidade de estarem fora da escola trabalhando ou inativos.

Numa análise mais recente para o Brasil, Vieira et al (2016) investigaram os efeitos da renda e do status ocupacional dos pais na alocação dos jovens de 15 a 24 anos entre as categorias de estudo e atividade, no período de 1992 a 2014. Os resultados indicam que o crescimento da renda da mãe teve importância maior, em comparação com a renda do pai, para explicar o aumento da proporção de jovens que se dedicam exclusivamente aos estudos e a redução daqueles que somente participam do mercado de trabalho.

O grupo de jovens fora da escola e que não participa do mercado de trabalho, é frequentemente referido na literatura como “nem-nem”. O fenômeno dos jovens nem-nem tem sido amplamente discutido, principalmente quais os fatores que influenciam os jovens a assumir essa condição de inatividade. Camarano & Kanso (2012); Monteiro (2013); Costa & Ulyseia (2014) mostram que ser mulher, ter filhos, possuir baixa escolaridade e baixa renda domiciliar são características fortemente associadas a propensão de ser nem-nem.

Diante do exposto, esse artigo tem por objetivo investigar os fatores que influenciam a alocação dos jovens entre estudar, trabalhar, exercer ambas as atividades ou nenhuma delas. A análise será baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para uma sub-amostra de jovens com idade entre 16 e 29 anos em 2014. Cabe destacar que nesse ano, a PNAD, por meio de um suplemento especial, apresentou informações sobre a família de origem dos jovens que não moram mais com seus pais. Essas informações são extremamente relevantes para analisar de forma direta o efeito das condições socioeconômicas da família de origem nos padrões de escolaridade e inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Sendo assim, esse trabalho pretende avançar a análise da alocação do tempo dos jovens entre trabalho e estudo ao i) incorporar num modelo de escolha qualitativa (Logit Multinomial) variáveis relacionadas ao *background familiar*, e ii) explorar as informações mais recentes de mobilidade social da PNAD. O trabalho está dividido em mais cinco seções, além desta introdução. A segunda seção descreve a metodologia e a base de dados. A seção seguinte traz uma análise descritiva das desigualdades nas categorias de estudo e trabalho pelos recortes de gênero e escolaridade da mãe. Na seção quatro são discutidos os resultados do Logit Multinomial. Por fim na última seção são feitas as considerações finais.

2) METODOLOGIA:

A análise empírica neste artigo será baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PNAD de 2014 acrescentou um suplemento especial de mobilidade social, incluindo informações retrospectivas sobre a educação e ocupação dos pais para uma sub-amostra aleatória de indivíduos com 16 anos ou mais. Uma das principais limitações dos estudos de jovens com os dados da PNAD é que as informações sobre a escolaridade e ocupação dos pais só está disponível para indivíduos na condição de filho no domicílio. A saída da casa dos pais e a constituição de um domicílio independente é uma das transições que caracteriza a juventude. Se as transições na esfera familiar estiverem correlacionadas com a transição da escola para o mercado de trabalho, estudos que consideram apenas as informações dos jovens na condição de filho podem estar sujeitos a um viés de seleção. Esse problema se torna mais grave quando se considera a faixa etária de jovens adultos de 25 a 29 anos².

Nesse estudo será utilizada uma sub-amostra de indivíduos entre 16 e 29 anos que responderam as perguntas do suplemento de mobilidade da PNAD 2014. A variável dependente é dada pela probabilidade do jovem pertencer a uma das quatro categorias ocupacionais: i) nem-nem; ii) só estuda, iii) estuda e PEA, iv) só PEA. As quatro categorias correspondem à interação entre as atividades de estudar e participar do mercado de trabalho. Foram considerados como estudantes todos os jovens que estavam frequentando alguma

² Somente cerca de 30% dos jovens de 25 a 29 anos na sub-amostra da PNAD 2014 reportaram estar na condição de filho no domicílio.

etapa do ensino regular (ensino fundamental ou ensino médio), inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos (EJA), ou no ensino superior. O conceito de população economicamente ativa (PEA) abrange as pessoas que estavam efetivamente inseridas no mercado de trabalho, e também os que estavam em busca de trabalho.

Para analisar os determinantes das situações de estudo, trabalho e inatividade dos jovens no Brasil, utilizou-se o modelo de regressão Logit Multinomial. Esse modelo é o mais adequado para o caso em que a variável dependente é qualitativa e apresenta mais de duas categorias não ordenáveis. Como as categorias de estudo e trabalho não seguem uma hierarquia ou ordenamento, a escolha pelo Logit Multinomial se mostrou apropriada.

Seja y uma variável aleatória assumindo os valores $j = \{0, 1, 2, 3\}$ de acordo com as categorias de frequência escolar e participação no mercado de trabalho:

$$j = \begin{cases} 0 - \text{nem nem} \\ 1 - \text{só estuda} \\ 2 - \text{estuda e PEA} \\ 3 - \text{só PEA} \end{cases}$$

Seja X um vetor de covariadas que inclui gênero, idade, cor, escolaridade, renda domiciliar, educação da mãe, etc. O modelo Logit Multinomial estima como as mudanças nos elementos de X afetam as probabilidades de resposta, $P(y_i = j | X)$, sendo $i = \{1, 2, 3, \dots, N\}$ indivíduos. A probabilidade de resposta para cada indivíduo i é dada por:

$$(1) \quad P(Y_i = j | X) = \frac{\exp(X_i \beta_j)}{1 + \sum_{k=0}^3 \exp(X_i \beta_k)}$$

De acordo com Cameron & Trivedi (2005) a especificação do modelo, conforme a equação (1), gera uma indeterminação, pois $\sum_{k=0}^3 P_{ij} = 1$. Sendo assim, para assegurar a identificação do modelo é necessário impor uma restrição. A restrição mais usual é de que $\beta_0 = 0$. Dessa forma os coeficientes da categoria base (nem-nem para esse caso), são

normalizados para zero e os coeficientes das demais categorias são interpretadas em relação à categoria de base.

Cabe destacar que, em modelos de probabilidade, o efeito das variáveis explicativas sobre a variável dependente não representa diretamente as respostas marginais, como em modelos lineares. Portanto, a análise dos resultados, obtidos por meio de modelos dessa natureza, em geral, é feita com base nos efeitos marginais das variáveis explicativas sobre as probabilidades de o indivíduo se encontrar em uma das categorias definidas. Os efeitos marginais podem ser obtidos a partir da equação (2). Assim, tem-se:

$$(2) \quad \frac{\partial P_j}{\partial X_i} = P_j \left[\beta_j - \sum_{k=0}^J P_k \beta_k \right] = P_j [\beta_j - \beta^*]$$

Esse modelo foi estimado para o ano de 2014 de forma a captar a influência da escolaridade da mãe e de características socioeconômicas dos jovens. O nível educacional da mãe foi classificado em quatro categorias:

- i) Nível baixo: sem instrução/ensino fundamental incompleto
- ii) Nível médio baixo: ensino fundamental completo/ensino médio incompleto
- iii) Nível médio alto: ensino médio completo/ensino superior incompleto
- iv) Nível alto: ensino superior completo/mestrado/doutorado

A tabela 1 traz a proporção de mães por nível educacional e faixa etária dos jovens. As mães dos jovens de 16 a 29 anos possuíam nível de escolaridade muito baixo, 54,5% não tinham completado sequer o ensino fundamental, 15,2% haviam completado o ensino fundamental, 21,8% tinham completado o ensino médio, e apenas 8,5% haviam concluído o ensino superior.

**Tabela 1: Distribuição do nível de escolaridade da mãe
por faixa etária dos jovens (16 – 29 anos), 2014**

Nível de escolaridade da mãe	Faixa Etária			Total
	16 - 17	18 - 24	25 - 29	
Baixo	47.5%	52.3%	59.7%	54.5%
Médio-Baixo	17.4%	15.1%	14.6%	15.2%
Médio-Alto	26.4%	23.0%	18.7%	21.8%
Alto	8.7%	9.6%	7.0%	8.5%
Observações	1,697	5,617	4,603	11,917

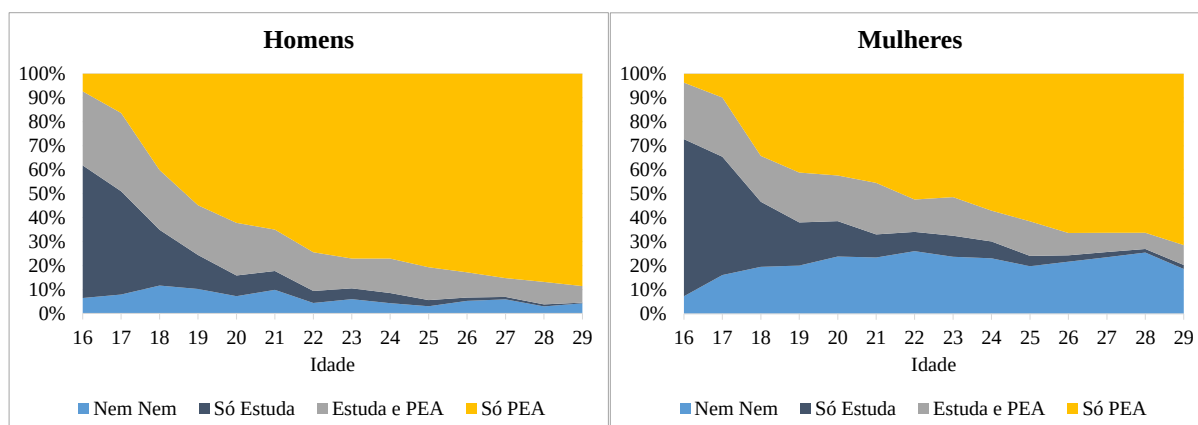
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração própria.

3) ANÁLISE DESCRITIVA:

3.1) Diferenças entre homens e mulheres:

As diferenças de gênero na distribuição dos jovens entre as categorias de estudo e trabalho são bastante pronunciadas e aumentam com a idade (gráfico 1). O percentual de nem-nem entre as mulheres é maior que o dos homens para todas as idades. Para os jovens de 16 anos a diferença entre o percentual de nem-nem entre homens (6,5%) e mulheres (7,9%) é relativamente baixa, porém essa diferença aumenta consideravelmente com a idade. Na faixa etária de 18 a 24 anos mais de um quinto das mulheres não estudavam e não eram economicamente ativas.

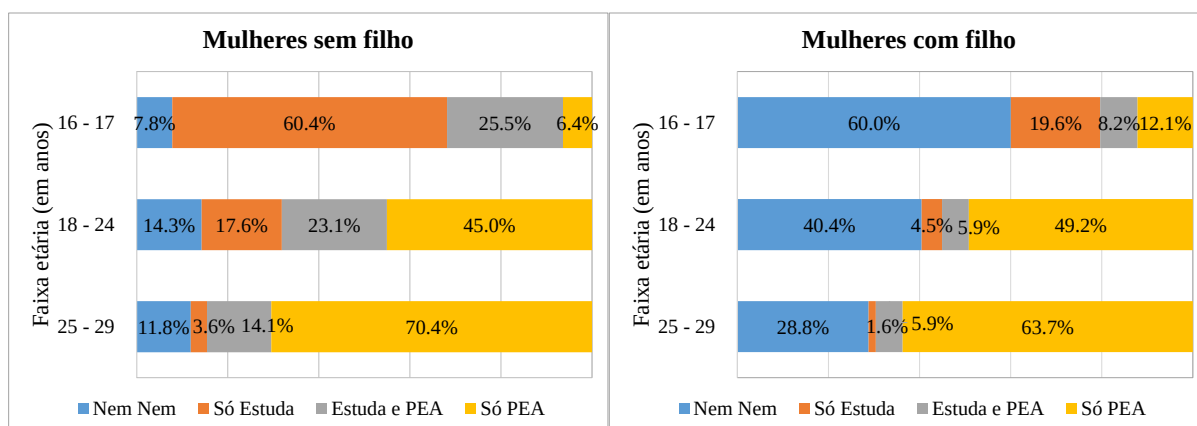
Gráfico 1: Distribuição dos jovens (16 – 29 anos) nas categorias de estudo e trabalho por gênero e idade, 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração própria.

De acordo com Costa & Ulysea (2014) esse diferencial acentuado entre homens e mulheres na condição nem-nem está relacionado com a maternidade. De fato, o gráfico 2 mostra que há uma diferença muito grande na incidência de nem-nem entre mulheres com e sem filhos. Em 2014, a proporção de mulheres fora da PEA e que não estudavam era de 60% para aquelas de 16 a 17 anos com filhos em oposição a 7,8% das que não eram mães para a mesma faixa etária. Os dados revelam uma forte correlação entre ser mãe e estar na condição de inatividade, principalmente para as adolescentes.

Gráfico 2: Distribuição das mulheres jovens (16 a 29 anos) nas categorias de estudo e trabalho por faixa etária e filho, 2014



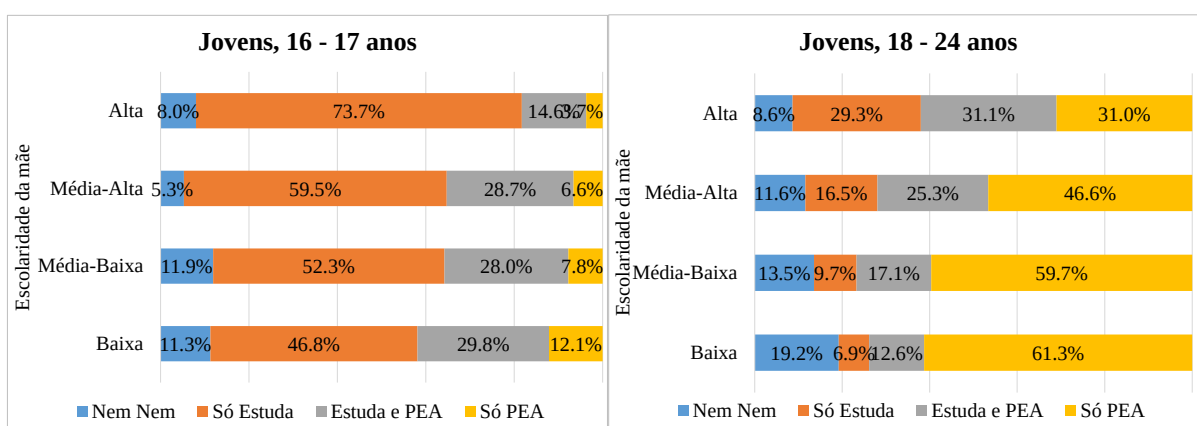
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração própria

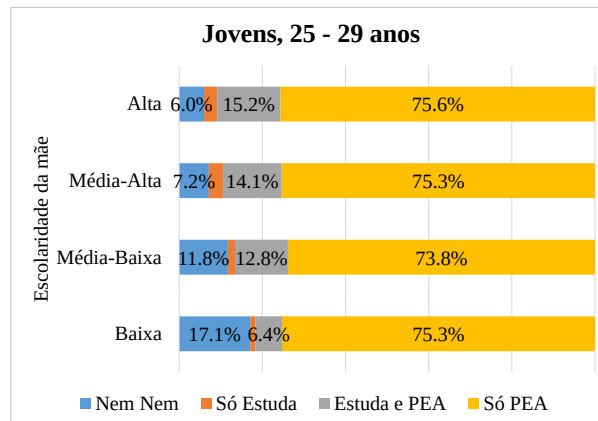
4.2) Diferenças de acordo com a escolaridade da mãe

A associação estatística entre a escolaridade da família de origem e a escolaridade alcançada pelo indivíduo é um determinante importante da desigualdade de oportunidades educacionais, e, portanto, do grau de mobilidade social. Segundo Ribeiro (2014) a estrutura das desigualdades no Brasil cria padrões distintos na transição da escola para o mercado de trabalho entre jovens de origens sociais distintas. Sendo assim, é provável que filhos de mães com maior nível de educação e renda permaneçam mais tempo estudando, até atingir o nível médio de ensino e ingressar no ensino superior, adiando a entrada no mercado de trabalho ou então conciliando o estudo com o trabalho.

O gráfico 3 evidencia essas desigualdades pelo nível de escolaridade da mãe. É possível perceber que a proporção de jovens nem-nem é maior para jovens com mães de baixa escolaridade em todas as faixas etárias, e essa diferença se acentua com a idade. No grupo de 25 a 29 anos, 17,1% dos jovens filhos de mães com baixa escolaridade eram nem-nem, contra 7,2% e 6% dos jovens de mães com ensino médio e ensino superior, respectivamente. O inverso ocorre com os jovens que só estudam. Na faixa de 16 – 17 anos, 73,7% dos jovens cuja mãe tinha o nível alto de ensino estavam apenas estudando, contra 46,8% dos jovens com mães de baixa escolaridade. No entanto uma proporção maior dos jovens de 16 a 17 anos oriundos de famílias com baixa e média escolaridade estava estudando e trabalhando ao mesmo tempo. Na faixa etária de 18 a 24 anos o que se observa é que a maioria dos jovens cujas mães tem baixa e média escolaridade param de estudar. No nível mais baixo de escolaridade da mãe, cerca de 80% dos jovens nessa faixa etária não estavam mais estudando, 61,3% deles estavam na PEA e 19,2% eram nem-nem. Em contraste, para jovens filhos de mães com ensino superior completo, 60,4% estavam estudando ou estudando e trabalhando.

Gráfico 3: Distribuição dos jovens (16 – 29 anos) nas categorias de estudo e trabalho por faixa etária e nível de escolaridade da mãe – 2014





Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração própria

4) RESULTADOS:

Para determinar os condicionantes da alocação dos jovens entre estudo e trabalho, foi estimado o modelo Logit Multinomial e a partir deste foram obtidos os efeitos marginais que representam à probabilidade de cada evento ocorrer em relação a determinado atributo. Os coeficientes do modelo são apresentados na tabela 2.

TABELA 2: COEFICIENTES ESTIMADOS PELO MODELO LOGIT MULTINOMIAL

Variáveis explicativas	Categorias de estudo e trabalho dos jovens			
	Nem Nem (base)	Só Estuda	Estuda e PEA	Só PEA
Características pessoais				
Mulher	-	-0.407*** (0.106)	-0.900*** (0.097)	-1.229*** (0.084)
Branco	-	0.153 (0.095)	-0.004 (0.086)	-0.106 (0.071)
18 - 24 anos	-	-1.891*** (0.121)	-0.747*** (0.125)	1.490*** (0.139)
25 - 29 anos	-	-3.411*** (0.170)	-1.138*** (0.138)	1.938*** (0.145)
Atraso escolar	-	-0.812*** (0.103)	-1.186*** (0.093)	-0.723*** (0.073)
Características do domicílio				
Pai ou mãe no domicílio	-	0.819*** (0.100)	0.316*** (0.088)	-0.112 (0.072)
Crianças (0 a 3 anos) no domicílio	-	-0.232 (0.253)	-0.137 (0.226)	0.484*** (0.182)
Mulher*Crianças (0 a 3 anos)	-	-1.065*** (0.287)	-1.596*** (0.259)	-1.411*** (0.194)
Idosos no domicílio	-	0.186 (0.125)	-0.163 (0.120)	-0.181* (0.101)
Características regionais				
Área urbana	-	-0.013 (0.136)	0.391*** (0.129)	0.217** (0.099)
Centro oeste	-	0.024 (0.165)	0.394*** (0.151)	0.310** (0.122)
Nordeste	-	0.026 (0.133)	0.061 (0.127)	0.131 (0.098)
Sudeste	-	-0.366*** (0.133)	0.123 (0.124)	0.394*** (0.098)
Sul	-	-0.325* (0.168)	0.502*** (0.149)	0.635*** (0.122)
Características de mobilidade sócio - ocupacional				
Dummy mãe ocupada	-	-0.075 (0.092)	0.254*** (0.084)	0.193*** (0.067)
Escolaridade da Mãe				
Ensino Fundamental Completo	-	0.444*** (0.134)	0.281** (0.119)	0.014 (0.096)
Ensino Médio Completo	-	1.036*** (0.118)	0.634*** (0.109)	0.061 (0.095)
Ensino Superior Completo	-	1.580*** (0.176)	0.611*** (0.167)	-0.230 (0.152)
Observações	11,917	11,917	11,917	11,917

Obs: Categorias omitidas: homens, negros, faixa etária: 16 - 17 anos, Região Norte, Escolaridade da mãe: sem instrução/ Ensino Fundamental incompleto

Erro- padrão entre parenteses

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

As análises são baseadas nos efeitos marginais das variáveis expostos na tabela 3. As características pessoais dos jovens (gênero, faixa etária, cor e atraso escolar) mostraram-se, em geral, significativas para a decisão de dedicar-se ao estudo ou ao trabalho.

TABELA 3: EFEITOS MARGINAIS DO MODELO LOGIT MULTINOMIAL

Variáveis explicativas	Categorias de estudo e trabalho dos jovens			
	Nem Nem (base)	Só Estuda	Estuda e PEA	Só PEA
Características pessoais				
Mulher	0.127*** (0.009)	0.038*** (0.005)	0.008 (0.009)	-0.173*** (0.012)
Branco	0.008 (0.008)	0.015*** (0.005)	0.009 (0.009)	-0.031*** (0.012)
18 - 24 anos	-0.075*** (0.013)	-0.185*** (0.010)	-0.215*** (0.013)	0.474*** (0.020)
25 - 29 anos	-0.081*** (0.011)	-0.272*** (0.009)	-0.241*** (0.011)	0.594*** (0.016)
Atraso escolar	0.106*** (0.010)	-0.008 (0.005)	-0.079*** (0.009)	-0.019 (0.013)
Características do domicílio				
Pai ou mãe no domicílio	-0.006 (0.008)	0.056*** (0.006)	0.047*** (0.009)	-0.097*** (0.012)
Crianças (0 a 3 anos) no domicílio	-0.035* (0.019)	-0.032*** (0.009)	-0.065*** (0.017)	0.132*** (0.023)
Mulher*Crianças (0 a 3 anos)	0.231*** (0.040)	0.003 (0.015)	-0.070*** (0.021)	-0.164*** (0.034)
Idosos no domicílio	0.017 (0.012)	0.025*** (0.008)	-0.007 (0.012)	-0.035*** (0.017)
Características regionais				
Área urbana	-0.029** (0.013)	-0.016* (0.009)	0.032** (0.013)	0.013 (0.019)
Centro oeste	-0.033*** (0.011)	-0.016** (0.007)	0.023 (0.018)	0.026 (0.021)
Nordeste	-0.013 (0.011)	-0.005 (0.007)	-0.006 (0.014)	0.023 (0.018)
Sudeste	-0.032*** (0.011)	-0.042*** (0.007)	-0.020 (0.013)	0.095*** (0.017)
Sul	-0.056*** (0.010)	-0.044*** (0.006)	0.003 (0.016)	0.097*** (0.019)
Características de mobilidade sócio - ocupacional				
Dummy mãe ocupada	-0.022*** (0.008)	-0.017*** (0.005)	0.017* (0.009)	0.022* (0.012)
Escolaridade da Mãe				
Ensino Fundamental Completo	-0.013 (0.010)	0.028*** (0.009)	0.034** (0.014)	-0.050*** (0.017)
Ensino Médio Completo	-0.032*** (0.009)	0.071*** (0.009)	0.073*** (0.012)	-0.112*** (0.016)
Ensino Superior Completo	-0.027* (0.015)	0.181*** (0.019)	0.078*** (0.018)	-0.232*** (0.022)
Observações	11,917	11,917	11,917	11,917

Obs: Categorias omitidas: homens, negros, faixa etária: 16 - 17 anos, Região Norte, Escolaridade da mãe: sem instrução/ Ensino Fundamental incompleto

Erro- padrão entre parenteses

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Analisando a variável idade, percebe-se que as chances de somente estudar ou combinar estudo e atividade se reduzem com a faixa etária, como esperado. O atraso escolar³ aumenta a probabilidade do jovem estar fora da escola e da PEA.

A análise de regressão também reforça o resultado indicado anteriormente sobre as desigualdades de gênero nas decisões de estudo e trabalho. Além das mulheres apresentarem uma maior propensão a ser nem-nem, a presença de crianças de 0 a 3 anos no domicílio apresentou sinais diferentes para homens e mulheres. Para as mulheres a presença de crianças reduz a probabilidade de estar na PEA, e aumenta a propensão a ser nem-nem. Para os homens essa relação ocorre no sentido contrário. Este resultado assemelha-se ao observado por Costa & Ulysea (2014).

Em relação às características domiciliares se pode destacar que os jovens que moravam com a mãe e/ou pai tinham maior probabilidade de só estar estudando ou de estar combinando estudos com trabalho. Os efeitos da presença de idosos no domicílio, apesar de pouco significativos também vão nessa direção, de aumentar a probabilidade de só estudar e reduzir a probabilidade de participação no mercado de trabalho.

Cabe destacar a magnitude e a significância das dummies de escolaridade da mãe. A probabilidade de se dedicar exclusivamente ao estudo aumenta em 7% para jovens filhos de mãe com ensino médio completo, e em 18% para mães com nível superior, em comparação com os jovens cujas mães tinham baixa escolaridade (sem instrução ou ensino fundamental incompleto). Em contrapartida a escolaridade da mãe reduz a probabilidade de estar na PEA e fora da escola (cerca de 5% para mães com fundamental completo, 11% para mães com ensino médio completo e 23% para mães com ensino superior). A influência da escolaridade da mãe se mostrou mais modesta na propensão a ser nem-nem, mas ainda assim foi significativa. Os filhos de mães com ensino médio ou ensino superior completo tinham uma probabilidade de 3 pontos percentuais menor de estar fora da escola e da PEA.

Por fim, a ocupação da mãe reduz a propensão do jovem a ser nem-nem e a se dedicar exclusivamente ao estudo e aumenta a probabilidade de estar inserido na PEA.

² Nota: O atraso escolar é medido pela diferença entre a idade do aluno e o número de anos de estudo acumulado por este. Para os jovens com mais de 18 anos, considerou-se como desejável o total acumulado de onze anos de estudo, que equivale à conclusão do ensino médio.

5) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo teve como objetivo analisar os determinantes socioeconômicos das situações de estudo, trabalho e inatividade dos jovens de 16 a 29 anos no Brasil. Para tal foi utilizado um modelo de escolha discreta, o Logit Multinomial, adequado para variáveis dependentes que apresentam mais de duas categorias não ordenáveis. A variável dependente é dada pela probabilidade do jovem pertencer a uma das seguintes categorias: i) nem-nem, só estuda, iii) estuda e PEA, iv) só PEA. O modelo foi aplicado aos dados da PNAD de 2014, que além das informações socioeconômicas usuais, apresentou um suplemento especial com informações sobre a família de origem dos jovens que não moram mais com seus pais.

Os resultados encontrados, em linha com a literatura, evidenciam as desigualdades de gênero na alocação de tempo entre estudo, trabalho e inatividade. As mulheres apresentaram uma maior propensão a ser nem-nem. Fora isso, o efeito da presença de crianças de 0 a 3 anos no domicílio se mostrou heterogêneo entre homens e mulheres. Para as mulheres a presença de crianças reduz a probabilidade de estar na PEA, e aumenta a propensão a ser nem-nem.

A escolaridade da mãe se mostrou um fator muito importante na determinação da distribuição dos jovens entre as categorias de estudo e trabalho. Os filhos de mães mais educadas tendem a permanecer por mais tempo estudando. De acordo com o modelo estimado, a probabilidade de se dedicar exclusivamente ao estudo aumenta em 7% para jovens filhos de mãe com ensino médio completo, e em 18% para mães com nível superior, em relação aos jovens cujas mães tinham baixa escolaridade (sem instrução ou ensino fundamental incompleto). Esse resultado tem implicações importantes para a mobilidade social do país.

Os fatores que influenciam a alocação dos jovens entre as atividades de estudo e trabalho devem ser mais explorados. A análise desenvolvida até aqui apresenta diversos desdobramentos. É preciso avaliar ainda a evolução dos efeitos das características socioeconômicas ao longo do tempo e as diferenças entre as coortes de nascimento.

6) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J.E.D. A transição demográfica e a janela de oportunidades. São Paulo, Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2008.

_____; VASCONCELOS, D. S.; CARVALHO, A. A. Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho. Brasília, DF: Cepal, Escritório no Brasil/Ipea, 2010

AQUINO, L. M. C. A juventude como foco das políticas públicas. IN: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C. de; ANDRADE, C. C (Org). Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2009.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. Abandono e evasão no ensino médio no Brasil: magnitude e tendências. In: INSTITUTO UNIBANCO. A crise de audiência no ensino médio. São Paulo: Instituto Unibanco, 2008. p. 7-42.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. O que estão fazendo os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? Boletim de mercado de trabalho: conjuntura e análise, Rio de Janeiro: Ipea, n. 53, 2012.

CAMARANO, A. A.; Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição? Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CAMERON, A. C; P. K. TRIVEDI. Microeconometrics: Methods and Applications. 2005.

CORSEUIL, C. H; SANTOS, D. D.; FOGUEL, M. Decisões críticas em idades críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina. Texto para discussão nº 797, 2001.

CORSEUIL, C. H. FOGUEL, M. N., GONZAGA, G.; RIBEIRO, E, P. (2014) A rotatividade dos jovens no mercado de trabalho formal Brasileiro. In: CORSEUIL; C. H.; BOTELHO, R. U. (Org.). Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros. Brasília: Ipea, 2014.

COSTA, J. M.; ULYSSEA, G. L. O fenômeno dos jovens nem-nem. In: CORSEUIL; C. H.; BOTELHO, R. U. (Org.). Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros. Brasília: Ipea, 2014.

FLORI, P. Desemprego de jovens no Brasil. Revista da ABET, João Pessoa, v. 5, n. 1, p. 29-60, 2005.

IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios, Rio de Janeiro 2014.

_____. Projeção da população do Brasil por sexo e idade – 1980 – 2050. Revisão 2013.

LAM, D. The Demography of Youth in Developing Countries and Its Economic

Implications. World Bank Policy Research Working Paper 4022, October 2006.

LEE, R. The demographic transition: three centuries of fundamental change. *The Journal of Economic Perspectives*, v. 17, n. 4, p. 167-190, 2003.

MASON, A. Demographic transition and demographic dividends in developed and developing countries. UNITED NATIONS EXPERT GROUP MEETING ON SOCIAL AND ECONOMIC IMPLICATIONS OF CHANGING POPULATION AGE STRUCTURES. Mexico City, Population Division, 31 de agosto a 2 de setembro, 2005.

MENEZES FILHO, N. A.; CABANAS, P. H. F.; KOMATSU, B. K. A condição “nem-nem” entre os jovens é permanente? *Inspier*, Policy Paper, n. 7, 2013.

MONTEIRO, J. Quem são os jovens nem-nem?: uma análise sobre os jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho. Texto de discussão. FGV/ Ibre, n.34, set. de 2013.

REIS, M. Uma análise das características do primeiro emprego nas regiões metropolitanas brasileiras. In: CORSEUIL; C. H.; BOTELHO, R. U. (Org.). *Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros*. Brasília: Ipea, 2014.

RIBEIRO, C. A. C. Desigualdades nas transições para a vida adulta no Brasil (1996 e 2008). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ), Brasil. *Sociologia & Antropologia*, 2014.

VIEIRA, C. S.; CABANAS, P. MENEZES-FILHO, N.; KOMATSU, B. K. Como as Mudanças no Trabalho e Renda dos Pais afetam as Escolhas entre Estudo e Trabalho dos Jovens? *Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 03, dez. 2016.

O EFEITO DO NÍVEL EDUCACIONAL SOBRE A DIFERENÇA SALARIAL POR CONDIÇÃO MIGRATÓRIA NA REGIÃO NORDESTE

Maria Adreciana Silva de Aguiar
Doutoranda em Economia - CAEN/UFC
adreciane@gmail.com

Daniel Tomaz de Sousa
Doutorando em Economia - PPGE/UFPB
daniel25tomaz@gmail.com

Francisco Germano Carvalho Lúcio
Doutorando em Economia - CAEN/UFC
germanocarvalho15@hotmail.com

Priscila Silva Rodrigues
Doutoranda em Economia - CAEN/UFC
psilinhag12@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa os diferenciais de rendimentos entre as condições de migração por nível educacional na região Nordeste. A partir dos dados da PNAD de 2014, foi empregado o método proposto por Lee (1983) nas equações salariais para corrigir o problema de viés de seleção na amostra. Para avaliar os diferenciais salariais entre migrantes e não migrantes e entre as categorias de migrantes utilizou-se a decomposição proposta por Oaxaca e Blinder (1973). Os achados sugerem que para cada faixa de ensino concluída gera-se um incremento salarial. E, os resultados das decomposições salariais indicam que os migrantes apresentam maiores rendimentos quando comparados aos não migrantes. Porém, quando comparados os tipos de migrantes, de retorno e não natural, há um favorecimento para a segunda categoria.

Palavras-chave: Migração. Retorno da educação. Decomposição Oaxaca-Blinder.
JEL: J24, J31, J61

1 INTRODUÇÃO

De uma maneira geral, o processo migratório pode ser considerado como sendo um reflexo das imperfeições do mercado de trabalho em regiões distintas. Em geral, os migrantes buscam melhores condições de emprego e melhores salários.

Os trabalhadores qualificados são atraídos por regiões onde os salários e as condições de trabalho são melhores. Com isso, as regiões mais pobres sofrem como problema conhecido na literatura por *brain drain*¹. Entretanto, o fenômeno da migração de retorno pode gerar o chamado *brain gain*².

Uma conexão entre migração e capital humano foi inicialmente formalizada por Sjaastad (1962). Nesse contexto Dustmann e Glitz (2011) tratam a migração como um investimento em capital humano. Desta forma, tem-se que o indivíduo decide por migrar levando em consideração os rendimentos esperados e os custos associados a esta decisão.

Segundo Hanson (2010) os indivíduos mais escolarizados são mais propensos a migrar. Para estes os custos de migração são menores pelo fato de observarem melhor as oportunidades em outras regiões.

Com relação às diferenças salariais entre as condições de migração, Ferreira (2012) aponta que a aquisição de capital humano dos trabalhadores pode explicar o hiato salarial entre migrantes de retorno e não migrantes. Rodrigues *et al.* (2015) examinaram a diferença salarial provocada pela condição de migrante e gênero na Bahia. Utilizaram o procedimento de Heckman (1979), para correção do viés de seleção, e a decomposição de Oaxaca-Blinder para investigar o diferencial de rendimento. Os resultados mostraram que os migrantes auferem melhores salários do que os não migrantes e que o efeito migração foi maior para as mulheres do que para os homens.

Na literatura internacional, Chiswick (1978) encontrou que o efeito parcial de um ano de escolaridade sobre os salários dos nativos, nos EUA, era de 7,2% e para os imigrantes de 5,7%, em 1970. Baker e Benjamin (1994) realizaram esse estudo para o Canadá, achando um efeito da educação de 7,6% para os não migrantes e 4,9% para os imigrantes, em 1986.

¹Termo em inglês para fuga de cérebros. Alusão à saída de capital humano.

²Termo em inglês para ganho de cérebros. Alusão à volta de capital humano.

Já Gheasi *et al.* (2015) investigam a diferença salarial entre imigrantes e nativos com ensino superior na Holanda. Os resultados mostraram que mesmo os migrantes tendo a mesma educação que os nativos, ainda há uma diferença salarial. Além disso, encontraram que a diferença salarial entre gênero é maior do que a de status de migrante.

Para o Brasil, Ribeiro e Bastos (2004) estimam os retornos à educação para os estados, corrigindo o problema de viés de seleção gerado pela migração. Os resultados sugerem que há viés de seleção nas estimativas. Para os estados do Piauí, Maranhão e Ceará os retornos corrigidos foram 54%, 26% e 13% maiores, respectivamente, à medida que se aumenta o grau de escolaridade.

O presente estudo visa analisar os diferenciais de rendimentos entre as condições de migração por nível educacional na região Nordeste no ano de 2014. A presente pesquisa avança, pois não há estudos, na literatura nacional, sobre os diferenciais de rendimentos entre condições de migração analisando por diferentes níveis educacionais. No que tange aos aspectos metodológicos, foi adotado o método de Lee (1983), para corrigir o potencial problema de viés de seleção amostral, e a decomposição proposta por Oaxaca-Blinder (1973), estimada para cada nível de escolaridade. Para tanto, foram utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014, considerando o plano amostral complexo.

O trabalho conta com mais três seções, além desta introdução. A próxima seção apresenta os dados, os tratamentos imputados e os aspectos metodológicos. As seções 3 e 4 tratam da exposição dos resultados e das principais conclusões do estudo, respectivamente.

2 METODOLOGIA

2.1 Dados e Tratamentos

A construção do banco de dados foi baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014, considerando o plano amostral. Neste estudo, foram usadas as seguintes classificações de migrantes: não migrantes, migrantes não naturais e migrantes de retorno.

Foram excluídos da amostra os indivíduos declarados estrangeiros ou brasileiros que moraram em outros países. Foram consideradas apenas as pessoas com idade entre 18 a 70 anos, excluindo da amostra as pessoas que possivelmente migraram para acompanhar os familiares.

As variáveis inseridas apenas na equação de seleção estão relacionadas às características familiares: chefe da família, casado, filhos menores de 14 anos e tamanho da família.

As variáveis explicativas consideradas na equação de rendimentos são um subconjunto daquelas consideradas na equação de seleção e estão relacionadas aos atributos pessoais (sexo, raça, idade e educação), familiares, características do trabalho principal (ocupação e estabilidade) e de residência (urbana e região metropolitana).

2.2 Estratégia Empírica

2.2.1 Modelo de Determinação de salários e correção do viés de seleção

No modelo de determinação dos salários assumem-se três escolhas possíveis realizadas pelo trabalhador, a saber, não migrar ($j=1$); migrar e retornar a sua região de origem, ($j=2$); e migrar oriundo de outra região brasileira, que não seja a região Nordeste ($j=3$). Portanto, para cada escolha j , tem-se uma equação de salários linear *minceriana*:

$$\ln w_j = \beta_j X_j + u_j \quad (1)$$

Onde $\ln w_j$ é o logaritmo natural do salário/hora do trabalho principal; X_j é o vetor de características observáveis³; o vetor de características não observáveis, representado por um termo de erro aleatório u_j (i.i.d) e β_j é um vetor de parâmetros incluindo o intercepto.

Para a estimação dessa equação *minceriana* foram considerados apenas os indivíduos com rendimentos positivos⁴.

³Com relação ao problema da endogeneidade da educação, Arraes e Mariano (2016) sugerem que o método de Heckman (1979) tem melhor ajuste do que o procedimento de variáveis instrumentais. O método de Lee (1983), utilizado neste trabalho é uma extensão do trabalho seminal de Heckman (1979).

⁴Cabe ressaltar a não aleatoriedade da amostra com relação à participação no mercado de trabalho, podendo haver duplo viés de seleção. Todavia, segue-se Ferreira (2012) e considera-se apenas o viés de seleção para a condição de migração.

O método proposto por Lee (1983) será utilizado para a correção do possível viés de seleção amostral e consiste em: i) estimar a equação de seleção através do modelo *logit multinomial*, probabilidade de escolher a condição de migração j ; ii) computar os termos de correção de viés de seleção, razão inversa de Mills; iii) por fim, estimar a equação de salários para cada escolha j , adicionando a sua respectiva razão inversa de Mills λ_j .

Para as estimações das equações de salários e de seleção utilizou-se o Método de Máxima Pseudo Verossimilhança⁵, devido à incorporação do plano amostral.

2.2.2 Diferenciais de Salário – Decomposição de Oaxaca-Blinder (1973)

Para esta etapa da análise é feito um estudo acerca da composição do diferencial de rendimentos entre as categorias de não migrantes, migrantes de retorno e migrantes não naturais de mesmo nível educacional. Para tal, empregou-se a decomposição de Oaxaca-Blinder (1973).

Para realizar o processo de decomposição utiliza-se os resultados das equações do tipo *minceriana*, equação (1), sendo adicionado como regressor a razão inversa de Mills (para cada condição de migração) e excluindo as variáveis *dummies* de educação. Por exemplo, são estimadas as seguintes equações de salário:

$$\ln W_j = \beta_j X_j + u_j \quad (2)$$

$$\ln W_k = \beta_k X_k + u_k \quad (3)$$

Após a estimação é realizada a diferença entre as duas equações:

$$\Delta \widehat{W} = E(W_j | X_j) - E(W_k | X_k) = \ln \bar{W}_j - \ln \bar{W}_k \quad (4)$$

Onde $\Delta \widehat{W}$, pode ser que reescriapor meio da decomposição *two-fold* (em dois termos), como dito anteriormente:

$$\ln \bar{W}_j - \ln \bar{W}_k = (\bar{X}_j - \bar{X}_k) \hat{\beta}_k + \bar{X}_j (\hat{\beta}_j - \hat{\beta}_k) \quad (5)$$

Onde $\bar{X}_j$ e $\bar{X}_k$ são os valores médios das características observáveis, nas categorias de migração j e k , respectivamente e com $j \neq k$. $\hat{\beta}_k$ e $\hat{\beta}_j$ são os parâmetros estimados para os dois grupos em comparação.

O termo $(\bar{X}_j - \bar{X}_k) \hat{\beta}_k$, mensura a parte do diferencial de salários explicada pelos atributos observados dos indivíduos das categorias j e k . Já o termo $\bar{X}_j (\hat{\beta}_j - \hat{\beta}_k)$ capta a parte

⁵ Para maiores detalhes ver Pessoa e Nascimento Silva (1998).

da diferença salarial entre os grupos j e k , quando os indivíduos da condição de migração k possuem os mesmos atributos médios do grupo j .

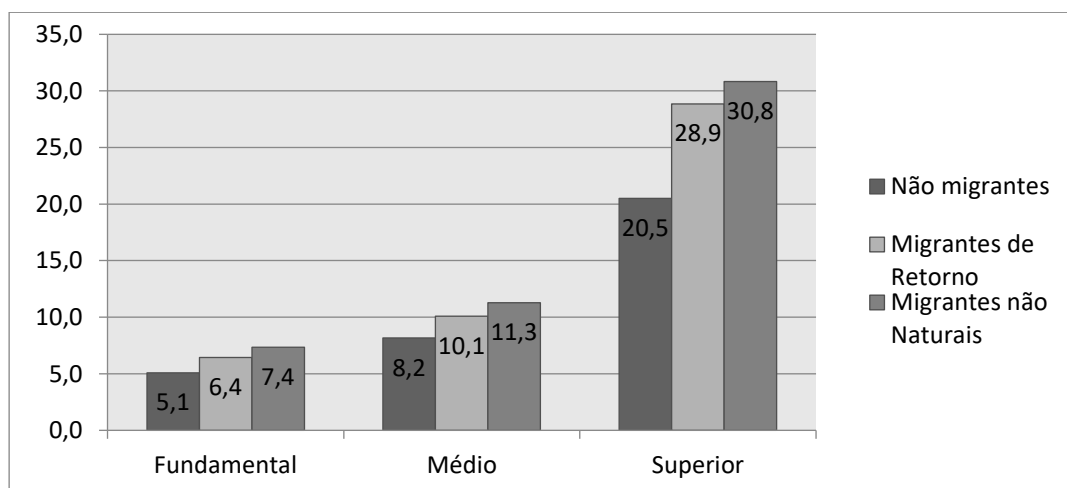
3 RESULTADOS

3.1 Retornos da Educação

O gráfico 1 traz informações a respeito da média do salário/hora para os não migrantes e migrantes (retornados e não naturais) segundo o nível de escolaridade. As evidências mostram que quanto maior a educação, maior o salário auferido pelos trabalhadores. É preciso destacar um resultado importante vislumbrado no gráfico 1: independente do nível educacional, os migrantes não naturais da região Nordeste são os que possuem uma média de salário/ hora maior, R\$ 7,4 para os com ensino fundamental, R\$ 11,3 para os com ensino médio e R\$ 30,8 para aqueles com ensino superior.

Quando se investiga a categoria com menor salário/hora, percebe-se que os não migrantes, independente da escolaridade são os que recebem menores salários. Verifica-se que a diferença salarial média entre as condições de migração é maior para os migrantes não naturais com relação aos não migrantes com ensino superior (hiato salarial médio de R\$ 10,3).

Gráfico 1 - Média do salário/hora dos não migrantes e migrantes na região Nordeste segundo nível educacional



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD de 2014.

Nota: Resultados expandidos para a população.

A tabela 1, a seguir, apresenta os coeficientes estimados das regressões salariais, sem correção e corrigidas para o viés de seleção amostral. Observou-se que, em média, os homens recebem maiores salários. A variável Branco mostrou significância para as categorias de não migrante e migrante retornado indicando um maior rendimento. Cada ano adicional de idade eleva o salário/hora no trabalho principal, para todos os grupos analisados. Entretanto, quando a idade se torna mais avançada o salário tende a decair.

Cada faixa de ensino concluída, comparada à categoria omitida (ensino básico ou sem instrução), gerou um incremento salarial. Os indivíduos com diploma universitário superaram a categoria base em 199,22%, 278,48%, 222, 84% para os grupos de não migrantes, migrantes de retorno e não naturais, respectivamente⁶. O migrante de retorno auferiu maiores rendimentos ao término de cada nível de estudo. Esta evidência pode estar associada ao efeito *brain drain*.

Analisando o impacto do setor de ocupação nos níveis salariais, os trabalhadores empregados sem carteira de trabalho assinada e os autônomos recebem menores salários se comparados com os trabalhadores empregados com carteira de trabalho assinada (omitida). O oposto se verifica para o trabalhador empregador ou funcionário público. Para os não migrantes e migrantes não naturais, a variável Estabilidade impacta positivamente nos salários.

Tabela 1 - Resultados das regressões de salários por condição de migração com e sem correção do viés de seleção amostral

	Não Migrante		Migrante de Retorno		Migrante não Natural	
	Corrigida	Sem correção	Corrigida	Sem correção	Corrigida	Sem correção
Homem	0,242*** (0,0099)	0,269*** (0,0092)	0,270*** (0,0285)	0,292*** (0,0242)	0,347*** (0,0300)	0,379*** (0,0282)
Branco	0,0421*** (0,0108)	0,0710*** (0,0101)	0,0773*** (0,0263)	0,0854*** (0,0264)	0,0479 (0,0417)	0,136*** (0,0322)

⁶ Conforme sugerido por Halvorsen e Palmquist (1980), para calcular o valor percentual dos coeficientes das *dummies* utilizou-se a seguinte fórmula: $[\exp(\text{coeficiente}) - 1] \times 100$.

Idade	0,0219*** (0,0025)	0,0299*** (0,0020)	0,0292*** (0,0076)	0,0360*** (0,0054)	0,0391*** (0,0064)	0,0460*** (0,0059)
Idade2	-0,0002*** (0,00003)	-0,0003*** (0,00003)	-0,0003*** (0,00008)	-0,0004*** (0,00007)	-0,0004*** (0,00007)	-0,0005*** (0,00007)
Fundamental	0,196*** (0,0143)	0,219*** (0,0135)	0,257*** (0,0332)	0,273*** (0,0313)	0,285*** (0,0487)	0,314*** (0,0467)
Médio	0,448*** (0,0139)	0,466*** (0,0135)	0,510*** (0,0314)	0,519*** (0,0303)	0,469*** (0,0418)	0,530*** (0,0366)
Superior	1,096*** (0,0225)	1,149*** (0,0202)	1,313*** (0,0485)	1,331*** (0,0474)	1,172*** (0,0881)	1,382*** (0,0559)
Empregado sem Carteira	-0,120*** (0,0117)	-0,121*** (0,0118)	-0,129*** (0,0286)	-0,121*** (0,0277)	-0,0738* (0,0401)	-0,133*** (0,0364)
Empregador	0,593*** (0,0375)	0,654*** (0,0376)	0,605*** (0,0815)	0,625*** (0,0797)	0,487*** (0,0875)	0,601*** (0,0804)
Funcionário público	0,428*** (0,0180)	0,404*** (0,0181)	0,331*** (0,0445)	0,324*** (0,0438)	0,425*** (0,0622)	0,330*** (0,0575)
Autônomo	-0,246*** (0,0147)	-0,220*** (0,0139)	-0,261*** (0,0328)	-0,243*** (0,0306)	-0,212*** (0,0421)	-0,180*** (0,0405)
Estabilidade (anos)	0,00288** (0,0012)	-0,000728 (0,0009)	0,000736 (0,0021)	-0,00111 (0,0015)	0,00958*** (0,0032)	0,00309 (0,0022)
Urbana	0,198*** (0,0204)	0,246*** (0,0189)	0,246*** (0,0371)	0,265*** (0,0340)	0,139** (0,0699)	0,292*** (0,0560)
Região Metropolitana	0,264*** (0,0214)	0,162*** (0,0132)	0,271*** (0,0559)	0,205*** (0,0277)	0,326*** (0,0668)	0,134*** (0,0326)
Mills (lambda)	0,567*** (0,104)		-0,195 (0,144)		-0,786*** (0,246)	
Constante	0,300*** (0,0458)	0,243*** (0,0449)	0,617 (0,401)	0,105 (0,119)	1,690*** (0,597)	-0,140 (0,139)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD de 2014

Notas: Níveis de significância: ***1%, **5% e *10%. Desvios-padrão entre parênteses.

Em relação à localização, independente da condição de migração, os residentes na área urbana e metropolitana auferem melhores rendimentos.

Em relação às razões inversas de Mills, apresentaram coeficientes estatisticamente significantes a 1% para a categoria dos não migrantes e migrantes não retornados, indicando que a omissão dessa variável ocasionaria estimativas enviesadas.

3.2 Efeito da condição de migrante sobre os diferenciais de salários

A tabela 2 expõe os resultados da decomposição salarial para a população de não migrantes e migrantes não naturais segundo o nível educacional. O hiato salarial é favorável aos migrantes não naturais independente do nível de educação. Verifica-se uma maior diferença salarial na comparação entre as categorias dos migrantes não naturais *versus* não migrantes para aqueles com ensino superior, sendo o grupo dos migrantes naturais aqueles com melhores salários.

Para os indivíduos com nível superior, tomando o grupo dos não migrantes como base, cerca de 22% da diferença é explicada pelos atributos observados e a parte não explicada esclarece 78,2% da diferença. Note que ambos os efeitos captados pela decomposição agem no sentido de aumentar o diferencial. Análises outras são obtidas de forma trivial a partir da tabela abaixo.

Tabela 2- Decomposição de Oaxaca-Blinder: Diferencial de salários por condição de migração segundo nível educacional no Nordeste

Categoria-base: NãoMigrante	Migrante Não Natural <i>versus</i> Não Migrante					
	Fundamental		Médio		Superior	
	Coeficiente	%	Coeficiente	%	Coeficiente	%
Diferencial Total	0,224*** (0,0409)	100	0,214*** (0,0272)	100	0,362*** (0,0456)	100
Diferencial devido aos Atributos	0,077*** (0,0243)	34,4	0,097*** (0,0180)	45,3	0,079*** (0,0274)	21,8
Diferencial Não Explicado	0,147*** (0,0363)	65,6	0,117*** (0,0235)	54,7	0,283*** (0,0428)	78,2

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD de 2014.

Notas: Níveis de significância: ***1%, **5% e *10%. Desvios-padrão entre parênteses. Valores positivos do diferencial não explicado indicam vantagem para a categoria base.

A tabela 3 traz a decomposição salarial entre não migrantes e migrantes de retorno por nível de educação. A maior diferença salarial foi constatada entre os não migrantes e migrantes de retorno com nível superior. Os remigrados são positivamente selecionados tanto em características observáveis como também nas características não observáveis. Os migrantes de retorno têm melhores rendimentos médios em comparação com aqueles que optam por não migrar.

Tabela 3- Decomposição de Oaxaca-Blinder: Diferencial de salários por condição de migração segundo nível educacional no Nordeste

Categoria-base: NãoMigrante	Migrante de Retorno <i>versus</i> Não Migrante					
	Fundamental		Médio		Superior	
	Coeficiente	%	Coeficiente	%	Coeficiente	%
Diferencial Total	0,125*** (0,2981)	100	0,118*** (0,0220)	100	0,251*** (0,0435)	100
Diferencial devido aos Atributos	0,054** (0,0235)	43,2	0,029* (0,0150)	24,6	0,084*** (0,0312)	33,5
Diferencial Não Explicado	0,071** (0,0277)	56,8	0,089*** (0,0198)	75,4	0,167*** (0,0430)	66,5

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD de 2014.

Notas: Níveis de significância: ***1%, **5% e *10%. Desvios-padrão entre parênteses. Valores positivos do diferencial não explicado indicam vantagem para a categoria base.

A parcela relativa aos atributos representa 43,2% do diferencial total para aqueles com nível fundamental e 24,6% para os com ensino médio. Um sinal positivo desta parcela indica uma seleção positiva dos migrantes de retorno se comparados com os não migrantes.

A tabela 4 refere-se ao hiato salarial entre as duas categorias de migrantes. Os trabalhadores não naturais do Nordeste apresentam superioridade salarial frente aos trabalhadores que retornaram para a região, em todos os níveis educacionais.

Tabela 4- Decomposição de Oaxaca-Blinder: Diferencial de salários por condição de migração segundo nível educacional no Nordeste

Categoria-base: Migrante de	Migrante de Retorno <i>versus</i> Migrante Não Natural
-----------------------------	--

Retorno	Fundamental		Médio		Superior	
	Coeficiente	%	Coeficiente	%	Coeficiente	%
Diferencial Total	0,099** (0,0488)	100	0,095*** (0,0328)	100	0,111* (0,0577)	100
Diferencial devido aos Atributos	-0,024 (0,0216)	-24,2	0,028 (0,0182)	29,5	-0,040 (0,0282)	-36,0
Diferencial Não Explicado	0,123** (0,0491)	124,2	0,067** (0,0300)	70,5	0,151*** (0,0526)	136,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD de 2014.

Notas: Níveis de significância: ***1%, **5% e *10%. Desvios-padrão entre parênteses. Valores positivos do diferencial não explicado indicam vantagem para a categoria base; valores negativos o oposto.

A elevada porcentagem do componente não explicado indica uma seleção positiva do migrante não natural em comparação com o migrante de retorno. Isso implica que o mercado remunera melhor estes migrantes apenas por não terem nascidos na região Nordeste e não por diferenças em atributos produtivos observáveis.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho verificou os diferenciais de rendimentos entre os migrantes e os não migrantes na região Nordeste analisando por diferentes níveis educacionais, em 2014. Para tanto, estimou-se um modelo de múltiplas escolhas e uma equação de salários *minceriana*. Por fim, analisou-se as diferenças salariais entre as condições migratórias utilizando a decomposição de Oaxaca e Blinder (1973).

Com relação às regressões salariais observou-se que para cada faixa de ensino concluída, comparada à categoria omitida, gerou-se um incremento salarial. Os resultados dos diferenciais de rendimentos indicam que os migrantes apresentam maiores rendimentos quando comparados aos nordestinos que não migraram, indicando uma seleção positiva. Conclui-se que o fato ter no mínimo um diploma de graduação aumenta a diferença salarial dos migrantes frente aos que decidem por não migrar.

Ademais, os resultados das decomposições segundo o nível educacional indicam que há um componente relativo à absorção de capital humano advindo do processo migratório



que beneficia os migrantes, em contraponto aos não migrantes, que mesmo quando possuem melhores características, ainda possuem as piores remunerações.

Diante desses resultados nota-se que o status de migrante impacta positivamente sobre os rendimentos. Portanto, os migrantes podem contribuir com o desenvolvimento da região Nordeste. Cabe assim, aos formuladores de políticas a elaboração de projetos específicos a fim de potencializar os efeitos positivos desse fenômeno socioeconômico.

REFERÊNCIAS

- ARRAES, Ronaldo A.; MARIANO, Francisca Zilania. Endogeneidade da educação na previsão da taxa de retorno: avaliação metodológica e aplicação para regiões brasileiras e estados selecionados. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 2, p. 125-139, 2016.
- BAKER, Michael; BENJAMIN, Dwayne. The performance of immigrants in the Canadian labor market. **Journal of labor economics**, v. 12, n. 3, p. 369-405, 1994.
- BLINDER, A. S. Wage Discrimination: Reduced Form and Structural Estimates. **Journal of Human Resources**, v.8, p.436-455. 1973.
- CHISWICK, Barry R. The effect of Americanization on the earnings of foreign-born men. **Journal of political Economy**, v. 86, n. 5, p. 897-921, 1978.
- DUSTMANN, Christian; GLITZ, A. Migration and education. **Handbook of the Economics of Education**, v. 4, p. 327-439, 2011.
- GHEASI, Masood; NIJKAMP, Peter; RIETVELD, Piet. Wage gaps between native and migrant graduates of higher education institutions in the Netherlands. **Letters in Spatial and Resource Sciences**, p. 1-20, 2015.
- FERREIRA, Allyne de Almeida. **Ensaio sobre a migração de retorno interestadual no Brasil**. 2012. 111 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós- Graduação em Economia, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, 2012.
- HANSON, Gordon H. **International Migration and Development** Universidade da California, San Diego, EUA. In Dani Rodrik and Mark Rosenzweig, editors: **Handbook of Development Economics**, v. 5, p. 4363-4414, 2010.
- HALVORSEN, R.; PALMQUIST, R. The Interpretation of Dummy Variables in Semilogarithmic Equations. **American Economic Review**, v.70, n. 3, p. 474-475, jun.,1980.
- HECKMAN, J. V. Sample selection as a specification error. **Econometrica**, v. 47, p. 153-161, 1979.
- LEE, Lung-Fei. Generalized Econometric Models with Selectivity. **Econometrica**, v. 51, n. 2, p. 507 -512, 1983.
- OAXACA, R. L. Male-female wage differentials in urban labor markets. **International Economic Review**, v. 14, n. 4, p. 693-790, 1973.
- PESSOA, D. G. C.; NASCIMENTO SILVA, P. L. Análise de dados amostrais complexos. In: **Simpósio Nacional de Probabilidade e Estatística**, 13, 1998, Caxambu. São Paulo: Associação Brasileira de Estatística, 1998.



RIBEIRO, Eduardo P.; BASTOS, Viviane M. Viés de seleção, retornos à educação e migração no Brasil. **ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMETRIA**, v. 26, p. 1-19, 2004.

RODRIGUES, Karla Cristina Tyskowskii Teodoro *et al.* DIFERENÇA SALARIAL SEGUNDO A CONDIÇÃO DE MIGRAÇÃO E SEXO NA BAHIA. **Revista Economia e Desenvolvimento**, v. 14, n. 2, 2015.

SJAASTAD, L. A. The Costs and Returns of Human Migration. **Journal of Political Economy**, v. 70, n. 5, p. 80–93, 1962.

RECONSIDERANDO O EMPREGO DOMÉSTICO COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA DA MULHER POBRE NO BRASIL

Patrícia Sampaio Cotta
Economista – CEDEPLAR/UFGM
patriciasampaiocotta@gmail.com

Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira
Doutora em Demografia e Professora do
Departamento de Economia - CEDEPLAR/UFGM
ahermeto@cedeplar.ufmg.br

Resumo

O objetivo do artigo é mostrar que o envelhecimento relativo do emprego doméstico no Brasil metropolitano de 2004 a 2014 a partir das mudanças econômicas, sociais e demográficas verificadas no país coloca em discussão a clássica consideração da categoria doméstica como estratégia de sobrevivência da mulher pobre. Outras mudanças de perfil verificadas nos dados dizem respeito à queda da informalidade, elevação do nível educacional e ganho de poder de compra das domésticas. No que pese os avanços nos indicadores, a ocupação permanece sendo um *locus* ocupacional da mulher pobre, ainda marcada por opressão de sexo, raça e classe. A perspectiva de raça mostrou perfis diferenciados entre negras e brancas apresentando-se ainda menos favorável às domésticas negras.

1. O contexto-motivação: traços de um perfil envelhecido do emprego doméstico

O emprego doméstico é historicamente uma ocupação feminina e negra, ainda bem distante das condições de trabalho e privilégios de outras ocupações. O contexto

sócio-econômico e do direito trabalhista nos anos 2000, por outro lado, provocou modificações na inserção da mulher pobre no mercado de trabalho, colocando em questão os lugares tradicionais por elas ocupados.

No campo do direito trabalhista, a regulamentação da jornada de trabalho doméstico em 44 horas semanais só veio a ser matéria legislativa em 2013, com a “PEC das Domésticas”. Ainda que considerada muito avançada, e para alguns “grande demais para o Orçamento Público”, a Constituição de 1988 ainda não as havia tratado com igualdade em relação ao restante da classe trabalhadora. Não sem polêmica por parte da classe média e previsões de que “a lei se transformaria em letra morta”, pela elevação dos custos na contratação das mensalistas (Dieese, 2013). De todo modo, a equiparação de direitos foi uma importante conquista da categoria e representa um dos motivos pelos quais diversas áreas da academia se debruçaram recentemente sobre o tema.

O contexto econômico-social do período é de queda do desemprego, valorização real do salário mínimo com queda de desigualdade de rendimentos e da informalidade, indo na contramão de tendências globais de flexibilização de relações trabalhistas (Baltar, Krein, 2013). Houve melhorias nos indicadores do mercado de trabalho que impactaram positivamente a inserção feminina. As domésticas, por terem o Mínimo como referência, tiveram ganho de poder de compra ao longo dos anos que influenciaram expectativas de consumo e estilo de vida. (Brites, Picanço, 2014). A queda do índice de distribuição de rendimentos é simbólica da redução das distâncias sociais uma vez que o acesso ao consumo, num país de elevada pobreza, é parte importante da cidadania.

Além disso, os avanços educacionais atrelados à diversificação e expansão do mercado de trabalho no período podem ter aberto outras possibilidades às mulheres jovens pobres. Há indícios de que foram modificadas expectativas em relação ao emprego “ideal”, sobretudo entre as mais jovens. O envelhecimento do emprego doméstico é parte deste processo, como mostram análises da literatura especializada (Dieese, 2013, Brites e Picanço, 2014).

Neste contexto, é objetivo deste artigo apurar as novas configurações do emprego doméstico segundo as variáveis idade, informalidade, educação e rendimento numa perspectiva comparada às demais categorias.

2. Análise comparativa do perfil da categoria doméstica frente as demais categorias sócio-ocupacionais

2.1 – Composição por sexo e raça

A análise empírica acerca das mudanças recentes de perfil do emprego doméstico numa perspectiva comparada às demais categorias entre 2004 e 2014 parte da apresentação da composição das categorias sócio-ocupacionais superior, média, manual e doméstica por sexo e raça (Tabela 1). É possível verificar uma distribuição desigual dos grupos de sexo e raça entre as referidas categorias. A categoria doméstica é praticamente inexistente para os homens brancos ou negros. A superior é a que mais contrasta com a doméstica em termos de composição, apresentando maior representatividade de homens brancos e, em seguida, de mulheres brancas. Constata-se ainda a persistência de uma menor participação dos negros. As categorias média e manual são compostas em sua maior parte por homens, sendo que a categoria manual apresenta evidências de um persistente diferencial, com maior participação dos negros.

TABELA 1: Composição das categorias sócio-ocupacionais no Brasil metropolitano por sexo e raça, 2004 e 2014 (%).

	2004				2014			
	Superior	Média	Manual	Doméstica	Superior	Média	Manual	Doméstica
HB	39,33	29,79	29,41	1,15	33,28	25,77	26,19	0,93
HN	13,66	29,76	35,39	2,53	14,67	29,64	36,66	2,13
MB	35,21	21,61	18,54	33,72	34,95	21,5	17,21	33,71
MN	11,8	18,84	16,66	62,59	17,11	23,09	19,94	63,23
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Nota: HB (homem branco), HN (homem negro), MB (mulher branca), MN (mulher negra).

Fonte: PME (IBGE). Elaboração própria.

A despeito da moderna noção de igualdade de oportunidades para os indivíduos, independente de atributos físicos, vê-se como as discriminações de raça e gênero se articulam e garantem a perpetuação da segregação ocupacional, já bastante discutida na literatura e novamente verificada (Hermeto, Ribeiro, 1998). A segregação ocupacional diz respeito à inserção diferenciada entre os grupos no mercado de trabalho, em ocupações diferentes e desiguais. Ela é caracterizada por um “maior leque de ocupações”

para homens brancos e a concentração de mulheres e negros em “ocupações que tendem a remunerar pior ou gerar menores benefícios” (Hermeto, Ribeiro, 1998, p. 2688).

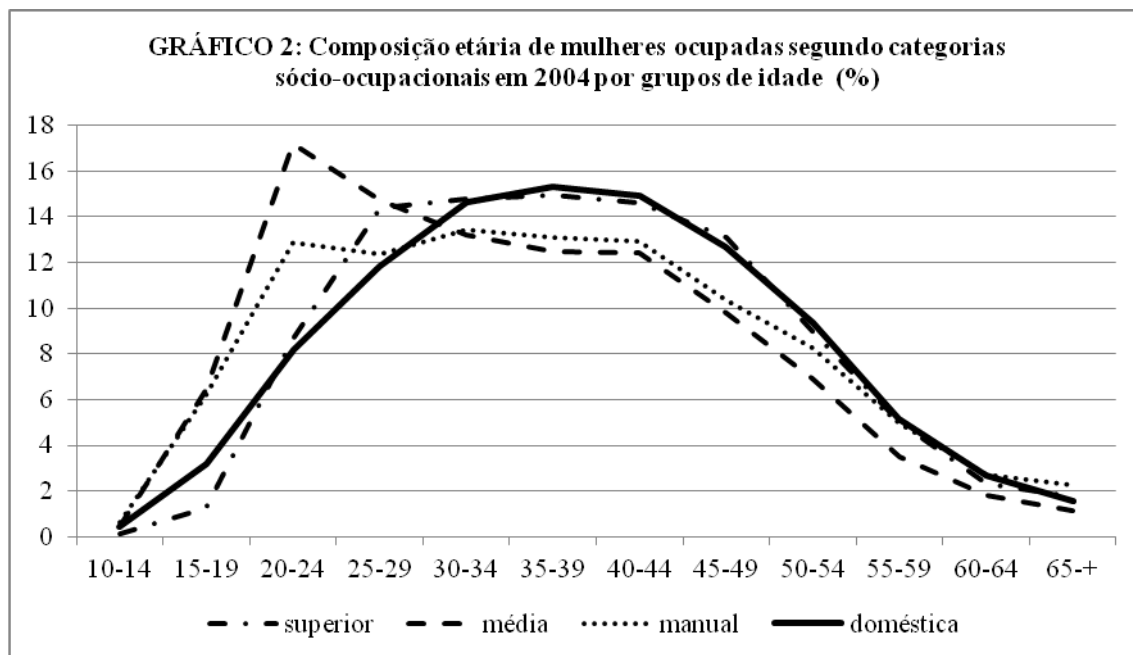
Se a passagem do sistema de castas para a sociedade de classes com o fim da abolição da escravidão no Brasil permitiu um “aumento substantivo da mobilidade social”, por outro lado, os dados empíricos apresentados na tabela acima evidenciam a permanência das desigualdades de raça, caindo por terra o argumento segundo o qual bastava a modernização da sociedade para sanar as desigualdades herdadas do período da escravidão. Isso porque o racismo foi institucionalizado no pós-abolição como forma de manter o privilégio dos brancos numa sociedade que se constituía numa estrutura de classes e, portanto, menos rígida quanto à ascensão social do que no sistema de castas. (Osorio, 2008).

No que diz respeito especificamente ao emprego doméstico, a concentração de mulheres negras evidencia o imbricamento de mecanismos discriminatórios de sexo e raça. Em 2004, as mulheres representavam cerca de 96% dos ocupados sendo que somente as mulheres negras representavam 63% do total. Em 2014, pouco mudou quanto a composição por sexo e raça, permanecendo essencialmente uma categoria feminina e negra. A divisão sexual do trabalho explica a inexpressiva parcela de homens ocupados no serviço doméstico. (Kergoat 2016). E, como foi dito, a estrutura de classes no Brasil foi sendo construída permeada de discriminação racial e preconceito e assim marginalizando o negro dos setores mais dinâmicos da economia (Osorio, 2008). Esses mecanismos discriminatórios operando conjuntamente explicam o porque da expressiva presença de mulheres negras no historicamente desvalorizado e subalternizado emprego doméstico. Segundo Saffioti (1978), a empregada doméstica pode ser vista como a versão assalariada da escrava de cor, na passagem ao sistema capitalista.

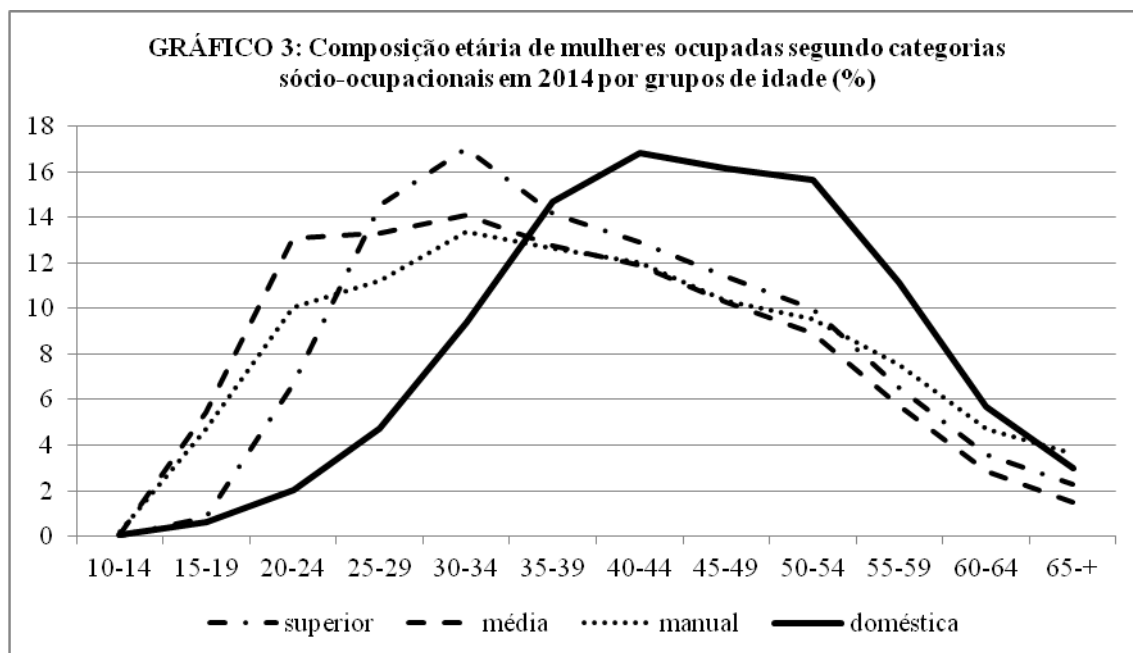
A caracterização do emprego doméstico enquanto uma categoria essencialmente feminina e majoritariamente negra inspira um olhar específico direcionado ao universo feminino da ocupação, numa perspectiva de raça. Portanto, nas tabelas a seguir, serão apresentados dados referentes apenas às mulheres, quando possível num recorte de raça.

2.2 – Perfil etário: o envelhecimento da categoria doméstica

Os gráficos 2 e 3 exibem o perfil etário por grupos de idade das categorias sócio-ocupacionais em 2004 e 2014 (%). Numa perspectiva comparada, percebe-se com clareza o envelhecimento da categoria doméstica. Se em 2004 o perfil etário do emprego doméstico apresentava distribuição semelhante às demais categorias, com maior percentual de trabalhadoras na faixa dos 30-44 anos, em 2014, uma nova configuração se apresenta, com maior representatividade de domésticas entre 45-54. Houve expressiva redução de participação de domésticas até os 29 anos.



Fonte: PME (IBGE). Elaboração própria.



Fonte: PME (IBGE). Elaboração própria.

A hipótese da educação é usualmente utilizada em vários estudos para explicar o envelhecimento da categoria; estando mais qualificadas, as mulheres jovens e pobres tentariam outras formas de inserção no mercado de trabalho, levando à maior representatividade de domésticas mais velhas (Dieese, 2013). Ademais, foi visto que paralelo ao processo de envelhecimento foi verificada retração da categoria, ou seja, diminuição relativa do peso do emprego doméstico entre as mulheres ocupadas. A educação não é o único fator explicativo dessas mudanças; uma maior qualificação *per se* não garante mudanças na estrutura do mercado de trabalho, no que tange à segregação por sexo e raça.

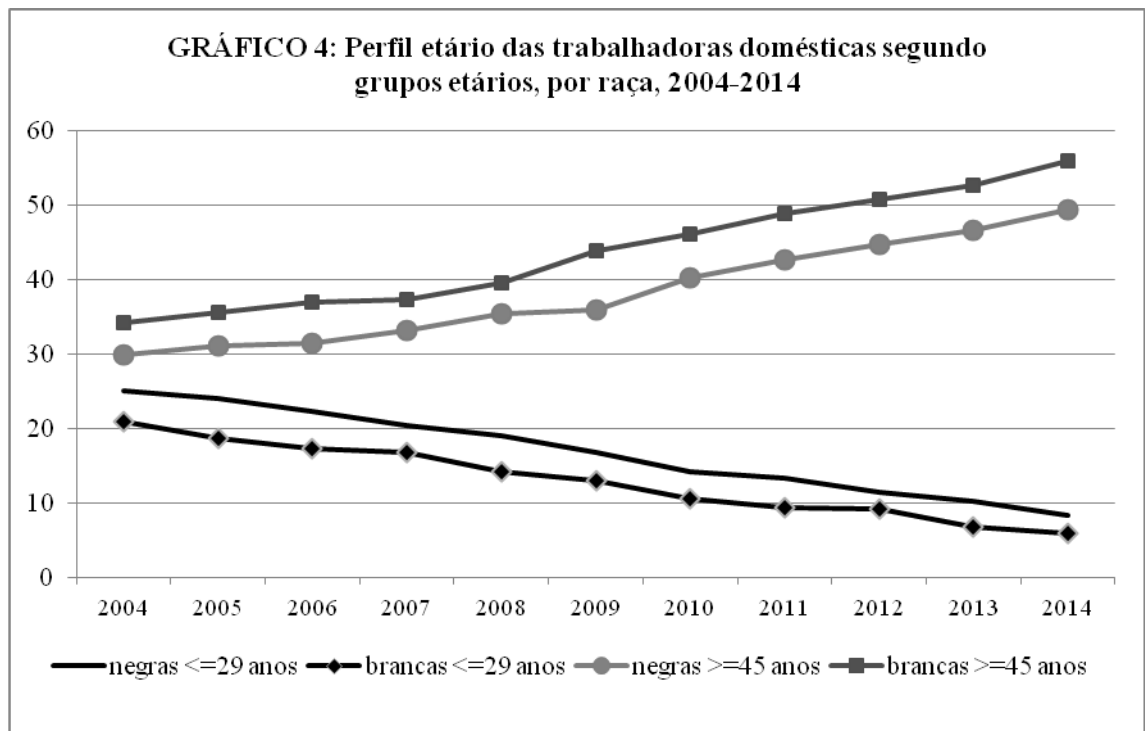
É provável que a conquista de maior nível educacional aliado à ampliação de oferta de empregos e o ganho de poder de compra no período tenham modificado expectativas em relação ao consumo e estilo de vida de mulheres pobres. Os ganhos reais de renda da base da classe trabalhadora ajudam a explicar o contexto de “maior aproximação simbólica entre as classes sociais, em especial as classes média e populares” na qual o acesso ao consumo e a “ampliação de horizontes” teria reforçado o não-lugar do emprego doméstico (Brites, Picanço, 2014).

Em nota técnica, o IPEA segue na mesma linha segundo a qual o envelhecimento da categoria se deu por “menor renovação” da mão de obra. O Dieese, em boletim acerca do emprego doméstico no Brasil (2013), também evidencia mudanças de coorte quando

dão destaque para o fator educação para explicar a busca por outras formas de inserção no mercado de trabalho por parte de mulheres jovens.

No lado da demanda por serviços domésticos, fatores da modernidade como as facilidades introduzidas com eletrodomésticos, a redução da taxa de fecundidade e a elevação de custos do serviço, balizada pela valorização do salário mínimo, podem ser levantadas para explicar a redução da demanda das famílias de classe média e alta pelos serviços (Machado, Hermeto, Wajnman, 2005).

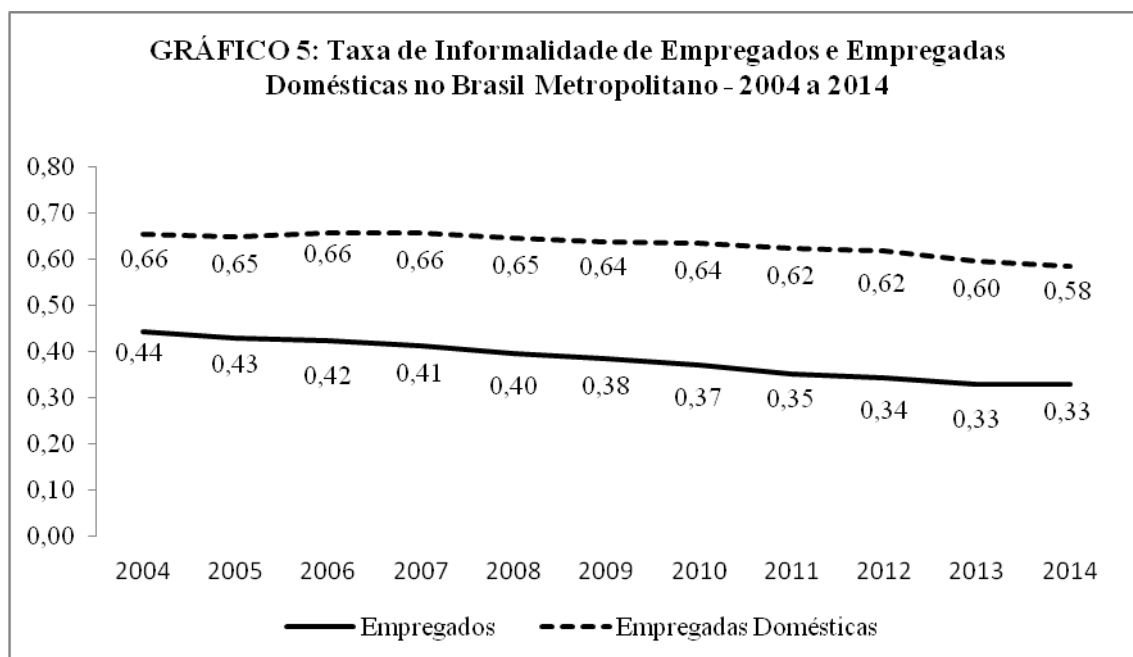
O gráfico 4 mostra a composição etária das domésticas por raça, apontando a tendência de envelhecimento para ambas as raças. Já em 2004, o peso da coorte com 45 anos de idade ou mais é superior ao peso da coorte menor ou igual a 29. Em 2014, as proporções se distanciam ainda mais. Percebe-se também um descompasso no tempo do envelhecimento para domésticas negras e brancas. Em todos os anos, as brancas encontram-se mais envelhecidas do que as negras, o que vem de encontro às análises da literatura acerca da inserção menos desfavorável da mulher branca no mercado de trabalho, quanto a condições de trabalho e prestígio (Hermeto, Ribeiro, 1998). Assim, o envelhecimento da categoria encontra-se em estágio mais avançado para as brancas do que para as negras.



Fonte: PME (IBGE). Elaboração própria.

2.3 – Informalidade

O gráfico 5 apresenta a evolução da taxa de informalidade para as domésticas em comparação com a população ocupada como empregados. Nota-se que as domésticas são mais atingidas pela informalidade em todo o período, sendo que a maior parte delas não tem registro em carteira, no Brasil metropolitano. Ademais, houve tendência de queda gradual da informalidade tanto para os empregados quanto para as domésticas, entretanto com maior resistência de queda na categoria doméstica.



Nota: A taxa de informalidade de empregados diz respeito ao percentual de ocupados (homens e mulheres) sem carteira de trabalho dentre os empregados, ou seja, exclui-se os empregadores do cálculo. Para as domésticas, a taxa foi calculada apenas para as mulheres ocupadas. Fonte: PME (IBGE). Elaboração própria.

Dentre os efeitos sobre a economia brasileira do aumento da demanda e da alta do preço das commodities está o crescimento econômico e o aumento do número de contratos formais de trabalho, refletido no gráfico 5. Segundo Baltar e Krein (2013), a melhora do indicador de informalidade dos empregados desde 2004 ocorreu na contramão das tendências globais de flexibilização das relações de trabalho com a reorganização produtiva. Em que pese a crescente formalização, o mercado de trabalho brasileiro segue apresentando características de uma economia subdesenvolvida, com significativo peso de trabalhadores informais.

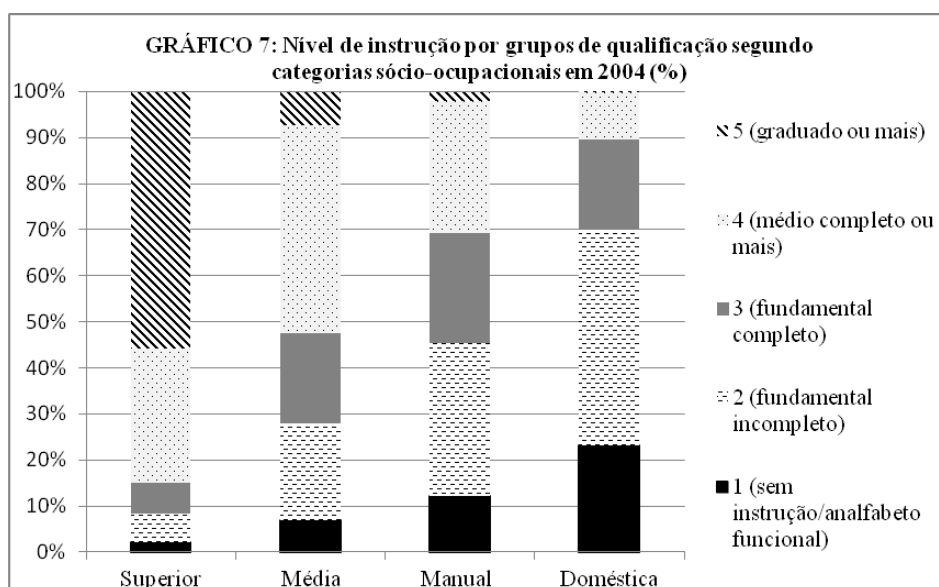
Uma hipótese para explicar a queda da informalidade das domésticas é o envelhecimento da categoria, já apontada pela literatura sobre o tema nos anos 1990 no

Brasil (Liberato, 1999 apud Myrrha, Wajnman 2007). A presente análise aponta no mesmo sentido já que as domésticas mais novas, cuja participação caiu no período analisado, são mais marcadas por vínculos informais de trabalho que as mais velhas.

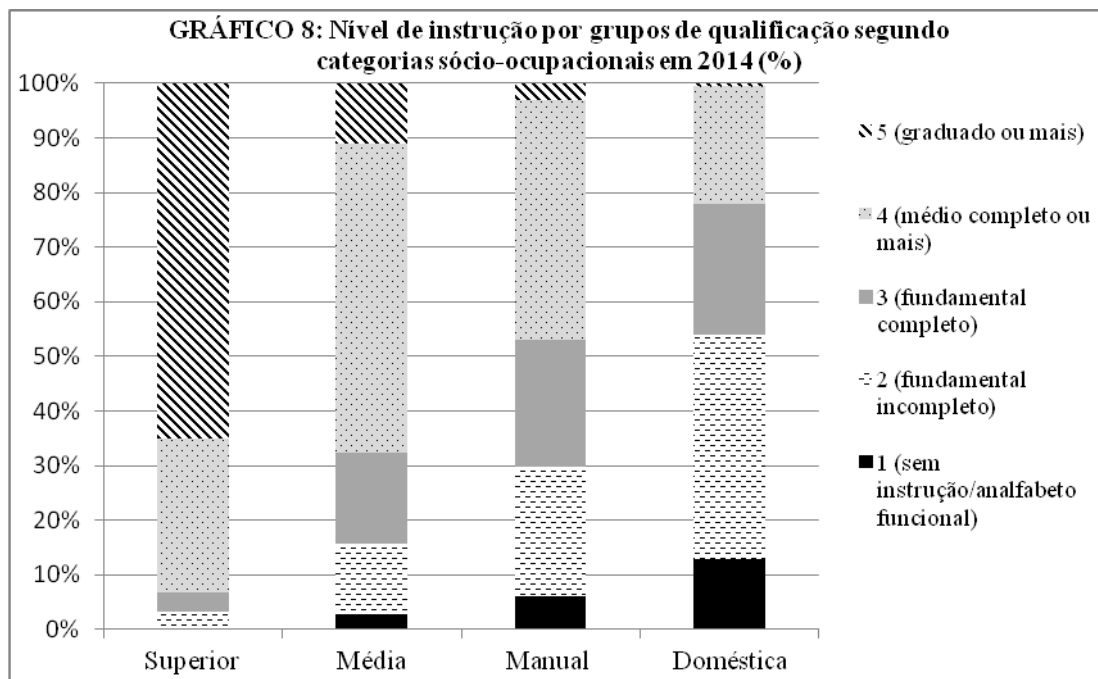
O histórico tratamento desigual na legislação trabalhista é um dos fatores explicativos da permanência de elevadas taxas de informalidade no emprego doméstico. As resistências em enxergá-lo como trabalho decente são explicadas pela noção bastante difundida no âmbito legal e mesmo acadêmico de que por ser realizado em âmbito familiar e não gerar um produto para ser vendido no mercado, o emprego doméstico seria considerado trabalho improdutivo (Saffioti, 1978).

2.4 – Perfil educacional

Os gráficos 7 e 8 exibem a composição educacional da força de trabalho por grupos de anos de estudo segundo as categorias sócio-ocupacionais em 2004 e 2014. A constatação mais evidente que pode ser feita é quanto às disparidades educacionais entre as categorias. Tanto em 2004 quanto em 2014, os da categoria superior são os mais qualificados, seguidos da categoria média, manual e, por último, as domésticas. Não foram verificadas diferenças educacionais significativas entre domésticas brancas e negras nos anos analisados, o que pode ser atribuído ao fato do emprego doméstico ser um *locus* ocupacional das mulheres pobres e pouco escolarizadas, fator que independe de raça.



Fonte: PME (IBGE). Elaboração própria.



Fonte: PME (IBGE). Elaboração própria.

Em 2014, nota-se um avanço no nível educacional geral entre as categorias. Tal fato pode ser atribuído às melhorias no ensino público brasileiro desde a década de 1990 e a incorporação dos trabalhadores mais qualificados na força de trabalho pela ampliação da oferta de empregos. As mudanças verificadas desde a década de 1990 ampliaram o acesso da população dos estratos menos favorecidos à escola. Isso se reflete no nível educacional da força de trabalho, sobretudo nos trabalhadores mais jovens que vivenciaram a melhoria no ensino, o que eleva o nível educacional da força como um todo.

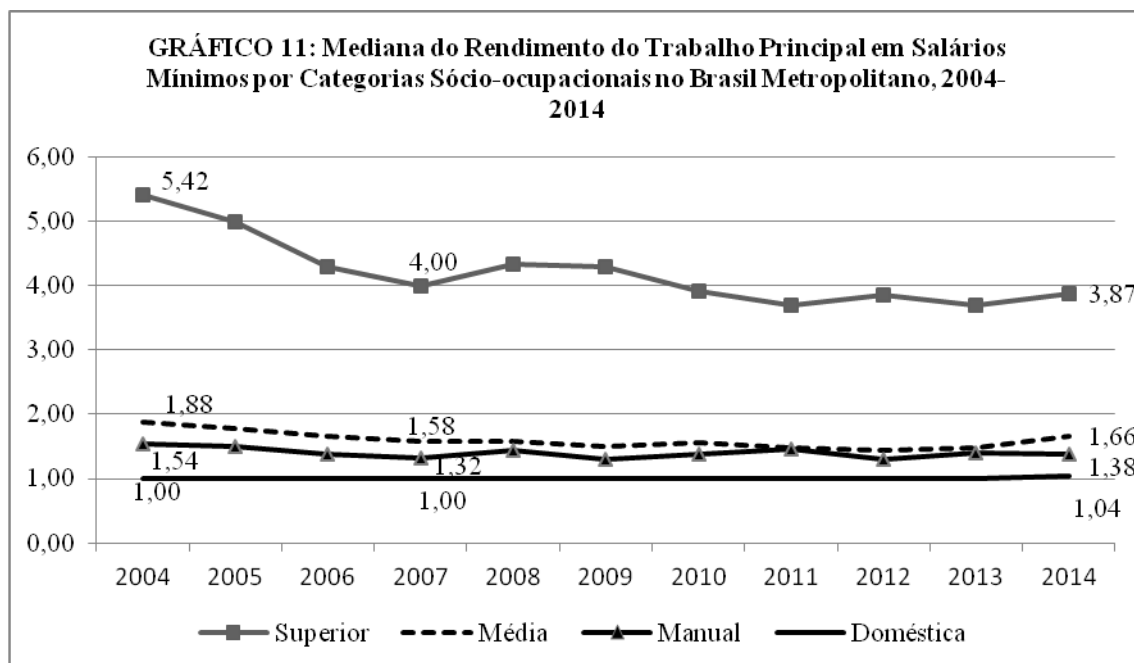
No caso das domésticas, nota-se o avanço educacional pela inversão do peso de analfabetas funcionais e das que têm ensino médio completo. A permanência de baixos níveis educacionais, como os 10% de domésticas analfabetas em 2014, pode ser explicada em parte pelas trabalhadoras mais velhas que, no geral, não se beneficiam das melhorias educacionais (Dieese, 2013).

A elevação educacional das domésticas poderia ser ainda maior caso a ocupação não fosse tão desvalorizada e desprestigiada. O maior acesso ao ensino público, inclusive o universitário tornado possível pelas cotas, pode ter permitido outro tipo de inserção no mercado de trabalho para as mulheres pobres (Brites, Picanço, 2014). De fato, a elevação de escolaridade da população brasileira não foi expressa no aumento significativo do

número de domésticas com graduação, posto que a profissão não exige qualificação deste tipo. As habilidades do cuidado da casa são naturalizadas femininas e ensinadas no processo de socialização da mulher, dispensando assim qualificação formal. (Saffioti, 1978, p. 57).

2.5 – Rendimento do trabalho

Uma maneira de analisar a evolução da distribuição de rendimentos do trabalho é feita através da média e mediana do rendimento em relação ao valor do salário mínimo (SM). Ambas são medidas de tendência central de um conjunto de dados, porém no Brasil, tendo em vista a desigualdade da distribuição de rendimentos, a média não é tida como boa medida de tendência central, já que é afetada por poucos valores muito altos de rendimento. O gráfico 11 apresenta evidências da distribuição do rendimento por categorias sócio-ocupacionais segundo mediana do rendimento do trabalho principal.



Fonte: PME (IBGE). Elaboração própria.

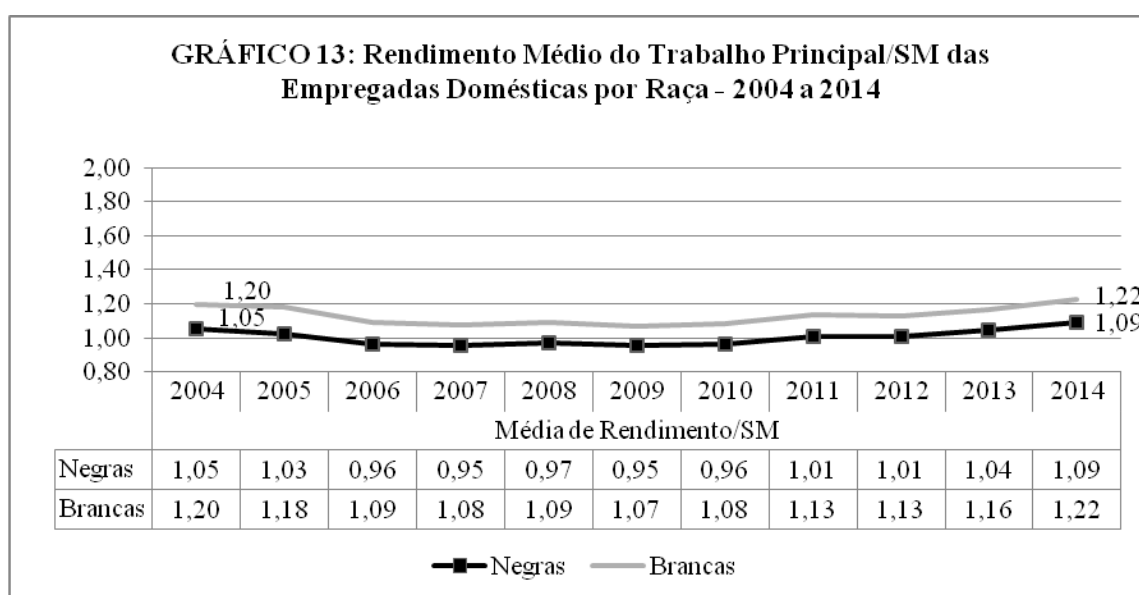
Nota-se a desigualdade na remuneração do trabalho; a categoria superior é a melhor remunerada, seguida das categorias média, manual e, por último, domésticas. Acredita-se que o grande determinante da diferenciação salarial seja o nível de instrução do trabalhador. Entretanto, como foi visto, a sobre-representação de grupos de indivíduos em ocupações de menor valor social é explicada por fatores para além do capital social;

a discriminação de sexo e raça tem sido apontada pela literatura sociológica como fatores ainda presentes para explicar a persistência das desigualdades. Vários estudos empíricos comprovam que parte significativa das diferenças salariais entre os grupos não é atribuída a mérito pessoal ou esforço, mas pela discriminação racial e de sexo (Hermeto, Ribeiro, 1998).

Ao longo dos anos, entretanto, percebe-se redução das disparidades entre as categorias, sobretudo pela queda do rendimento da categoria superior. O fenômeno pode ser atribuído em grande medida à política de valorização do salário mínimo, já que este serve de parâmetro de reajuste em grande parte dos acordos de negociação salarial para as categorias média, manual e doméstica. Apesar da convergência do rendimento entre as categorias, as domésticas continuam concentradas na faixa de rendimento de um salário mínimo e, por isso, elas foram mais beneficiadas pela política de valorização vigente.

Cabe dizer que embora o gráfico indique remuneração mediana das domésticas equivalente ao piso estabelecido na Constituição, o poder de compra do Mínimo não equivale ao salário mínimo necessário, que em dezembro de 2014 era de R\$ 2.975,55, segundo estimativas do Dieese (2015).

O gráfico 13 exibe a tendência da relação rendimento médio do trabalho principal/SM das domésticas, segundo a raça e permite constatar que o rendimento médio das domésticas continua girando em torno do piso salarial. Em 2014, as domésticas brancas receberam em média 22% acima do Mínimo, enquanto as domésticas negras, 9%.



Fonte: PME (IBGE). Elaboração própria.

Numa análise comparativa por raça, nota-se que em todo o período, as brancas receberam em média mais do que as negras. O semelhante perfil educacional por raça entre as domésticas, numa ocupação que sequer exige qualificação formal, é um indício de que a diferença de rendimento médio entre negras e brancas seja fruto de discriminação racial.

Outro possível fator explicativo é que as domésticas brancas são maioria dentre as diaristas. Sabe-se que o rendimento médio das diaristas é superior à das mensalistas, ainda que às custas de maior vulnerabilidade nas relações de trabalho (Dieese, 2013), o que pode explicar parte das diferenças.

3 - Conclusão

O emprego doméstico é uma das ocupações que mais emprega força de trabalho feminina no Brasil, a maior parte delas mulheres negras. Foi historicamente um elemento de ostentação e manutenção dos privilégios de classe às custas da escrava de cor.

A despeito da moderna noção de igualdade de oportunidades para os indivíduos, independente de sexo e raça, vê-se como o emprego doméstico é ainda marcado por desvalorização, subordinação e preconceito, mesmo que perpetrados de maneira inconsciente pelos que dele se beneficiam. Isso porque finda a sociedade de castas, o capitalismo teria se apropriado das opressões de sexo e raça existentes a fim de manter os privilégios de classe numa sociedade que passava a permitir a mobilidade social. Assim, numa modernização marcada por fatores como alta concentração de renda e baixo nível educacional da população, um grande contingente de mulheres marginalizadas viam-se impelidas à busca do emprego doméstico como *estratégia de sobrevivência* (Saffioti, 1978).

A despeito das discriminações vigentes, foram apresentadas evidências empíricas de mudanças nos indicadores do emprego doméstico no Brasil metropolitano, com destaque para o envelhecimento da categoria doméstica relativa às demais. Outras mudanças dizem respeito a queda da informalidade, aumento da escolaridade e ganho de poder de compra das domésticas. Sob a ótica da oferta trabalho, pode-se dizer que os avanços educacionais no ensino público brasileiro, o crescimento econômico com ampliação de postos de trabalho e queda da informalidade, a valorização real do salário mínimo engendraram um leque de mudanças no que diz respeito às aspirações das mulheres pobres, dentre as quais destaca-se o “emprego ideal” e o padrão de consumo.

Como reflexo dessas mudanças, o emprego doméstico foi perdendo espaço como estratégia de sobrevivência. Nesse contexto, um possível desdobramento da pesquisa consiste em acompanhar as transições de status da força de trabalho e as transições entre as categorias sócio-ocupacionais a fim de investigar qual a alternativa encontrada pela nova geração de mulheres pobres.

Certamente, as variáveis analisadas evidenciam mudanças importantes na luta pela dignidade da profissão. Entretanto, mesmo que menos atingidas pela informalidade, com maior poder de compra e mais escolarizadas, a mudança de perfil etário das domésticas nos indica que a persistência das disparidades entre as categorias, a desvalorização e o preconceito são mais fortes que as descontinuidades verificadas na última década. Permanece, portanto, uma ocupação essencialmente feminina e negra, de elevada informalidade, rendimento balizado pelo Mínimo protegido em Lei, de baixa qualificação formal e marcado por estigma social.

Faz-se necessário ainda acompanhar as mudanças de perfil subsequentes do emprego doméstico a fim de apurar se o envelhecimento da categoria foi um efeito conjuntural ou, de outro modo, um efeito estrutural na sociedade brasileira. Sabe-se que em momento de crise política, econômica e social há tentativas de retrocesso nos direitos conquistados pelas minorias, como mostra a história brasileira. Nesse contexto, o emprego doméstico tradicionalmente funciona como um “colchão amortecedor” do desemprego, absorvendo trabalhadoras pobres e pouco qualificadas à espera de algo melhor. Num quadro de aumento de oferta de trabalhadoras domésticas, há compressão salarial e a informalidade tende a aumentar. Com menores perspectivas, jovens trabalhadoras pobres ingressam na categoria, (re)modificando a composição etária. Permanece em questão se o atual período de crise será suficientemente forte para reverter as descontinuidades verificadas para as domésticas na última década. A profundidade (ou não) das mudanças tem certamente importantes significados mais amplos, repercutindo na divisão sexual do trabalho e na estrutura da sociedade de classes brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALTAR, P. E. A., KREIN, J. D. A Retomada do Desenvolvimento e a Regulação do Mercado de Trabalho no Brasil. CADERNO CRH, Salvador, v. 26, n. 68, p. 273-292, Maio/Ago. 2013

BRITES, J.G.; PICANÇO, F. O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisa. *Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho*, Ano 19, n. 31, p. 131-158, 2014.

DIEESE. O emprego doméstico no Brasil. *Estudos e Pesquisas*, v. 68, p.22-23. ago. 2013.

HERMETO, A. M. H. C.; RIBEIRO, P. M. *Diferenciais ocupacionais por raça e gênero no mercado de trabalho metropolitano no Brasil*. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1998.

KERGOAT, D. O cuidado e a imbricação de relações sociais. In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R (orgs.). *Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016. cap. 1

MACHADO, A. F.; HERMETO, A. M. H. C.; WAJNMAN, S. *Sexo frágil? Evidências sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: Organização Gelre, 2005.

MYRRHA, L. J. D; WAJNMAN, S. Características e Heterogeneidade do Emprego Doméstico no Brasil. *Revista ABET*, v. VI, n. 2, 2007.

OSORIO, R. G. Desigualdade Racial e Mobilidade Social no Brasil: um balanço das teorias. In: THEODORO, M (org). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil : 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008. cap. 3

SAFFIOTI, H. I. B. *Emprego Doméstico e Capitalismo*. Petrópolis: Editora Vozes. 1978.

RETRATO DO DESEMPREGO JUVENIL NO BRASIL E NO CEARÁ NOS ANOS DE 2004 E 2014

Thais Leite Galvão
Bacharela em Ciências Econômicas
pela Universidade Regional do Cariri- URCA
E-mail: thais.leite08@gmail.com

Silvana Nunes De Queiroz
Professora Adjunta do Departamento
de Economia da Universidade Regional do Cariri URCA.
Coordenadora do Observatório das Migrações
no Estado do Ceará (OMEC-CNPq).
E-mail: silvanaqueirozce@yahoo.com.br

RESUMO

Esse estudo tem como objetivo principal retratar e comparar o desemprego juvenil no Brasil e no Ceará. Para tanto foi realizado uma breve revisão dos estudos sobre o desemprego juvenil na literatura nacional. Ademais, foi retratado o perfil sociodemográfico e socioeconômico dos jovens desempregados no Brasil e no Ceará, em 2004 e 2014. Foram utilizados os microdados da amostra das PNADs de 2004 e 2014, sendo a principal fonte de informações. Os resultados mostram que entre 2004 e 2014, a taxa de desemprego juvenil no Brasil aumentou de 15,0% para 15,7%, e no Ceará se manteve praticamente inalterada, ao passar de 13,1% para 13,2%, respectivamente. Sendo assim, o desemprego juvenil é muito mais elevado do que a taxa de desemprego geral, que chegou a 6,9% no Brasil e 6,8% no Ceará, em 2014. Isso mostra que os jovens são os mais atingidos pelo desemprego. No tocante ao retrato do jovem desempregado, o perfil no Brasil e Ceará são semelhantes, sendo a maioria do sexo feminino, com escolaridade de 11 a 14 anos de estudo, da raça/cor parda e preta.

Palavras-chave: Desemprego; Jovens; Brasil; Ceará.

1. INTRODUÇÃO

As transformações econômicas e sociais nas décadas de 1980 e 1990 afetaram a juventude no Brasil, dado o baixo ritmo de crescimento econômico e também o processo de desestruturação do mercado de trabalho. Nos anos de 2004 a 2008, houve recuperação do emprego formal e redução do emprego informal, mas beneficiou os adultos muito mais que os jovens (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, OIT, 2009).

O desemprego atinge principalmente os jovens e no caso do Brasil, isso se torna mais intenso pela fragilidade na preparação dos mesmos para o mercado de trabalho. Os jovens são a classe de trabalhadores mais sujeitos a encontrar trabalhos precários, tornando-se uma preocupação das políticas de emprego atualmente (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2014).

Tokman et al. (2003) identificam quatro causas mais comuns para o desemprego juvenil. A primeira se trata do crescimento econômico insuficiente, porque um baixo ritmo de crescimento gera expansão no desemprego que afetará principalmente a juventude. A segunda causa são as exigências e as expectativas dos jovens em relação ao emprego esperado, pois existe grande interesse em empregos melhores e com salários maiores, o que faz com que os jovens permaneçam mais tempo a procura de trabalho. A terceira causa é a insuficiência de capital humano, tanto de experiência como de educação. E a última causa são os fatores relacionados com a rigidez do mercado de trabalho, e principalmente os custos para contratações, demissões e os níveis de salários.

A Organização Internacional do Trabalho (2009) reforça e corrobora com a importância da realização desses estudos, ao afirmar que é importante desenvolver pesquisas sobre esse tema, tanto pela contribuição que esses estudos podem dar para o desenvolvimento econômico, como para ajudar a desenvolver políticas públicas que contribuam na diminuição nas taxas altíssimas de desemprego juvenil, mesmo em países já desenvolvidos economicamente.

Diante de tal contexto e da relevância do tema, este artigo analisa e compara o desemprego juvenil no Brasil e no Ceará. Essa Unidade da Federação foi escolhida por diversos motivos, primeiro, poucos trabalhos foram desenvolvidos com essa temática para esse estado, que possui 26% da população com idade de 15 a 29 anos, superando a média nacional que é de 24,1% em 2014. Portanto, esse estudo pretende retratar e comparar o desemprego juvenil no Brasil e no Ceará, em 2004 e 2014.

Para o alcance desses objetivos, os microdados da amostra das PNADs de 2004 e 2014 são a principal fonte de informações. Esse artigo está dividido em quatro seções. Além dessa introdução, a segunda seção apresenta brevemente a metodologia adotada no estudo. A terceira

contextualiza estudos sobre o desemprego juvenil publicados na literatura nacional. A quarta retrata e compara o perfil sociodemográfico e socioeconômico dos jovens desempregados no Brasil e no Ceará, em 2004 e 2014. A última seção apresenta a conclusão do estudo.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O Brasil e o estado do Ceará são as áreas de estudo deste trabalho, precisamente a população jovem de 15 a 29 anos de idade, desempregada. Os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004 e 2014 são a principal fonte de informações.

As variáveis extraídas dos microdados das PNADs foram realizadas com o uso do software estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Science, versão 20.0). A planilha de cálculo do Excel foi usada para tabular os resultados e construção de tabelas e gráficos.

3. O DESEMPREGO JUVENIL NA LITERATURA NACIONAL

Pochmann (2000) obteve resultados que mostram que os jovens possuem dificuldade para acessar o mercado de trabalho brasileiro, dado que essa classe de trabalhadores se tornou mais fragilizada em relação as outras faixas etárias, ao estar mais propensos a empregos precários e/ou desemprego.

Flori (2003) indica que os jovens se mostraram com uma alta rotatividade no mercado de trabalho no Brasil, observada ao longo do tempo (1983 a 2002), sendo um dos principais motivos para as taxas de desemprego juvenil serem superiores as demais faixas etárias.

Braga (2006) procurou analisar as faces da exclusão que atinge a juventude, diferenciando desigualdades no padrão de inserção ocupacional e no desemprego dessa classe, nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e de Salvador. Com base nos dados da PED (DIEESE/SEADE), as conclusões do estudo foram de que o desemprego atinge principalmente jovens pobres, negros e mulheres jovens.

Andrade (2008) analisou a situação do jovem no mercado de trabalho brasileiro. Os dados da PNAD mostraram que o desemprego dos jovens é expressivamente maior do que o resto da população. Embora nos últimos anos tenha aumentado a média de escolaridade dos jovens e assiste-se a melhores condições de trabalho, na oferta de emprego não foram observados aumentos correspondentes.

Borges (2014) avalia as mudanças mais significativas no mercado de trabalho juvenil nas principais regiões metropolitanas do Brasil. Com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), conclui que no Brasil o mercado de trabalho teve melhoras nos últimos anos, mesmo que se tenha observado diminuição de alguns índices. Entretanto, aumentou os jovens que somente estudam, não estudam e nem trabalham, e essa classe ainda permanece com dificuldade para encontrar emprego.

Em síntese, constata-se que os jovens sofrem muito mais que os adultos na busca de emprego. Ademais, a falta de oportunidades e a deficiência na formação e especialização desses jovens são os principais motivos de um índice de desemprego juvenil elevado.

4. VOLUME DE JOVENS DESEMPREGADOS

Esta seção retrata o desemprego juvenil no Brasil e no Ceará, nos anos de 2004 e 2014, a partir da análise do perfil sociodemográfico e socioeconômico dos desempregados com idade de 15 a 29 anos. A Tabela 1 mostra variação negativa de -2,2% no contingente populacional nessa faixa etária no Brasil, e de -0,7 no Ceará. Isso se deve a dinâmica demográfica, vivida atualmente no Brasil e em vários países, que estão passando pela transição de uma população jovem para uma mais madura, fato relacionado a queda na taxa de fecundidade e aumento na esperança de vida.

Tabela 1- Jovens de 15 a 29 anos: População, PEA, Ocupados e Desempregados - Brasil e Ceará - 2004/2014

População	Brasil			Ceará		
	2004	2014	Variação 2004/2014	2004	2014	Variação 2004/2014
População	50.053.194	48.962.173	-2,2	2.317.137	2.300.480	-0,7
Pop. Economicamente Ativa	34.713.016	32.580.276	-6,1	1.538.419	1.392.590	-9,5
Ocupados	29.499.718	28.169.603	-4,5	1.336.721	1.208.492	-9,6
Desempregados	5.213.298	4.410.673	-15,4	201.698	184.098	-8,7
Taxa de desemprego	15,0	15,7	4,3	13,1	13,2	0,8

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2004 e 2014.

Com relação à População Economicamente Ativa jovem (15 a 29 anos), esta declinou 6,1% no Brasil. No Ceará também houve declínio na PEA¹ jovem de -9,5%. O arrefecimento na PEA está relacionado com o declínio da população jovem nos últimos anos, devido ao processo de transição demográfica que reduz os jovens com idade de trabalhar.

Por sua vez, o número de jovens ocupados no Brasil arrefeceu -4,5% entre 2004 e 2014. No Ceará essa variação negativa foi maior (-9,6%). Uma das causas dessa queda tanto no Brasil quanto no Ceará foi o aumento de jovens nas universidades e cursos técnicos. Assim, os jovens acabam adiando a entrada no mercado de trabalho, e ficam mais preparados para concorrer as vagas com salários possivelmente mais altos. Uma consideração importante é a faixa etária de 15 a 17 anos, responsáveis por uma boa parte da queda na taxa de ocupados, pois segundo Furtado (2016), houve grande avanço na escolarização dessa faixa etária, corroborada por programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, o Pró-Jovem e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que possuem a frequência escolar como requisito de participação.

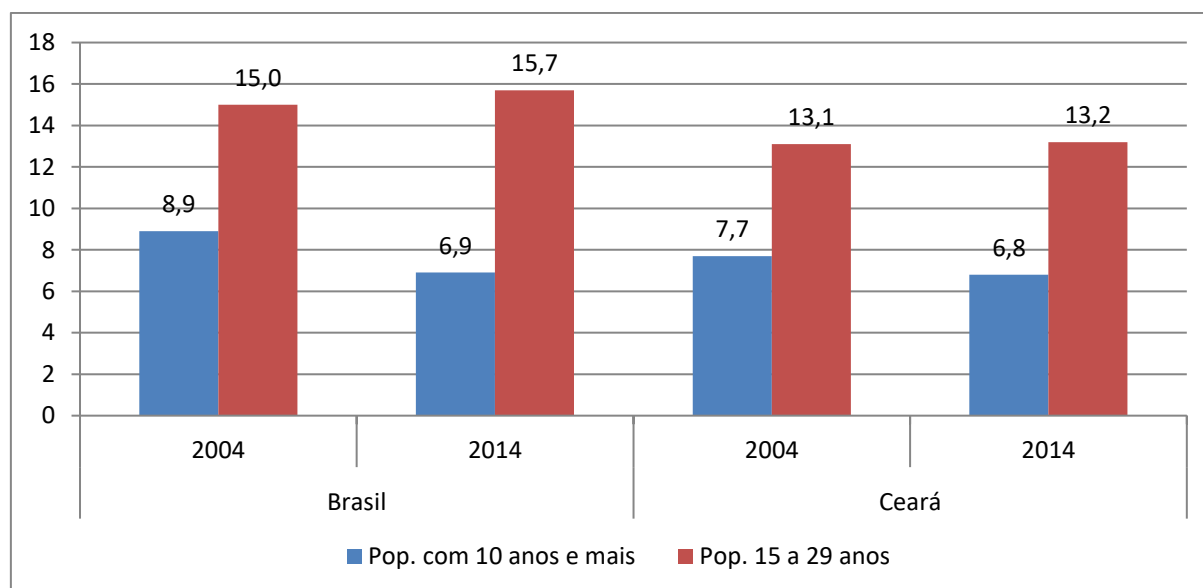
Em 2004, no Brasil, os jovens desempregados somavam 5.213.298 milhões e em 2014 declinou para 4.410.673, totalizando uma saída de 802.625 jovens do desemprego (Tabela 1). O mesmo ocorreu no estado do Ceará, dado que em 2004 havia 201.698 jovens desempregados e passa para 184.098 em 2014, totalizando uma saída de 17.600 jovens. Os investimentos públicos em programas e projetos voltados para a inserção dos jovens no mercado de trabalho teve importante participação na queda absoluta no total dos desempregados jovens, tanto no Brasil como no Ceará. A maior escolarização dos jovens também contribuiu para o aumento da participação dos empregos formais (FURTADO, 2016).

Contudo, a taxa de desemprego jovem no Brasil em 2004 era de 15% e em 2014 passou para 15,7%. Já no Ceará, esta taxa era de 13,1% em 2004 e praticamente manteve-se estável (13,2%) em 2014, tendo variação relativa de 0,8% no referido intervalo (Tabela 1). Ademais, para Furtado (2016), o aumento do salário mínimo nos últimos anos, o alto custo de um funcionário, muitas vezes faz com que contratantes prefiram pessoas com mais experiência por jugarem ser mais produtivos, levando ao desemprego ou informalidade os jovens.

¹ População Economicamente Ativa - a população com 10 anos ou mais de idade ocupada com remuneração e a ocupada sem remuneração que trabalhou menos de 15 horas por semana, mais as pessoas desempregadas que procuraram emprego num período de referência.

O Gráfico 1 mostra de maneira específica as taxas de desemprego da população com 10 anos e mais e a Taxa de Desemprego da População Jovem (15 a 29 anos), no Brasil e no Ceará, em 2004 e 2014. No Brasil, a taxa de desemprego de 15 a 29 anos de idade em 2004 (15%) era muito mais elevada que a taxa geral de desemprego (8,9%). Em 2014, a taxa de desemprego jovem aumentou (15,7%) tornando-se mais que o dobro da taxa geral de desemprego que decresceu (6,9%). No Ceará, em 2004, a taxa de desemprego jovem (13,1%) era superior a taxa de desemprego geral (7,7%). Já em 2014, a taxa de desemprego para população de 15 a 29 anos aumentou (13,2%), sendo quase duas vezes mais elevada que a taxa de desemprego geral (6,8%).

Gráfico 1– Taxa de Desemprego da População com 10 anos e mais e Taxa de Desemprego da População Jovem (15 a 29 anos) - Brasil e Ceará - 2004/2014



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2004 e 2014.

Ao analisar a dinâmica entre as duas taxas (desemprego da população de 15 a 29 anos e desemprego com 10 anos e mais), nos dois momentos, observa-se que a taxa do desemprego jovem cresceu, tendo um comportamento inverso a taxa de desemprego geral que decresceu, tanto no Brasil quanto no Ceará. Em todas as taxas e anos analisados, o Ceará sempre apresenta percentuais inferiores a média brasileira, entretanto, em 2014, quase se igualam na taxa de desemprego geral.

Para Cabanas, Komatsu e Filho (2014), um dos motivos para a queda da participação dos jovens no mercado de trabalho é uma forte dependência em relação a renda domiciliar, dado que os jovens abrem mão de trabalhar para se dedicar aos estudos e passam a depender da renda dos pais. É também provável que a alta rotatividade dos jovens no emprego afete as estatísticas de desemprego, visto que a entrada e saída de emprego em um espaço muito pequeno de tempo faz com que as taxas de desemprego oscilem constantemente (CORSEUIL, et. al, 2013).

4.1. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E SOCIOECONÔMICO DOS JOVENS DESEMPREGADOS

A Tabela 2 mostra a população de 15 a 29 anos desempregada, por sexo, em 2004/2014. Os dados revelam que tanto no Brasil quanto no Ceará, a maioria dos desempregados são do sexo feminino. Em 2004, no país, o total de jovens desempregados homens era de 43,56% e aumenta sutilmente para 44,56% em 2014. Já as mulheres, em 2004, representavam 56,44% e arrefece discretamente para 55,44%, em 2014. No Ceará, essa dinâmica foi mais marcante, sendo que, em 2004, os desempregados jovens do sexo masculino representavam 45,15% e aumenta para 48,50% em 2014. Já as mulheres, representavam 54,85% e declina para 51,50%. No Ceará a taxa de desemprego jovem feminino é menor se comparado com a média do Brasil nos dois períodos analisados, mostrando que o estado paulatinamente rompe com a desigualdade de gênero.

Tabela 2 – População de 15 a 29 anos desempregada, por sexo - Brasil e Ceará - 2004/2014 (%)

Sexo	Brasil		Ceará	
	2004	2014	2004	2014
Masculino	43,56	44,56	45,15	48,50
Feminino	56,44	55,44	54,85	51,50
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2004 e 2014.

Embora a diferença na taxa de desemprego entre os sexos tenha diminuído, ainda permanece. Os motivos pelo qual as mulheres são maioria na população de 15 a 29 anos em

situação de desemprego é devido em grande parte, permanecer mais tempo no sistema educacional e também por discriminação de gênero, pois mesmo com escolaridade superior aos homens jovens, as mulheres jovens são maioria sem ocupação (FURTADO, 2016). Outro determinante é a ocorrência de gravidez precoce que prejudica a inserção da jovem no mercado de trabalho (MENDONÇA; LIMA; LÍRIO, 2012).

A Tabela 3 mostra a população de 15 a 29 anos desempregada, por grupos de anos de estudo, no Brasil e Ceará, em 2004 e 2014. Os jovens brasileiros desempregados que não possuem instrução ou menos de um ano de estudo eram 2,16% em 2004 e arrefeceu para 1,38% em 2014. No Ceará era de 3,73% em 2004 e passou para 1,90% em 2014. Já os que possuem de 1 a 3 anos de estudo, eram 4,27% e caiu para 1,84% no Brasil, entre 2004/2014. No estado do Ceará, era 6,47% em 2004 e aumentou significativamente para 15,55% em 2014. Os poucos anos de estudo podem dificultar ainda mais a entrada do jovem no mercado de trabalho, principalmente se for o primeiro emprego.

Tabela 3 – População de 15 a 29 anos desempregada, por grupos de anos de estudo - Brasil e Ceará - 2004/2014 (%)

Grupos de anos de estudo	Brasil		Ceará	
	2004	2014	2004	2014
Sem instrução e menos de 1 ano	2,16	1,38	3,73	1,90
1 a 3 anos	4,27	1,84	6,47	15,55
4 a 7 anos	23,23	15,55	20,93	8,41
8 a 10 anos	33,36	32,11	29,91	16,82
11 a 14 anos	34,52	44,13	35,70	46,30
15 anos ou mais	1,89	4,74	2,68	8,01
Não determinado	0,57	0,24	0,58	3,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2004 e 2014.

Os jovens desempregados com 4 a 7 anos de estudo, no país eram 23,23% em 2004 e arrefece para 15,55% em 2014. No Ceará era de 20,93% em 2004 e diminui expressivamente para 8,41% em 2014. Essa queda se reflete na baixa taxa de analfabetismo que diminuiu ao longo dos anos para pessoas jovens (IBGE, 2015), explicando o declínio dos jovens

desempregados com poucos anos de estudo. Por sua vez, os jovens desempregados com 8 a 10 anos de estudo no país, ou seja, com ensino fundamental incompleto ou completo, representava 33,36% em 2004 e arrefece ligeiramente para 32,11% em 2014. Já no Ceará, representava 29,91% em 2004 e cai expressivamente para 16,82% em 2014. A grande quantidade de vagas oferecidas que exigem uma escolaridade menor faz com que esses jovens encontrem com mais facilidade empregos, embora remunerem menos, tenha altas taxa de rotatividade e muitas vezes na informalidade (CORSEUIL et al, 2013).

Contudo, no que se refere aos desempregados que têm de 11 a 14 anos de estudo, este contingente aumentou de 34,52% em 2004 para 44,13% em 2014, no Brasil. O Ceará seguiu essa mesma dinâmica, ao passar de 35,70% em 2004 para 46,30% em 2014. Jovens desempregados com 11 a 14 anos de estudo representam a maioria nacional e cearense. Portanto, o desemprego é notadamente concentrado naqueles que terminaram pelo menos o ensino fundamental ou o ensino médio. Por outro lado, os jovens com mais de 15 anos de estudo, embora tenha aumentado, tanto no Brasil (de 1,89% em 2004 para 4,74% em 2014), quanto no Ceará, que passou de 2,68% em 2004 para 8,01% em 2014, representa uma porcentagem pequena dos jovens desempregados, mostrando que quanto mais anos de estudos o jovem possui, menos probabilidade existe de se encontrar desempregado.

Assim, o desemprego aumentou para os jovens escolarizados, que possuem de 11 a 14 anos de estudo e 15 anos ou mais, mostrando que mesmo com o aumento de oportunidades e facilidade para a continuação dos estudos, como as políticas públicas criadas para atender os jovens, não são garantias para a inserção de todos no mercado de trabalho. Por isso, uma maior quantidade de jovens obtendo diplomas, deve ser acompanhada por uma maior qualidade na educação, desde a pré-escola até a pós-graduação. Além de políticas que subsidiem a contratação de jovens e recém-formados.

A Tabela 4 mostra a população de 15 a 29 anos desempregada, por raça/cor, no Brasil e no Ceará, em 2004 e 2014. No tocante ao Brasil, constata-se queda nos desempregados jovens da raça/cor branca, que era 45,36% em 2004 e passou para 38,52% em 2014. Por outro lado, aumentou o desemprego para aqueles da raça/cor preta que, em 2004, era de 8,19%, e passou para 11,72%, em 2014. Ademais, também cresceu o desemprego para a raça/cor parda, que era 45,91% em 2004 e passa para 49,17%. No Ceará essa dinâmica foi semelhante, sendo que a raça/cor branca era 29% em 2004 e arrefeceu para 27,44% em 2014; já a raça/cor preta teve

uma pequena queda, ao passar de 3,82% em 2004 para 3,54% em 2014. A parda cresceu de 67,07% em 2004 para 68,84% em 2014. Quanto as demais raças, essas não atingem 1%.

Tabela 4 – População de 15 a 29 anos desempregada, por raça/cor - Brasil e Ceará - 2004/2014 (%)

Raça/Cor	Brasil		Ceará	
	2004	2014	2004	2014
Branca	45,36	38,52	29,00	27,44
Preta	8,19	11,72	3,82	3,54
Amarela	0,30	0,27	0,00	0,00
Parda	45,91	49,17	67,07	68,84
Indígena	0,23	0,31	0,11	0,18
Sem declaração	0,01	0,01	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das PNADs 2004 e 2014.

Essa dinâmica é explicada devido a maioria das pessoas com incidência de pobreza e indigência, apesar de ter diminuído nos últimos anos, serem da raça/cor parda e preta (RETRATO DAS DESIGUALDADES, 2011). Assim, esses jovens acabam não tendo as mesmas oportunidades e chances de se dedicar apenas aos estudos, como os jovens que participam de família de classe mais elevada, além de diversos problemas relacionados a pobreza. Outro fator relevante é o preconceito e racismo, que apesar de ser crime, acaba se camuflando na sociedade (CICONELLO, 2008). Posto isso, as políticas públicas focadas nos jovens de raça/cor preta e parda com nível de rendimento baixo é relevante para diminuir as desigualdades sociais.

Por fim, embora a juventude possa ter ganhado atenção das políticas públicas, se mostra ainda parcialmente excluída do mercado de trabalho, já que as taxas de desemprego jovem são muito mais altas que as demais faixas etárias. Mas se tem percebido nos últimos, que os jovens estão tendo mais facilidade tanto para se inserir, como para permanecer nos estudos, já que a oferta de vagas nas instituições de ensino público, técnico e superior cresceu nos últimos anos.

CONCLUSÕES

O desemprego juvenil possui taxa elevada no Brasil e isso demanda atenção especial da parte dos governantes. A falta de experiência, poucos anos de estudo, as desigualdades sociais e de renda, além da falta de oportunidades aprofundam esse problema. Embora as políticas públicas voltadas para a inserção dos jovens no mercado de trabalho tenham avançado nos últimos anos, entre 2004 a 2014, a taxa desemprego juvenil no Brasil aumentou de 15,0% para 15,7%, e no Ceará se manteve praticamente inalterada, ao passar de 13,1% para 13,2%, respectivamente. Ademais, representa mais que o dobro da taxa de desemprego geral, que chegou a 6,9% no Brasil e 6,8% no Ceará, mostrando e comprovando que os jovens permanecem como os mais propensos a ficar desempregados.

No tocante ao retrato do jovem desempregado no Brasil, este é semelhante ao perfil do jovem desempregado no Ceará, onde a maioria é do sexo feminino, mostrando que o desemprego jovem tem face de mulher. Por sua vez, jovens com escolaridade de 11 a 14 anos de estudo, possuem mais chances de estar desempregado, pois a oferta de empregos não está acompanhando o ritmo de crescimento de uma mão de obra mais qualificada. Ademais, os jovens pardos são os que estão em maior situação de desemprego, sendo que no Ceará esse percentual é mais elevado, já que grande parte da população é parda.

Portanto, os investimentos nos programas e projetos voltados para os jovens devem ser crescentes e contínuos. É de grande importância a melhora na qualidade do ensino, desde o primário até a pós-graduação, a partir da garantia de educação para todos, acompanhada por políticas de desenvolvimento de emprego, sendo uma das soluções para que diminua o desemprego juvenil.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. C. de. **Juventude e trabalho: Alguns Aspectos do cenário brasileiro contemporâneo**. Mercado de trabalho, novembro de 2008, [S.I.]. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br>>.

BORGES, B. K. **Situação do mercado de trabalho juvenil nas principais regiões metropolitanas do País: breve análise**. Indic. econ. FEE, Porto Alegre, v.41, n.3, p. 101-108, 2014.

BRAGA, T. S.; RODARTE, M. M. S. **A inserção ocupacional e o desemprego dos jovens: O caso das regiões metropolitanas de Salvador e Belo Horizonte.** Pesquisa e Debate, SP, volume 17, 2006.

CABANAS, P; KOMATSU, B. K; FILHO, N. A. M. **Crescimento da Renda e as Escolhas dos Jovens entre os Estudos e o Mercado de Trabalho.** 2014. In: XLII Encontro Nacional de Economia, 2014, Natal - RN.

CICONELLO, A. **O desafio de eliminar o racismo no Brasil: a nova institucionalidade no combate à desigualdade racial.** 2008. Disponível em: <<http://homologa1.portaldoservidor.ba.gov.br/sites/default/files/Racismo%20-%20texto%20do%20Peck.pdf>>.

CORSEUIL, C. H; FOGUEL, M; GONZAGA, G.; EDUARDO, P. R. **A Rotatividade dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro.** Mercado de trabalho, agosto de 2013, [S.I]. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt55_nt02_rotatividade.pdf>.

FLORI, P. M. **Desemprego de jovens: Um estudo sobre a dinâmica do mercado de trabalho juvenil brasileiro.** Dissertação apresentada ao departamento de economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de SP, 77 pág. São Paulo, 2003.

FURTADO, A. **Desemprego entre jovens: situação do Brasil e lições da experiência internacional.** Julho 2016. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema7/2016_12418_desemprego-entre-jovens_adolfo-furtado>.

GUIMARÃES, A. Q.; ALMEIDA, M. E. **Os Jovens e o mercado de trabalho: Evolução e desafios da política de emprego no Brasil.** 2014, [S.I]. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br>>.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais Uma análise das condições de vida da população brasileira 2015.** 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Trabalho Decente e Juventude. **Brasil,** 2009. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_230674.pdf>

POCHMANN, M. Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 1990. **movimento-revista de educação,** n. 01, 2000, [S.I]. Disponível em: <<http://www.revistamovimento.uff.br>>.

TOKMAN, V; CORROCHANO, M. C; GOUVÊA J. L. **Desemprego Juvenil no Cone Sul: Uma análise de década.** Friedrich Ebert Stiftung, 2003. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05635.pdf>>